

O interesse literário do *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, a que o autor também chamou *Livro de Cavalgar*, decorre precisamente do facto de aos ensinamentos puramente técnicos que reúne associar um conjunto de reflexões de cariz político-social, cultural e religioso, que aprofundam a compreensão de um projecto de educação física, mas também moral, psíquica e intelectual do nobre. Tal proposta constitui uma das mais interessantes expressões do humanismo de D. Duarte, em que se reflecte a experiência pessoal do homem de letras e de armas, inspirada nos ensinamentos dos tratados de educação de príncipes.

MC

MINISTÉRIO DA CULTURA



INSTITUTO PORTUGUÊS DO
LIVRO E DAS BIBLIOTECAS

ISBN 972-33-1312-X



9 789723 313123

LEITURAS

Isabel Dias

A ARTE DE SER BOM CAVALEIRO



EDITORIAL ESTAMPA

Isabel Dias

A ARTE DE SER BOM CAVALEIRO

Dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa
apresentada ao Departamento de Literaturas Românicas
da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1995

EDITORIAL ESTAMPA

1997

À Teresa Amado

FICHA TÉCNICA

Capa: José Antunes

Ilustração da capa: *O Mês de Agosto* (miniatura do breviário do Cardeal Grimani, séc. XV)

Composição: Byblos - Fotocomposição, Lda.

Impressão e acabamento: Rolo & Filhos - Artes Gráficas, Lda.

Depósito legal n.º 115433/97

ISBN 972-33-1312-X

1.ª edição: Outubro de 1997

Copyright: © Isabel Dias

© Editorial Estampa, Lda., Lisboa, 1997
para a língua portuguesa

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
I. LITERATURA TÉCNICA (HIPIATRIA, CETRARIA E MONTARIA) ANTERIOR A D. DUARTE: FUNÇÃO PEDAGÓGICA	17
1. Os prólogos de alguns tratados antigos portugueses e estrangeiros	17
2. O <i>Livro da Montaria</i> de D. João I.....	28
3. Tratados de caça medievais e práticas cinegéticas da corte	35
II. SOBRE A CIRCULAÇÃO DOS LIVROS MANUSCRITOS DE D. DUARTE	41
III. O <i>LIVRO DA ENSINANÇA DE BEM CAVALGAR TODA SELA</i> DE D. DUARTE	49
1. Data e estrutura da obra.....	49
2. O prólogo	55
3. Partes I e II	60
A arte de cavalgar e a ideologia nobre	60
4. Parte III.....	66
Capítulos introdutórios.....	66
Conclusões e balanços reflexivos	69

Ensinamentos técnicos (corpo e equipamento).....	76
Digressões morais e técnicas.....	93
Ensinamentos psicológicos (psicoterapias).....	99
Reflexões e propostas sobre a educação dos nobres.....	109
<i>O capítulo v da segunda parte</i>	109
<i>O capítulo xv da quinta parte</i>	112
CONCLUSÃO.....	119
BIBLIOGRAFIA.....	123

INTRODUÇÃO

Cerca de um século antes de D. Duarte dar por concluídas duas das mais importantes obras da prosa medieval portuguesa, o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* e o *Leal Conselheiro*, ainda viviam alguns dos últimos cultores do lirismo medieval, que acabaria por desaparecer em meados do século XIV, encerrando um importante ciclo literário. Entretanto, neste mesmo século, a prosa laica vinha florescendo no domínio da historiografia, com trabalhos de grande envergadura como a *Crónica Geral de Espanha de 1344* e o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro; no da literatura técnica, já desde o reinado de D. Dinis, com a escrita de um livro de cetraria (perdido) do falcoeiro João Martins Perdigão e do *Livro d'Alveitaria* de Mestre Giraldo, a que se seguiu, no reinado de D. Fernando, o *Livro de Falcoaria* de Pero Menino. Alargou-se também então a difusão do ciclo arturiano da Post-Vulgata (provavelmente introduzido e traduzido em Portugal no século XIII), cujos heróis foram admirados pela geração guerreira que combateu ao lado do Mestre de Avis. Já do reinado deste chefe militar data a divulgação de um outro tipo de literatura em prosa difundido um pouco por toda a Europa, os *espelhos de príncipes*, dirigidos à formação intelectual e político-moral de reis e príncipes, sendo que uma das obras mais representativas deste género literário, o *Regimento de Príncipes* de Egídio Romano, era habitualmente lida na corte de D. João I.

Porém, vários outros tratados de carácter doutrinário, tendo como fontes os autores antigos e os da Alta Idade Média, circulavam nos meios cultos nacionais da época. No Portugal da primeira metade do século xv viriam a transformar-se numa verdadeira literatura "oficial", como lhe chamou João Gouveia Monteiro¹, cultivada e patrocinada pelos mais altos dignitários do reino. D. Duarte redige o *Leal Conselheiro* e incumbe, entre outros, Alonso de Cartagena, bispo de Burgos, de traduzir Cícero. O Infante D. Pedro inicia a redacção do *Livro da Virtuosa Bemfeitoria*, traduz o *De Officiis* de Cícero para português e solicita a Vasco Fernandes de Lucena traduções de Plínio, Cícero, Paulo Vergério e, possivelmente, a do *Livro de Marco Paulo*. A tradição atribui ainda ao Infante as traduções do *Institutorum Rei Militaris*, um tratado militar de Vegécio, e do *De Regimine Principum*, do já referido autor italiano², trabalhos que poderão, no entanto, ter sido realizados por algum letrado da sua corte.

No vasto painel da prosa didáctica figuram, entre outros géneros, a historiografia de Fernão Lopes e também a prosa técnica de D. João I e de D. Duarte, autores respectivamente do *Livro da Montaria* e do *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. É este último, escrito num ambiente de intensa actividade literária, marcada por fortes preocupações pedagógicas, que pretendemos aqui estudar.

A *Ensinança* surge na linha de expansão e fortalecimento do registo prosaístico, o que melhor serve as aspirações didácticas dos monarcas de Avis, nomeadamente as de D. Duarte. Consciente de que as atribuições reais passavam pelo desempenho do papel de educador, tal como aconselhavam os tratados de doutrina político-moral existentes na sua biblioteca, e que conhecia bem, este monarca

¹ "Orientações da cultura da corte na 1.ª metade do século xv. (A literatura dos Príncipes de Avis)", p. 93.

² Cf. Rui de Pina, *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, cap. cxxv, p. 112.

chamou a si a responsabilidade de instruir do ponto de vista técnico os jovens cavaleiros e escudeiros da sua corte, a quem se dirigiu, num momento em que estes, cada vez mais distantes dos cenários guerreiros e inclinando-se para a "sociabilidade, prelúdio da cultura renascentista", na expressão de Rodrigues Lapa³, começavam a perder importantes hábitos guerreiros. Pena é que circunstâncias específicas de circulação do manuscrito da *Ensinança* tenham impedido D. Duarte de alcançar pela via da escrita determinados objectivos pedagógicos.

Tendo sido educado entre homens que afirmaram social e politicamente a sua vocação guerreira e que foram, por isso, exemplo de boa preparação física, o monarca desde logo compreendeu o valor da cultura do corpo, a que dedicou largo tempo. Além dos exercícios militares a cavalo, com lança ou outros instrumentos, justava, torneava, caçava e praticava com regularidade a luta. Heróis guerreiros da geração anterior, como o Condestável, contribuíram certamente para reforçar o interesse pelas actividades físicas e pela ideologia que as enquadrava. O mesmo se pode dizer das novelas de cavalaria que circularam entre nós a partir do século xiii, cujos heróis foram modelos de bravura guerreira mas, simultaneamente, como lembrou Duby, reflexo de condições sociais relacionadas com a estrutura familiar⁴. Em Portugal, conforme apurou Mattoso, o espírito cavaleiresco, associado à figura do cavaleiro andante, normalmente filho-segundo excluído da herança paterna, também foi uma realidade concreta e não uma mera ficção literária⁵.

Consta do catálogo da Livraria de D. Duarte o *Livro de Tristam*, o *Merlim* e o *Livro de Galaaz*, herói bem conhecido na corte de

³ "D. Duarte e a prosa didáctica" in *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*, p. 350.

⁴ "Les jeunes dans la société aristocratique dans la France du Nord-Ouest au XII^e siècle" in *La Société chevaleresque*, pp. 129-142.

⁵ "Cavaleiros andantes: a ficção e a realidade" in *A Nobreza Medieval Portuguesa*, pp. 355-371.

D. João I, como o eram de resto os outros da Távola Redonda. Fernão Lopes guardou a memória dessa influência literária em passos como aquele em que actualiza as palavras do primeiro rei de Avis, a propósito da derrota dos portugueses em Coira (1386): "Grão mimgoa nos fizeraõ o jete dia aquy os cavaleiros da Tavola Redomda, ca çertamente se elles aquy foraõ nos tomaramos este logar" (*Crónica de D. João I*, Vol. II, p. 187). É igualmente elucidativa a resposta de Mem Rodrigues de Vasconcelos: "Senhor, não fizeraõ aquy mimgoa os cavaleiros da Tavola Redomda, ca quy estaa Martim Vasquez da Cunha que he tam bõ como dõ Galaz, e Gõçalo Vasquez Coutinho que he tam bõ como dõ Tristão, e ex aquy Joaõ Fernãdez Pachequo que he tam bõ como Lamcarote!" (*loc. cit.*). D. Duarte reclama igualmente a importância do vigor físico para a consecução de objectivos como a "honrra", o "proveito" e o "booo prazer", a atingir pelo grupo social dos nobres.

Da ficção bretã passou para a ideologia nobre exposta na *Ensinança* a concepção do cavaleiro tecnicamente competente e moralmente irrepreensível. Numa perspectiva medieval, aliás já anteriormente adoptada pela Antiguidade Clássica, o *bem* e o *bom* são as duas faces de uma mesma realidade. Aquele que cavalga bem é necessariamente um homem bom e o que é bom reúne condições importantes para montar bem.

Tanto o domínio da técnica como o comportamento virtuoso exigem uma aprendizagem progressiva que se serve da escrita como veículo privilegiado. É por intermédio desta que D. Duarte torna consistente a vocação de pedagogo e mentor, seguindo o exemplo de grandes figuras do passado, como o rei Salomão e Afonso X, e de homens do presente, como D. João I e o Infante D. Pedro (cf. *Leal Conselheiro*, pp. 109-110). Consciente do papel insubstituível da palavra escrita junto do espírito humano, pela sua própria experiência de vida e de leitor, e beneficiando quer do ambiente cultural da corte em que foi educado, quer de um contexto europeu fortemente empenhado nos valores educativos,

D. Duarte torna-se, na primeira metade do século xv português, um dos principais focos de irradiação de cultura, não imune, contudo, à crítica de alguns mais refractários às letras e de outros, defensores da incompatibilidade entre estas e as funções governativas.

O estudo que apresentamos de seguida procura sublinhar a importância do *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* no contexto da pedagogia sócio-cultural definida pelo autor e, simultaneamente, mostrar a sua relevância literária no conjunto da prosa didáctica medieval, facto para que há muito chamaram a atenção autores como Rodrigues Lapa e Joseph Piel. Divide-se em três partes distintas, desenvolvidas entre a Introdução e a Conclusão: a primeira incide sobre as características e os objectivos da literatura técnica anterior a D. Duarte, produzida em Portugal ou no exterior, sendo consideradas as obras estrangeiras que exerceram alguma influência sobre os autores nacionais ou as que se inspiraram nestes. A segunda parte procura traçar o percurso seguido pelo códice que reúne as duas obras mais importantes do rei português, desde a sua saída de Portugal até ao lugar em que actualmente se encontra, a Biblioteca Nacional de Paris, mostrando como a errância precoce de tais obras impediu a divulgação do seu conteúdo, não permitindo, conseqüentemente, que os resultados pretendidos com a sua leitura (transformação da cultura e costumes da nobreza) se chegassem a verificar. A última parte do trabalho analisa a construção textual da *Ensinança*, destacando aspectos estruturais, processos de composição discursiva e distribuição dos traços ideológicos que melhor caracterizam a pedagogia do autor.

I. LITERATURA TÉCNICA (HIPIATRIA, CETRARIA
E MONTARIA) ANTERIOR A D. DUARTE:
FUNÇÃO PEDAGÓGICA

1. Os prólogos de alguns tratados antigos portugueses
e estrangeiros

A Idade Média compilou e divulgou uma diversidade de saberes técnicos, que cobrem áreas como a cetraria, a montaria, a hipiatría, a medicina, a astrologia, a agricultura, entre outras. Os catálogos das Livrarias reais dão desta variedade um importante testemunho. Entre nós, o da Livraria de D. Duarte (cf. *Leal Conselheiro*, pp. 414-416) oferece uma amostra bastante significativa, que conta com os seguintes títulos: *Agricultura que foy de João Pereira*, *Livro de Montaria que copi[l]jou o victorioso Rey D. João, ao qual Deus dê eternal gloria*, *O Livro de Cetraria, per castelão* (o de D. Juan Manuel?, o de Pero López de Ayala?, ou o de outro autor?), *Livro da Guerra* (uma tradução do *Institutorum Rei Militaris* de Vegécio, possivelmente a que fez ou mandou fazer o Infante D. Pedro), *Livro da Cetraria que foy del-Rey D. João* (o de João Martins Perdigão?, o de Pero Menino?, o do autor anónimo do século xv?, ou o de outro autor?), *Agricultura que foy del-Rey D. João* (onde estaria incluído o *Livro d'Alveitaria* de Mestre Giraldo?),¹ *Livro de*

¹ É comum encontrar em obras com o título *Agricultura* uma secção sobre alveitaria.

Montaria, per castelão (certamente o de Afonso XI), *Livro de Montaria* (possivelmente um outro exemplar da obra de D. João I), *Livro destrologia, encadernado e cuberto de couro branco*, *Outro dastrologia, encadernado e cuberto de couro preto* (é bastante provável que um destes seja o “grande liuro” de Joam Gil, de que fala D. João I no *Livro da Montaria*, Livro 1, cap. xviii) e o *Livro do cavalgar que El-Rey D. Eduarte copilou*. Incluem-se ainda entre este número alguns dos *Livros Davicena*, o *Livro da Lepra, encadernado em pergaminho*, e o *Viatico*, livro de medicina árabe traduzido por Constantino, o africano, monge de Monte Cassino.

No prólogo do *Livro da Montaria*, D. João I, ao abordar a questão das diferenças entre os tratados práticos escritos no passado e aquele de que é autor, enumera uma série de áreas de saber, certamente algumas das mais importantes representadas na sua biblioteca. Refere o monarca “liuros de Gramatica, e de Rhetorica, e outros muytos liuros que falam de muytas cousas liuros de Phisica, e de Celorgia, e de Alueytaria, e de Falcoaria, e doutras muytas artes, que seriam longas de contar” (p. 7). Entre estas encontrar-se-ia, provavelmente, a arte de trovar, de que fala mais à frente. Num quadro ideológico em que as artes mais valorizadas são as que respondem ao critério da utilidade pessoal e social, como é o caso do “jogo de andar a monte”, todas aquelas que têm uma função essencialmente lúdica, como as “Cantigas” e a falcoaria, são consideradas pouco importantes e, conseqüentemente, as obras que as representam são vistas como praticamente inúteis.

No conjunto de matérias citado, a gramática e a retórica formam um subgrupo, ligado à educação básica e geral dos nobres, enquanto os outros domínios, incluindo a montaria, remetem para uma educação especializada, que está representada nalguns dos títulos do catálogo da Livraria de D. Duarte acima transcritos. Assim, a “Phisica” e a “Celorgia” são, provavelmente, assunto dos *Livros Davicena*, e o segundo daqueles domínios, também do *Viatico*; a “Alveitaria”, da *Agricultura*, como já sugerimos atrás; a “Falcoaria”, dos livros de cetraria, um em português, outro em castelhano, e a

montaria, dos três exemplares indicados sobre o mesmo tema, dois em português e um em castelhano. Entre as “outras muytas artes” a que D. João I se refere estaria talvez a astrologia, de que a Livraria do seu filho testemunha a presença de dois livros, mencionados atrás.

De entre todas estas obras interessa-nos aqui destacar as que descrevem actividades próprias dos nobres, ensinando-os a melhorar o uso que delas fazem, como sejam os livros de alveitaria, cetraria e montaria, porque é em boa parte nesta linhagem que se inscreve a *Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* de D. Duarte, de que nos ocuparemos adiante. A compreensão do lugar que esta obra ocupa no contexto da chamada literatura técnica passa de facto pela observação de alguns textos anteriores, geneologicamente próximos; tarefa que visa a localização de heranças e de desvios no que diz respeito não só aos objectivos definidos, mas também ao modo da construção textual.

Dispomos hoje de um número reduzido desse tipo de textos, em português, anteriores à *Ensinança*. Os mais conhecidos são, sem dúvida, o *Livro d'Alveitaria*, organizado pelo médico de D. Dinis, Mestre Giraldo, em 1318, segundo indicação da cópia manuscrita do século XV, o *Livro de Falcoaria*, da autoria do falcoeiro de D. Fernando, Pero Menino,² e o *Livro da Montaria* de D. João I, abrindo-se entre os dois primeiros e o último uma distância, antes de mais temporal, mas acima de tudo ideológica e retórica.

Reflectindo os livros técnicos escritos na primeira dinastia pouco ou nada acerca do papel social, cultural e político que desempe-

² Há notícia de um tratado de falcoaria anterior, de João Martins Perdigão, falcoeiro de D. Dinis, que hoje se encontra perdido. Rodrigues Lapa, na introdução ao *Livro de Falcoaria* de Pero Menino, p. xii, transcreve a seguinte nota, que se encontra no ms. 518 da secção Pombalina da B.N. (na parte correspondente ao tratado de Menino): “diz que o livro de João Martiz Perdigão, que foi falcoeiro del rey don Denis que fazia confeições mudar o falcão em quinze dias, as quais cousas eu vy escritas no seu livro...”

nam, poderá ser útil para a definição do mesmo o recurso a obras não-portuguesas (algumas castelhanas e uma latina traduzida para francês), com as quais aqueles mantêm fortes relações temáticas e genéticas. Os prólogos, pela sua estrutura retórica e posição estratégica, constituem um campo privilegiado de análise.

Assim, quanto ao livro de Mestre Giraldo, verificamos que o seu curto prólogo, de cerca de vinte linhas, tem apenas um objectivo: explicar os motivos que levaram D. Dinis a pedir ao seu médico que compusesse um tratado de alveitaria. O autor introduz desde logo a ideia, que funciona como uma espécie de mote, de que o “hordenamento” das matérias facilita a localização do que se procura, bem como o seu entendimento: “Quando as sçiençias e as artes ssom escriptas e emsignadas segundo hordenamento quall devem podennas os homões achar mais asinha e ho entendimento er podellas ha mais ligeiramente filhar e entender” (p. 2). Esclarece também as circunstâncias que o levaram a enunciar tal princípio, referindo-se à existência de várias cópias diferentes das duas obras que declara como fontes do seu livro: por um lado, um livro de alveitaria de “theuderique”, cujo texto se encontrava disperso por vários manuscritos (“escripto desuairadamente”) que constituíam livros diferentes (“desuairados liuros”), por outro, o livro de Jurdam Calavero,³ igualmente disperso, e cuja fonte Giraldo diz ser a obra de Teodorico.⁴ No entanto, acresce neste caso que, além das versões

³ Trata-se do livro de Jordanus Rufus Calaber que em latim apresenta um número variado de títulos, consoante as versões: por exemplo, *De Medicina Equorum, De Doctrina, Custodia et Medicina Equorum...*

⁴ R. Lorenzo considera esta afirmação de Mestre Giraldo incorrecta, defendendo a anterioridade da obra de Rufus (cf. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, pp. 405-406). Pensamos, no entanto, não haver argumentos suficientemente seguros que permitam sustentar tal opinião. É possível, inclusivamente, que ambos tenham utilizado uma fonte comum, como sugere Carolina Michaëlis de Vasconcelos em “Mestre Giraldo e os seus tratados de alveitaria e cetraria”.

variadas, já em si representativas da distância em relação ao texto original, existia o problema do “hordenamento”, respeitante à organização interna das matérias.

É precisamente a dificuldade de leitura e, conseqüentemente, de aprendizagem provocada pelo universo confuso das versões que terá levado D. Dinis a pedir ao Mestre que “hordenasse hũu liuro” como melhor lhe parecesse “em que conpillasse hordenadamente todallas coussas” contidas nas fontes. A construção derivativa (repare-se no emprego das duas palavras com a mesma raiz) chama duplamente a atenção para os aspectos da legibilidade textual, em que estão implicadas, não só a arrumação e fixação do texto, mas também a sua tradução: “E eu com ajuda de deos assy trelladey e hordeney todo per linguagem portugues o mjlor que pude e entendy” (*loc. cit.*). Preocupado sobretudo com as circunstâncias específicas de produção do seu tratado, o autor não fez passar para o prólogo do *Livro d'Alveitaria* nenhuma das ideias do texto de apresentação do livro de Jordanus Rufus, uma das duas fontes que utilizou.

Esse pequeno texto introdutório de dez linhas começa com a afirmação da supremacia das qualidades do cavalo face a todos os outros animais criados por Deus e sujeitos ao homem; enunciado que uma estrutura causal completa, estabelecendo o princípio de que a nobreza do cavalo decorre do facto de este permitir distinguir na sociedade humana os nobres (neste caso representados pelos graus máximos da hierarquia respectiva) dos não-nobres: “nule beste soit plus noble d'un cheval, car par celui li roy, li prince sont conneüz des austres povres gens” (p. 31).⁵ Associado ao mundo dos nobres, cujos contornos sociais ajuda a definir, o cavalo é

⁵ Tivemos acesso a esta obra através da versão francesa intitulada *La Marechaucie des chevax* (in *La Science du cheval au Moyen Age. Le Traité d'hippiatrie de Jordanus Rufus*, 1991), que data de cerca de 1300, sendo por isso aproximadamente cinquenta anos posterior ao texto original, escrito em latim.

reflexo da excelência do grupo que representa, sendo-lhe atribuída a adjectivação de “noble”, tantas vezes qualificadora do referido grupo humano.

Procurando justificar o interesse da matéria hipiátrica, o autor soma a este raciocínio de ordem teórica um argumento de ordem prática, o do proveito dos conhecimentos acerca da “marechaucie des chevax” para “ceuz qui en ce se delitent par noblece de courage et honeur de chevalerie ou de batailles”, aduzindo que a fonte utilizada foi a sua própria experiência, base importante de uma escrita que procura o rigor (“j’enquerray par droite ordre de verité toutes les choses qui apartiennent a cheval, lui et sa ligniee”, *loc. cit.*).

Diferente de qualquer um dos prólogos anteriores é o do *Livro de Falcoaria* de Pero Menino (século XIV), que se resume quase exclusivamente a uma apresentação mais ou menos pormenorizada do plano da obra. Em linhas gerais, Menino propõe-se nomear as doenças dos falcões, descrevê-las e, finalmente, explicar as respectivas terapêuticas. Antes de concluir a introdução, porém, lembra a vocação prática da sua obra. A forma como a organizou, recorrendo conscientemente a determinados procedimentos retóricos, procura responder eficazmente às necessidades dos caçadores: “outrosy declararey en tal maneira que cada caçador, que desta arte queira uzar, possa ser mestre de curar sua ave” (p. 1). Recupera-se aqui uma vez mais o tópico da utilidade, sem que de novo seja desenvolvido. Assim acontece também no prólogo do *Livro de la caza* de D. Juan Manuel (século XIV), onde o conceito de “aprouechamiento”, apresentado segundo a perspectiva de D. Afonso X como uma das “quatro cosas” que “enla caza ha” (sendo as outras três o “sabor”, a “apostura” e a “nobleza”), não suscita explicações adicionais. Na introdução ao *Livro de Cetraria e Experiencias de Algũs Caçadores*, uma compilação organizada possivelmente no século XV, que nos chegou anónima, a questão não é sequer afluada. Contudo, está implícita num discurso que faz primeiro o resumo muito breve dos assuntos a tratar (plumagens, doenças e curas das

aves) e organiza depois uma série de advertências aos caçadores sobre as doenças, os remédios e a alimentação das aves.

A reflexão sobre o sentido utilitário da escrita surge numa obra do século XIV (de que o *Livro de Falcoaria* foi uma fonte importante), o *Livro de la caza de las aves* de Pero López de Ayala, que, além de recolher um conjunto de conhecimentos técnicos de carácter terapêutico, como acontece no caso do livro de Menino (e também no do *Livro d’Alveitaria* de Mestre Giraldo), ensina a preparar as aves de rapina para a caça e a caçar com elas. O prólogo começa por enunciar os objectivos de escrita da obra, definidos a partir da oposição entre exercício (cetraria) e ócio/trabalho. Ayala pretende motivar os nobres para uma actividade que impede o “pensamiento”, resultante do ócio, e que alivia os “enojos” e “cuidados”, causados pelo trabalho, proporcionando “algun plazer e recriamiento” (p. 49).

O elogio da cetraria passa num outro parágrafo pela afirmação da sua origem divina (“Nuestro Señor Dios quando crio el mundo e fizo el ombre todas las animalias por el criadas fizo e puso para su servicio del ombre”, p. 51) e pela confirmação dessa mesma origem, feita com recurso à citação (não literal) de versículos de um Salmo (seguramente o oitavo), em que o rei-profeta louva o Criador e o sentido por este dado à sua criação: “dixo el propheta Davit (...) ‘Todas las obras Señor fechas por las tus manos sujugaste a servicio del ombre, aves del çielo, etc.’”, *loc. cit.*). Se a palavra “servicio” resume o tipo de relação estabelecido entre o homem e os outros seres, a modalidade da cetraria exemplifica-o. A caça das aves beneficia os que a ela se dedicam porque os afasta do ócio, causa de pecado e de doença física. Os danos provocados no espírito sucedem-se num crescendo de negatividade: o ócio é fonte de “pensamiento”, de que nasce “tristura” e “amortificamiento”, por sua vez origem de “escandalo e desperamiento que es rayz de todo perdimiento” (pp. 51-52). Os malefícios provocados no corpo são

genericamente designados de “umores”, fonte de doenças e de enfermidades.

Depois da crítica veemente ao ócio, fundamentada em argumentos que enraízam no texto bíblico, o autor retira a conclusão esperada de que os filhos de reis, príncipes e senhores devem ser levados a “fazer exercício e trabajar con el cuerpo e mudar el ayre” (p. 52), para bem do corpo e da alma. Todavia, a importância da componente recreativa não se reduz à sua função formativa e terapêutica;⁶ vai muito para além disso: “Otro si en la caça delas aves ha otros bienes (...). Ca noble cosa es e grandeza a un señor tomar falcones e açores e aves de caça en su casa” (p. 53). A caça das aves é pois uma actividade socialmente distintiva, reivindicada pelos nobres (para os nobres), cuja aprendizagem permite acima de tudo preservar os elementos de identificação (e de coesão) de um estrato social.

A propósito de um outro tipo de caça, a montaria, Afonso XI coloca a questão do recreio dos nobres de forma muito semelhante. Só que no prólogo do seu *Libro de la montería*, mais uma obra do século XIV, as “maneras de prazer” são vistas preferencialmente como um remédio para o “coydar” excessivo, com origem nas tarefas políticas, realidade que sem dúvida conhecia bem. O rei castelhano subscreve a opinião dos antigos, que consideravam as actividades lúdicas como uma fonte de “espaço et folgura al entendimiento”, com consequências positivas no plano governativo, representado pela palavra “cuydado” e pela expressão “afan del librar”. O “entendimiento”, sujeito a desequilíbrios cumulativamente mais graves (“podria sufrir, et enflaqueçeria, et podria venir

⁶ Esta função parece terminar quando o recreio se torna excessivo e lesivo de outras funções, transformando-se numa outra forma de ócio, alternativa à inércia, como explica D. Duarte no *Leal Conselheiro*, capítulo xxvi, “Do pecado da ociosidade”: “erramos por este pecado (...) se despendemos nossos tempos em montes, caças, festas, jogos e fallas sem proveito, como em jazer ou dormir.” (p. 101)

a toruarse”) beneficiaria assim da “soltura” proporcionada pela caça e do “plazer” e “folgura” decorrentes de quaisquer outras práticas de lazer (p. 133).

Desta forma, o autor traça um quadro ideológico que explica o papel das práticas recreativas na sociedade nobre e serve de suporte à apologia da caça ao veado, feita de seguida. O elogio deste exercício venatório passa pela enumeração e explicação de uma série de qualidades superlativas que o transformam no expoente máximo das formas de caça: “es la mas noble, et la mayor, et la mas alta, et la mas cauallerosa, et de mayor prazer” (p. 134). A mais nobre essencialmente pelo comportamento dos cães (alões e sabujos), que actuam sem precisarem de ser condicionados por maus tratos, como acontece com as aves; a maior pelo tamanho das presas; a mais alta porque se associa à ordem mais importante que é a cavalaria, no sentido em que o caçador adopta o comportamento do cavaleiro, ou seja, anda a cavalo e traz uma arma na mão; a mais cavaleiresca porque, convido ao cavaleiro buscar situações semelhantes às da guerra, quando esta não se lhe oferece, encontra a mesma dureza de condições (fome, sede, poucas horas de sono, má cama, frio, calor, medo...) e a mesma exigência de lhes resistir na montaria. Finalmente, a caça ao veado é a que envolve maior prazer por não se limitar ao prazer do olhar (que muitas vezes significa apenas ver o que outros fazem) e do falar, como acontece na caça com aves: soma a estes dois o prazer do ouvir e do fazer.

Numa certa polémica que o monarca sustenta entre o valor da montaria e o da cetraria, os argumentos utilizados em defesa da maior importância da primeira cobrem três elementos distintos: os cães, a presa e os caçadores. É certamente o último que mais interessa comentar, pelas relações que pressupõe entre caça (no monte) e cavalaria. Atendendo sobretudo ao terceiro e quarto argumentos (“la mas alta, et la mas cauallerosa”), deduz-se que a caça não é apenas um contributo indispensável para a formação global do nobre, como explica o prólogo de Ayala, e para o seu bem estar

psíquico, como começa por indicar Afonso XI; ela é também uma réplica do comportamento que por excelência individualiza todo um grupo social, o comportamento guerreiro. Não só pelos instrumentos que usa, mas igualmente pelo tipo de exercícios que faz, o caçador monteiro reproduz, nō tempo de paz, as práticas militares do tempo de guerra. Reflectindo a montaria as características fundamentais da cavalaria, o caçador apresenta-se, assim, como prolongamento do cavaleiro. Esta substancial coincidência entre os gestos de um e de outro acaba por criar uma linha de coerência na vida do nobre, repartida entre os tempos de paz e os de guerra. Deduz-se, por outro lado, que não estabelecendo a cetraria essa fundamental correspondência entre o universo da caça e o das armas, nenhuns benefícios pessoais e sociais lhe são reconhecidos.

Quando passamos ao prólogo do *Livro da Montaria* de D. João I, obra datada do século xv, reencontramos a oposição entre montaria e “manhas” consideradas menos proveitosas, como a falcoaria, explicitamente referida. Ao contrário do autor castelhano, o português não desenvolve nesse texto preliminar nenhuma espécie de retórica argumentativa a favor da montaria, limitando-se à declaração mais ou menos geral da sua utilidade. Mas isso não significa que as ideias expostas por Afonso XI não tivessem tido eco junto de D. João I. Tiveram, certamente, como testemunham as longas reflexões logo no primeiro capítulo acerca do “entendimento”, e no segundo sobre as relações montaria/lazer e montaria/armas. Tendo feito avançar a discussão em torno destes aspectos para os primeiros capítulos da obra, o rei português aproveitou o prólogo, não só para falar dos objectivos da mesma, mas acima de tudo para construir uma figura de autor, que se autolegitima.

O início lembra de alguma forma o das grandes crónicas gerais peninsulares, que enraízam a memória da história humana na complexa teia das origens do mundo: “Disse Moyses, e disse a uerdade, que no primeiro começo, que Deus criara os ceos, e a terra, e todallas outras criaturas, que criara o homem (...)” (p. 7). Só que

o sentido do gesto criador de Deus prolonga-se para fora dos limites do texto bíblico, através de um discurso que fomenta a ilusão de um fio ininterrupto da criação divina, abrangendo também a invenção da escrita e a elaboração de livros, entre os quais se destacam, como referimos no início deste capítulo, os de gramática, retórica (“e entom começaram a escreuer liuros, em que os puserom [os saberes], e assi outros fizeram liuros de Gramatica, e de Rhetorica (...)” (*loc. cit.*), medicina, alveitaria e falcoaria, enumeração que parece seguir a cronologia da aprendizagem (primeiro aprendem-se as letras, só de seguida as técnicas).

Porém, a história da evolução subsequente ao “primeiro começo”, que continua a ter como matriz textual os prólogos de grandes crónicas como a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, é interrompida pela locução “Por ende”, que introduz uma nova ordem cujas circunstâncias trazem a primeiro plano o autor D. João I, em situação de par analógico de Cristo. O termo da analogia centrado sobre o filho de Deus tem como fonte explícita S. Bernardo, segundo o qual Deus desceu à terra para chamar a atenção para um bem desprezado por todos os homens, a pobreza. Ora, a aproximação entre o monarca e Cristo funda-se na ideia de que assim como este procurou reabilitar o que estava esquecido pelos homens, também D. João I tentou restaurar a importância do “jogo de andar ao monte”, desprezado no seu tempo. Resulta deste confronto a imagem de um rei-mentor, que inaugura um novo ciclo da criação, à semelhança do Cristo neo-testamentário.

A nova era, ligada a essa figura tutelar, prepara-se para substituir a realidade presente, que valoriza um conjunto de “jogos” (também chamados “manhas”) considerados inúteis. O “jogo” que o rei-autor elogia e pretende reinstaurar é o de “andar ao monte”, caracterizado em termos bastante gerais pelas duas qualidades positivas “bōo” e “proveitoso”. E é sobretudo na utilidade do mesmo que insiste, quando realça os benefícios da montaria, comparando-os com os de outros “jogos”, entre os quais a falcoaria e a arte

de compor cantigas: a primeira é “mais alta cousa e mais proueitosa que algũas outras, de que se algũus trabalharam de fazer liuros, assi como de Falcoaria, e de Cantigas” (*loc. cit.*). Poderia ser este o mote para a abertura de uma polémica entre venatória e falcoaria, tão ao gosto dos autores medievais de tratados cinegéticos. Não é contudo o caso e, além disso, a falcoaria não volta a ser tema de discurso.

Justificada a importância da montaria e feito do mesmo passo o respectivo elogio, regressa-se à ideia do desprezo a que foi votada pelos “bões e grandes”, os destinatários aqui implicados. E é neste quadro que ganha sentido a intervenção de D. João I, cujo objectivo é reformar o comportamento dos monteiros e de todos os que se dedicam à caça no monte. O novo ciclo das práticas recreativas começa, assim, com uma obra que tem a dupla finalidade de elogiar e de ensinar a arte da montaria, o que ainda ninguém havia feito por escrito de forma satisfatória, como diz o autor; deduz-se que nem mesmo Afonso XI, cujo *Libro de la montería* o monarca português conheceu, a avaliar pela referência a um *Livro da Montaria*, per castelão no catálogo da Livraria de D. Duarte, onde certamente chegou por herança paterna.

2. O *Livro da Montaria* de D. João I

Esta obra representa uma mudança de rumo nas preferências cinegéticas dos nobres nacionais, que é consequência de alterações ideológicas de natureza político-militar e cultural ocorridas na sociedade aristocrática que rodeia o fundador da segunda dinastia; marca também uma nova etapa no processo de construção retórica dos tratados técnicos portugueses do período medieval.

Deste último ponto de vista, há a notar que embora conserve traços discursivos típicos dos tratados mais antigos, como sejam as enumerações, as subdivisões iniciadas por fórmulas anafóricas, a

tendência para o esgotamento de assuntos, que as listagens e desmembramentos ilustram, o *Livro da Montaria* consegue converter o discurso simultaneamente exaustivo e conciso dessas obras, que têm como fonte principal a tradição escrita, numa retórica expansiva e argumentativa que alterna o saber livresco com o experiencial e se exercita, não só no domínio do discurso técnico, mas também no da reflexão teórica, abrangendo áreas de natureza filosófica, política e moral. É sobretudo nos oito primeiros capítulos que se concentra o maior esforço de teorização, ainda que outros lugares do tratado apresentem também divagações teóricas.⁷

Verificamos assim que os quatro capítulos iniciais têm como objectivo a fundamentação política e militar da arte da montaria, ao passo que os quatro seguintes procuram uma justificação para esta actividade no campo sócio-moral. São estes, aliás, os dois filões de análise que D. Duarte retomará no seu manual de equitação. Temos assim que a prosa técnica, tendo já adquirido suficiente maleabilidade explicativa, começa a tornar conscientes os princípios subjacentes a certas modalidades aristocráticas. Os de natureza política e militar são os que, no caso do *Livro da Montaria*, melhor explicam os interesses cinegéticos da nova corte, razão por que de seguida nos ocuparemos exclusivamente deles.

Logo no capítulo I o autor discute o quadro teórico que rodeia a questão do recreio, ligando-a explicitamente a uma das duas tarefas fundamentais do rei: a administração do reino (“reger”), e implicitamente à outra, a defesa militar (“defender”). Os “jogos” funcionam por um lado como reguladores da tensão provocada pela rotina das tarefas administrativas (“recrear o entender”) e, por outro, subentende-se, como treino militar no tempo de paz, sem os quais a “defensom se perderia muy toste”. É-nos mostrado depois

⁷ Vejam-se por exemplo no capítulo xv (Primeira Parte, p. 55) as considerações acerca do “conhecer” e no capítulo xviii (Primeira Parte, p. 69) a exposição de alguns princípios de astronomia.

que nem sempre o mesmo “jogo” satisfaz estas duas prerrogativas; pode satisfazer apenas uma delas.

Já o prólogo do *Libro de la montería* de Afonso XI tinha sublinhado a importância da componente recreativa, só que de forma bastante substantiva, quando confrontada com o desenvolvimento que o autor português lhe dedica no primeiro capítulo da sua obra, onde estabelece um compromisso estreito entre lazer e política. A preocupação com o descanso mental ganha particular relevo num tempo em que a complexificação do aparelho governativo, progressivamente mais exigente quanto ao desempenho do rei, acarreta um excesso de assuntos a resolver e uma limitação no tempo de folga ou de diversão, o que ameaça o equilíbrio da relação entre o homem e o trabalho. As pesadas responsabilidades que sobre os monarcas passaram a recair, teorizadas em volumes como o *De Regimine Principum* de Egídio Romano, ao que consta bem conhecido na corte de D. João I,⁸ conduziram o autor do *Livro da Montaria* a insistir na combinação entre exercício governativo, abrangendo os assuntos políticos e os militares, e “jogos” ou “manhas” (palavra apontada como mais actual), curativos do cansaço e, simultaneamente, úteis para treinar o uso das armas, no qual a sociedade guerreira, a começar pelo seu chefe, se reconhecia.

Os valores do profissionalismo militar em que a nobreza do início da segunda dinastia e o seu rei se formaram parecem estar na base da rejeição de artes como a falcoaria e a composição de cantigas, consideradas inúteis para os nobres, e muito mais, deduz-se da leitura dos primeiros capítulos, para o governante, porque

⁸ Assim o testemunha a *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes* de Zurara, p. 34. Quanto ao *Policraticus* de John of Salisbury e à *Árvore das Batalhas* de Honoré Bonet, outros dois tratados de doutrina política importantes, não sabemos se foram conhecidos na corte de D. João I. Na Livraria de D. Duarte figura o segundo título.

sendo vistas como um fim em si mesmo, uma espécie de recreio pelo recreio, não aproveitam ao universo militar em que preferencialmente se movem os “bões e grandes”. A sua dimensão recreativa é portanto nitidamente desvalorizada, ao contrário do que acontecera nos séculos XIII e XIV. Em aparente contradição, as danças e a música que animam a vida cortesã merecem a aprovação de D. João I. Só que, como veremos adiante, esta atitude assenta no pressuposto da vantagem social de tais práticas.

Recordo que a relação entre o lazer e a administração do reino (“reger”) é um dos aspectos centrais do longo relato experiencial feito por D. Duarte nos capítulos XIX e XX do *Leal Conselheiro*, a propósito do “humor menencorico” de que padeceu durante mais de três anos. No capítulo XIX, atribui ao excesso de trabalho, que não deixa tempo para os exercícios recreativos, a responsabilidade do sofrimento psíquico: “Os mais dos dias bem cedo era levantado, e, missas ouvvydas, era na rollaçom ataa meo dia, ou acerca, e viinha comer. E ssobre mesa dava odiencias per boo spaço. E rretrayame aa camera, e logo aas duas oras pos meo dia os do consselho e veedores da fazenda erom com mygo. E aturava com elles ataa ix oras da noite. E desque partiom, com os officiaes de minha casa estava ataa xi oras. Monte, caça, mui pouco husava” (p. 69); situa depois o remédio definitivo para a melancolia na fé e no culto religioso. Todavia, uma das terapias, de alcance mais imediato, encontrou-a o príncipe na distribuição equilibrada das tarefas da governação e dos momentos de descontração: “Quando dos cuydados sentia que me tornava, como bem podia por filhar boas folganças o rremediava. E sse era de muytos aficamentos de desembargos, per monte e caça que fora per dias andassé, onde me nom requerissem, achava grande melhoramento” (p. 76). E para outros males existiam outras curas. Por exemplo: “Pera os nojos meezynha muy proveitosa sentia falla de boos e sages amygos, leer per boos livros de virtuosas enssynanças que fallem a proposito do que bem for tocado” (*loc. cit.*).

Voltando ao *Livro da Montaria*, no que diz respeito ao domínio do “defender” (uso das armas), D. João I recorda que actividades variadas serviram no passado e servem no presente da enunciação o objectivo duplo do treino militar e da distracção (capítulo II). As primeiras que menciona, ordenadas segundo a história do uso, são o xadrez, o jogo das tábuas e a péla. Foram praticadas num passado mais ou menos recuado, sendo a última a única aconselhada por ser boa para o treino das armas, embora o autor a considere mais conveniente para os rapazes do que para os homens. Depois terão aparecido os entretenimentos de corte (“jogo de solaz e de prazer”), como o cantar, o tocar e o dançar, promotores de uma imagem positiva do rei e da corte junto dos súbditos e dos estrangeiros. Respeitando as regras destas práticas, cavaleiros e escudeiros mostram na sua boa execução o domínio dos códigos de comportamento cortesão. Consequentemente, honram o seu senhor, respectiva casa e a relação serviço/benefício, segundo o qual aquele que recebe deve actuar de acordo com a vontade daquele que dá, o mesmo é dizer “ledamente e bem”.

Estando a importância das modalidades lúdicas na maior parte das vezes associada à sua utilidade militar, vemos que no caso dos divertimentos palacianos o complemento útil do prazer (despertado pela riqueza e beleza dos panos e das vestimentas, pela beleza das mulheres, pelas agradáveis melodias e movimentos de dança) não é o treino das armas, mas o aprofundamento de relações sociais e culturais na corte. A insistência neste ponto, em que se relembram códigos cortesãos estreitamente ligados aos de vassalagem, reflecte de alguma maneira a preocupação de reeducar uma nova nobreza militar recentemente chegada ao poder, pouco familiarizada com certo número de valores. No tempo de D. Duarte este tipo de “jogos” absorveria já grande parte da atenção dos nobres, levando o rei a desaprová-los e a incitar à recuperação de velhos costumes menos ociosos.

O segundo capítulo termina com uma lista de actividades exclusivamente destinadas a treinar o uso das armas: as “manhas das ligeirices”, como sejam as corridas e os saltos, os exercícios de “braçaria”, de valor reduzido, como atirar lanças; o justar e o tornear, mais completos do ponto de vista do treino físico e do desenvolvimento da competência militar, e não substituíveis um pelo outro, por cada um deles possuir características específicas. Enfim, um conjunto de modalidades que o novo ambiente sócio-cultural do reinado seguinte tenderá a relegar para segundo plano (cf. *Ensinança*, III, quinta parte, cap. xv).

Quando passamos ao terceiro capítulo, “em que se mostra como o jogo de andar ao monte he melhor que todollos outros jogos pera recrear o entender, e tambem a correger o feito darmas (...)”, reparamos que aí o autor se ocupa quase exclusivamente do “recrear o entender”, assunto que começou a tratar no primeiro capítulo. No contexto de uma governação que se tornava mais complexa e burocratizada, tal aspecto ia certamente ganhando uma actualidade acrescida. Persuadir sobre a sua importância justifica até alguns excessos pontuais de que as comparações da beleza do espectáculo da caça com a visão da glória de Deus e dos latidos dos cães com as melodias de Guillaume de Machaut dão mostra. A insistência nos efeitos positivos do recreio afasta ainda as eventuais dúvidas que alguns levantariam sobre a legitimidade da caça de montaria no quotidiano de reis e senhores. É de ressaltar que esta questão do desenfadamento, amplamente tratada no *Livro da Montaria*, será retomada por D. Duarte no *Leal Conselheiro*, como antes referimos, mas não na *Ensinança*, que trata de uma arte cuja finalidade principal não é de ordem recreativa.

A especificação de como a montaria serve o uso das armas tem lugar apenas no quarto capítulo, onde o objectivo é mostrar a superioridade dessa prática em relação a qualquer outra. O critério diferenciador entre uma e outras é basicamente o do proveito militar, medido pela aproximação às situações reais de guerra.

É importante ainda destacar o conteúdo da parte final do capítulo, porque é aqui que D. João I restabelece o vínculo entre montaria e realeza, de há muito, segundo afirma, ignorado. Torna evidente que a ninguém mais que ao rei aproveitam os benefícios da montaria, atrás enunciados e agora resumidos, para que não restem dúvidas sobre a legitimidade da designação encontrada pelos antigos para aquela prática: “joguo de rreys”. Por outro lado, a referência às origens míticas da caça no monte, segundo as quais o primeiro porco foi morto por Atlanta, filha do rei Jasão, reforça o vínculo estabelecido anteriormente. Finalmente, ao quadro da excelência da montaria (“este joguo he em si tam bõo”) o autor acrescenta o facto de não haver conhecimento de que algum rei monteiro tivesse sido mau (indigno, incompetente), o que significa que aquela requer e desenvolve nos que se lhe dedicam qualidades morais específicas.

Ora, tendo sido desde sempre praticada por nobres (“todollos bõos”), especialmente por reis, deve ser enobrecida e não aviltada, como no presente da enunciação acontece: “ca nom fica uaqueiro, nem clerigo, nem homem astroso que nom queira ja seer monteyro” (p. 23). Não restam dúvidas de que a sua revalorização depende de uma definição clara do respectivo enquadramento social, ideia que se soma às preocupações levantadas pelo prólogo, onde, como vimos, se fala em termos gerais do desprezo a que foi votada e da importância da sua reabilitação. Conclui-se, portanto, que é necessário recuperar a prática da montaria (prólogo) e dignificá-la, restringindo-a ao círculo real (capítulo iv), o que implica desde logo que “algũus frades” deixem de defender a sua *democratização*, praticada por eles próprios, impondo dessa maneira obstáculos à aplicação do modelo de estratificação social, largamente divulgado, que designa as tarefas e funções apropriadas para cada indivíduo. Além disso, é de notar o facto de a legitimação da montaria como “joguo de rreys” ser uma afirmação de exclusividade com reflexos no domínio da própria escrita. Como detentor de um saber que lhe

é confiado pela ordem natural das coisas, o autor D. João I transforma-se numa autoridade incontestada para escrever acerca desse “joguo”.

Este conjunto de capítulos, aqui passado em revista, é pois particularmente significativo, porque, por um lado, recupera as duas questões essenciais suscitadas pelas práticas recreativas, distração e treino das armas, e por outro explora o problema da vocação real da montaria (mais do que legítima, esta é aconselhável ao soberano), no qual entronca o pensamento sobre a organização da sociedade em grupos ou níveis funcionalmente distintos. O rei é o primeiro nível a distinguir, sendo a montaria um factor distintivo e, conseqüentemente, de consolidação do poder régio.

Pela primeira vez um tratado técnico português fundamenta de forma tão desenvolvida, em princípios teóricos e exemplos do passado, o saber pragmático, com o objectivo de revalorizar uma parte importante do universo de referências aristocráticas.

3. Tratados de caça medievais e práticas cinegéticas da corte

Concluiremos a primeira parte deste trabalho com algumas notas sobre a literatura de caça e as preferências cinegéticas da corte portuguesa, anteriores a D. Duarte.

O número de tratados de cetraria portugueses e de outras origens que circulou em Portugal ao longo de toda a Idade Média atesta a popularidade que este tipo de caça alcançou entre os nobres locais. No que diz respeito aos tratados de autores portugueses (onde incluímos traduções para esta língua), há, como vimos, notícia de um livro de cetraria, dado como perdido, feito por João Martins Perdigão, falcoeiro de D. Dinis. Por sua vez, D. Fernando encarregou Pero Menino de escrever um *Livro de Falcoaria*, que viria a ser aproveitado por Pero López de Ayala na redacção do seu

Libro de la caça de las aves (finais do século XIV) e por Juan de Sahagún, falcoeiro de D. João II de Castela (século XV); foi também traduzido para castelhano por Rodríguez Escobar (século XV). Inspirados no tratado de Menino conhecem-se ainda o *Livro de Citraria e Experiencias de Algũs Caçadores* (século XV) e o *Livro de Citraria* de Francisco Mendanha (século XVI). O último faz parte do ms. 821 do núcleo Sloane do Museu Britânico, que é uma compilação de “seis livros, que sam: o primeiro, que fez Pero Menino [reprodução parcial]; o segundo fez Enrrique, Emperador d’Alemanha; o terceiro de citraria e falcoaria velha; o quarto, quinto e sexto fez o muito nobre Rei Dancos, que foi o maior caçador que ouve no Mundo.”⁹ O *Libro de la caça de las aves* de Ayala viria a ser traduzido para português, segundo Lapa, ainda no século XV, talvez a pedido de D. João da Costa, prior de Santa Cruz de Coimbra¹⁰. Uma cópia dessa tradução, datada de 1566 e intitulada *Livro de Citraria*, encontra-se também no referido manuscrito 821.

A antiguidade dos documentos respeitantes à volataria, em que se incluem, além dos tratados técnicos, as disposições de carácter legislativo,¹¹ revela que em Portugal, como aliás por toda a Europa, a caça de aves foi a primeira modalidade cinegética a ser ensinada em livro, facto em que está fortemente implicada a influência árabe, como apontam muitos autores. Não restam dúvidas de que muitos tratados de cetraria árabes, nos quais se reflecte o civilizacional interesse dos povos do Oriente pela caça com falcões, foram am-

⁹ Lapa, R., “Introdução” ao *Livro de Falcoaria*, pp. XVI-XXVII. Veja-se também sobre estas obras Tilander, G., “Acerca del *Livro de Falcoaria* de Pero Menino”, pp. 255-261.

¹⁰ Cf. a referida “Introdução”, p. XVIII.

¹¹ Entre as mais antigas contam-se uma carta de D. Sancho I (1210) referindo açoreiros e falcoeiros, uma lei do reinado de D. Afonso III (1255), onde se encontram referências a açores, gaviões e falcões, e documentos sobre falcoaria do reinado de D. Dinis. A propósito destas questões, veja-se Neves, C.M.L., Baeta, *Subsídios para a História da Falcoaria em Portugal*.

plamente conhecidos através de traduções, como é o caso do *Traçado de Moamin*, traduzido na corte de Frederico II, Imperador da Alemanha, por Teodoro de Antioquia, com o título *De Scientia Venandi Per Avis*, possivelmente uma fonte importante do *De Arte Venandi Per Avis*, da autoria daquele imperador; aquele tratado foi também traduzido na corte de Afonso X sob o título *Libro de las animalias que caçan*.

A falcoaria, como passatempo cortesão, ocupou reis e senhores da primeira dinastia portuguesa. Fernão Lopes faz eco desta realidade nos prólogos das crónicas de D. Pedro e D. Fernando, sublinhando em especial o interesse deste último pela caça de aves. Para além destas referências à cetraria, facilmente localizáveis, a cronística medieval portuguesa não parece incluir muitas outras, facto que, contudo, só uma investigação atenta poderia confirmar. Também não o fazem, por exemplo, os Livros de Linhagens, que em contrapartida apresentam diversos apontamentos sobre caça de montaria.¹²

Se a cetraria deu origem a diversos tratados técnicos, a montaria conta com um número maior de alusões no conjunto da prosa não técnica de diferentes épocas do período medieval, o que mostra bem que a sua prática esteve sempre presente no quotidiano da nobreza. Nos prólogos já referidos existem também indicações sobre este tipo de caça que servem a caracterização dos reis D. Pedro e D. Fernando. São igualmente de destacar, por um lado, as descrições de episódios de caça ao urso e ao porco montês que encontramos no capítulo XCIX da *Crónica de D. Fernando*, e na mesma crónica, capítulo LXIV, a alusão ao tempo excessivo dado por D. Afonso IV à montaria, em prejuízo da governação; e, por outro lado, representações iconográficas como o baixo-relevo de uma das paredes laterais do túmulo do infante Fernão Sanches, filho de

¹² Cf. Mattoso, José, “Índices Ideográficos” dos *Livros Velhos de Linhagens* e do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro.

D. Dinis, que mostra uma cena alusiva à caça com aves de rapina e outra à montaria.¹³ No entanto, só no início da segunda dinastia, com D. João I, a montaria viria a ser instituída, pela via da escrita, como desporto nobre por excelência, procurando este autor usurpar o espaço sócio-cultural e literário anteriormente ocupado pela cetraria.

Ambos os tipos de caça foram considerados como actividades nobres em si mesmas e portanto nobilitantes, ao mesmo tempo que, enquanto formas de recreio, satisfaziam à saúde física, mental e moral. A montaria acrescentaria, porém, um sentido guerreiro ao lazer, o que a distinguiria em definitivo da cetraria, encarada por ilustres defensores da caça ao veado ou ao javali (Afonso XI de Castela e D. João I de Portugal) como inútil passatempo cortesão, do qual se ignoraram quaisquer benefícios.

O apreço pela dimensão guerreira da montaria reflecte, no caso português, como Carlos Riley bem apontou num trabalho sobre a caça medieval, uma nova vivência da componente militar da cavalaria.¹⁴ Com efeito, o profissionalismo guerreiro da nobreza que com D. João I sobe ao poder, transfere-se para áreas tão importantes da vida dos nobres como a do lazer. A caça de animais de porte é a mais exigente quanto às estratégias e instrumentos a utilizar; é também aquela que melhor imita as circunstâncias do confronto militar entre homens, que exercita e põe à prova as capacidades militares de uma nobreza afeita a um tipo de guerra que progressivamente se subordinou à estratégia e ao raciocínio tático.¹⁵ As opções cinegéticas da sociedade nobre portuguesa na viragem do século XIV para o XV são, portanto, de uma maneira geral, consequência das estruturas sócio-culturais e políticas internas. No caso

¹³ Este túmulo encontra-se no museu de Arqueologia de Lisboa.

¹⁴ Cf. Coelho, Maria Helena da C. e Riley, Carlos G., "Sobre a Caça Medieval".

¹⁵ Cf. a este propósito Mattoso, José, "A Nobreza e a Revolução de 1383", pp. 391-402.

da revalorização da montaria, levada a cabo por D. João I, há que considerar, para além desta realidade, uma influência externa de tipo textual: o *Libro de la montería*, de Afonso XI de Castela.

Alguns dos aspectos em que assenta a reabilitação da caça no monte serão retomados e desenvolvidos por D. Duarte no *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, manual técnico que explora novos limites da reflexão teórica e por isso se distingue no contexto da literatura portuguesa do género.

Contudo, antes de passar à análise dos traços que caracterizam e diferenciam o livro de D. Duarte, parece-nos importante fazer a apresentação do respectivo manuscrito, referindo-nos, nomeadamente, às vicissitudes da sua circulação.¹⁶

¹⁶ Posteriormente à redacção deste trabalho, foi publicado um artigo da autoria de Maria Helena de Castro Lopes, que fornece abundante e completa informação sobre o mesmo assunto.

II. SOBRE A CIRCULAÇÃO DOS LIVROS MANUSCRITOS DE D. DUARTE

A presença do códice que inclui o *Leal Conselheiro* e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* do rei D. Duarte entre os manuscritos portugueses conservados na Biblioteca Nacional de Paris foi pela primeira vez noticiada por Cândido Xavier, em 1820, nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, publicados em Paris.¹ Este facto é confirmado pelo Visconde de Santarém, na introdução que fez à edição parisiense (1842) daquelas obras, preparada e custeada pelo presbítero José Inácio Roquete. No entanto, não só aí não encontramos o nome de C. Xavier referido explicitamente, tendo sido substituído por uma perífrase que deixa a sua identidade na sombra, como também vemos o Visconde reclamar indevidamente, segundo apurou Léon Bourdon, co-responsabilidade na primazia da revelação do lugar em que se encontravam as obras portuguesas (“e só se soube pela primeira vez onde paravão pela erudita noticia, que d’ellas deo em 1820 um dos benemeritos

¹ Em dois artigos encabeçados pelos títulos das obras do rei, “Leal Conselheiro. O qual fez Dom Eduarte polla graça de deos Rey de Portugal e do Algarue e Senhor de Cepta. Arrequerimento da Muyto excellente Reynha Dona Leonor sua molher”, Tomo VIII, pp. 3-35 e “Livro Da Enssynança de bem caualgar toda sela que fez Elrrei Dom Eduarte de Portugal e do Algarue e Senhor de Cepta o qual começou em sendo Iffante”, Tomo IX, pp. 92-127.

redactores dos Annaes das Sciencias, e pela que nós mesmos apontámos em a nossa noticia dos Mss. portuguezes da Bibliotheca Real de Pariz pelo mesmo tempo inserta nos ditos Annaes”).²

Parece, todavia, atendendo aos dados recolhidos pelo autor francês no estudo indicado, que já alguns anos antes, em 1804, o abade José Correa da Serra, de passagem por Paris, descobrira na Biblioteca Nacional o códice português. Não tendo publicitado esse achado, a que se seguiu a elaboração de uma cópia feita por sua mão, que foi conhecida por poucos e durante muito tempo esquecida, o seu nome raramente viria a ser associado à descoberta da localização das obras de D. Duarte. Quer isto dizer que até muito tarde os manuscritos únicos³ que expõem grande parte do pensamento do monarca quatrocentista estiveram arredados da História da Literatura e das Ideias. O facto de terem sido retirados do contexto em que foram produzidos e impedidos de actuar sobre os públicos para que foram criados viria a comprometer, em definitivo, a construção de uma História da Leitura. Procuraremos, de seguida, determinar o momento histórico em que aquelas obras deixaram de fazer parte da Livraria régia portuguesa e acompanhar o trajecto que a partir daí percorreram.

No último parágrafo da “Notícia do Manuscrito” que abre a edição da Tipografia Rollandiana do *Leal Conselheiro* (1843), F. A. de Campos regista o parecer recolhido na Biblioteca Nacional de Paris (em 1830) acerca das circunstâncias da chegada de vários códices portugueses, entre eles o 7007 (de D. Duarte), à capital

² Santarém, Visconde de, “Introdução”, in *Leal Conselheiro seguido do Livro de Bem Cavalgar Toda Sela*, 1842, p. viii. Léon Bourdon, em “Question de priorité autour de la découverte du manuscrit du ‘Leal Conselheiro’” (pp. 3-26), relembra que a segunda parte da *Notícia*, dedicada à “História e Literatura”, foi preparada em 1821 e publicada em 1827, não nos *Annaes*, mas em edição da Academia das Ciências de Lisboa.

³ Os mesmos, segundo opinião unanimemente aceite, que o Rei ofereceu à Rainha D. Leonor.

francesa. Acreditava-se que a transferência destes se teria dado em resposta aos apelos lançados por Colbert a agentes diplomáticos, neste caso específico residentes em Portugal, para que adquirissem manuscritos raros. Joseph Piel viria a reproduzir esta mesma opinião no “Prefácio” à sua edição crítica do *Leal Conselheiro* (1942).

Em 1670 Verjus procurava manuscritos antigos em Lisboa; em 1682 Colbert encarregaria M. d’Oppède de fazer buscas semelhantes.⁴ Pelo menos o primeiro não terá tido grande êxito, de acordo com informação do próprio em carta datada de 25 de Março de 1670: “Il n’y a point ici d’anciens manuscrits, à moins qu’ils soient dans ces grandes et anciennes abbayes du royaume dont je n’ay pas eu le temps d’aller voir aucune. Tous les manuscrits qu’on peut trouver ici sont portugais ou espagnols et des histoires de Portugal ou de ses conquêtes”.⁵ Apesar de tudo, terá conseguido recolher 246 volumes destinados à Biblioteca do rei, entre os quais quatro manuscritos modernos.

A consulta do *Catalogus Librorum Manuscriptorum Bibliothecae Regiae*, elaborado por Nicolas Clément em 1682,⁶ que coloca sob a rubrica “Livres italiens, espagnols, allemands, anglois, in-folio magno” o “7007. Leal Conselheiro o qual fez dom Eduarte, rey de Portugal, a requirimento de dona Leonora, regina, sua molher (R. II, 378)”,⁷ deixa, no entanto, perceber que o códice já se encontrava na Biblioteca régia num tempo anterior às diligências de

⁴ *Collection Baluze*, 362, fl. 270.

⁵ *Histoire Générale de Paris. Collection de documents fondée avec l’approbation de l’Empereur par le Baron Haussman. Le Cabinet des Manuscrits de la Bibliothèque Impériale*, Tome I, p. 278.

⁶ Cf. Omont, H., *Anciens Inventaires et Catalogues de la Bibliothèque Nationale*, Tome IV, p. 15.

⁷ O número 7007, cota do chamado “ancien fonds”, apenas viria a ser substituído pela actual cota, Português 5, com a classificação de 1860, que organizou os fundos das diversas línguas modernas, entre os quais os fundos português e espanhol, antes misturados com os manuscritos franceses. Cf. a este propósito Morel-Fatio, M. Alfred, *Catalogue des manuscrits espagnols et des manuscrits*

Colbert. Efectivamente, o número 378 inscrito no parênteses final remete-nos para o *Catalogus Bibliothecae Regiae*, organizado por Pierre e Jacques Dupuy em 1645⁸, onde podemos ler “378. Leal Conselheiro o qual fez dom Eduarte, rey de Portugal, a requerimento de dona Leonora, regina, sua molher”. Recuando no tempo, através dos catálogos e inventários da Biblioteca Real, reencontramos uma referência ao códice português nos catálogos de 1622 e de 1570.⁹ No primeiro, da autoria de Nicolas Ryault, encontramos a seguinte indicação: “132. Le Livre intitulé ‘Leal Conseilleiro’ fait par dom Edouard, en langage portugais”;¹⁰ no segundo, elaborado por Jean Gosselin, lemos: “2580. Loyal Conseiller traitant de diverses questions spirituelles”.¹¹

Tendo acompanhado o itinerário seguido pelos manuscritos até este ponto, L. Bourdon coloca a hipótese de estes terem chegado a França alguns anos antes da redacção do catálogo de 70, precisamente nos anos em que o embaixador Jean Nicot desempenhou funções diplomáticas em Portugal, ou seja, entre 1559 e 1561.

No entanto, não foram certamente os esforços de Nicot na busca de livros manuscritos e impressos valiosos que levaram para França as obras de D. Duarte. É que no inventário da Livraria de Blois (primeiro local a acolher a Biblioteca régia), datado de 1544 e redigido quando da transferência desta para o Castelo de Fontainebleau, lemos, sob a rubrica “Autres livres d’Histoires et Poetes Italiens en ryme et en prose”, o seguinte: “1719. Ung autre, en parchemyn, en langaige du Porthugal et Cathelan, intitulé: ‘Leal cum segero’; couvert de cuir vert”.¹² Note-se que o códice portu-

portugais. É por isso natural que os portugueses que, na primeira metade do século XIX fizeram a divulgação do códice de D. Duarte, se lhe tivessem referido nos termos do catálogo de 1682 (“códice 7007”).

⁸ Omont, H., *op. cit.*, Tome III, p. 22.

⁹ Data apontada por L. Bourdon na página 8 do trabalho mencionado.

¹⁰ Omont, H., *op. cit.*, Tome II, p. 268.

¹¹ *Idem, ibidem*, Tome I, p. 388.

¹² Omont, H., *op. cit.*, Tome I, p. 250.

guês é sempre identificado pelo título da primeira das obras nele reunidas, o *Leal Conselheiro*. Na verdade, todos os catalogadores ignoraram a existência de dois tratados absolutamente distintos no mesmo volume, o que se torna compreensível quando verificamos que ambos possuem características codicológicas e paleográficas idênticas; na realidade só a leitura os pode distinguir.

Parece ser pouco lógica a integração do n.º 1719 na rubrica transcrita, sobretudo quando a imediatamente anterior agrupa “Autres Livres de Th[e]ologie en italien et espagnol”, onde sem dúvida se encaixaria melhor. Esta colocação um tanto aleatória do título português mostra que a tentativa de tradução, e logo de compreensão, do mesmo não ajudou a situar tematicamente a obra. No que respeita à encadernação em “cuir vert”, não restam hoje dela quaisquer vestígios.

Anterior ao inventário de 1544 é o primeiro “Répertoire alphabétique de la librairie royale au château de Blois”, redigido por Guillaume Petit em 1518, no qual não se menciona o códice português. Tal não invalida, porém, a hipótese de este ter entrado na Biblioteca de Blois (inicialmente propriedade pessoal dos Duques de Orléans e em 1498 integrada por Luís XII na coroa de França) ainda durante o primeiro quartel do século XVI.

Sabemos que aquela Biblioteca recolheu durante este período o valioso fundo bibliográfico dos reis aragoneses de Nápoles, do qual fizeram indiscutivelmente parte as obras de D. Duarte. No último fólio escrito do códice (fl. 128), onde termina o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, encontramos no canto inferior direito, abaixo da linha horizontal da caixa de texto, uma cota que, segundo os estudos realizados por L. Delisle no domínio da identificação dos manuscritos provenientes de Nápoles, reconhecemos ser uma das formas possíveis de classificação de livros utilizadas na Biblioteca de Fernando I. Trata-se de uma cota “composée d’un nombre en chiffres romains, quelques fois précédés d’une lettre (A, B, et peut-être C) toujours suivi d’un parafe ayant une certaine analogie

avec un huit ouvert par le bas. Cette cote est ordinairement placée à la fin des volumes au bas de la dernière page écrite”.¹³ A registada no códice português é formada pela letra C, seguida do número quinze em numeração romana, terminando com o habitual rabisco de que fala o autor francês.¹⁴

Basicamente constituída a partir de 1442 por Afonso I de Nápoles (V de Aragão) e depois alargada pelo seu filho Fernando I (r.1458-1494), também bibliófilo, a Biblioteca aragonesa de Nápoles viria a ter uma existência relativamente curta. Em 1495 Carlos VIII de França conquista esta cidade, criando uma primeira oportunidade de deslocação dos manuscritos para Blois; nos primeiros anos do século seguinte, Isabelle de Baux, viúva de Frederico III de Aragão (último rei de Nápoles, morto em 1504), vende boa parte do fundo da Biblioteca Real a Luís XII (governador daquela república italiana entre 1501-1503). Alguns volumes foram adquiridos pelo Cardeal d’Amboise, dando entrada na Biblioteca Real de Paris muito tardiamente, no século XVIII.

A confirmar a passagem para França de grande quantidade de volumes dos reis aragoneses temos o testemunho do Cardeal de Aragão, reproduzido no *Cabinet des Manuscrits*. Em 1517 esteve na Biblioteca do Castelo de Blois, onde reconheceu “Quelli [libri] di re Ferrando comprati in Franza de la infelicissima regina Isabella do poi la morte di re Federigo (*Archivio Storico Napolitano*, I, 114)”.¹⁵ No mesmo ano, viu no Castelo de Gaillon os volumes adquiridos pelo Cardeal d’Amboise, em que se incluíam “alcuni libri con l’arme di casa di Aragona”.¹⁶ Está assim reunido um

¹³ Delisle, L., citado no *Cabinet des Manuscrits*, Tome I, p. 224.

¹⁴ Cf. também Avril, F. et alii, *Manuscrits enluminés de la Bibliothèque Nationale. Manuscrits de la Péninsule Ibérique*, onde se transcreve esta cota omitindo-se no entanto o C.

¹⁵ *Histoire Générale de Paris. Le Cabinet des Manuscrits*, Tome III, p. 361.

¹⁶ *Ibidem*, p. 362.

conjunto de elementos que permite esclarecer as circunstâncias da chegada do códice português a França e simultaneamente datar essa chegada, que aconteceu muito provavelmente no primeiro quartel do século XVI; seguramente, na primeira metade deste século.

Por outro lado, a passagem do códice pela Biblioteca Real de Nápoles, faz-nos pensar nas ligações entre Portugal e Aragão no século XV e sustentar com credibilidade a hipótese de D. Leonor de Aragão, fora de Portugal a partir de 1440, e possivelmente conhecendo os esforços desenvolvidos por Afonso V, seu irmão, para o enriquecimento da Biblioteca napolitana, ter oferecido a este rei o volume com as obras de D. Duarte. Se assim não aconteceu, certo é que este foi conduzido a Itália, em data que só a consulta dos inventários daquela Biblioteca poderia ajudar a precisar.

Aliás, a ideia de ter sido D. Leonor a responsável pelo início da deambulação do códice português foi lançada no século passado pelo Visconde de Santarém: “Pensâmos pois que não havia cousa mais natural do que esta Princeza Leonor tê-lo sempre conservado em seu poder, levando-o assim para Castella quando se retirou para aquelle reino, em razão dos acontecimentos que sobrevierão depois da morte d’ElRei seu marido; e que depois da morte d’esta Princeza, occorrida em Toledo a 19 de Fevereiro de 1445, o nosso Codice passasse para outras mãos, e de Bibliotheca em Bibliotheca viéra parar á de Pariz” (“Introdução”, pp. XV-XVI).

Donde decorre que, muito provavelmente, Rui de Pina não o terá chegado a ver. Quando começa a sua actividade de cronista (1490) há muito que aquelas estariam fora do reino. Repare-se que na *Crónica de D. Duarte*, as referências à actividade literária do rei, feitas no capítulo III, intitulado “Das feições corporaes, virtudes e costumes d’El-Rei D. Duarte”, reduzem-se a uma espécie de memória temática das suas duas obras mais importantes. Do *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, Pina recorda sumariamente o assunto, não restando já da letra do extenso título a menor lembrança: “fez um livro de Regimento para os que costumarem

andar a cavallo” (p. 26).¹⁷ Do *Leal Conselheiro* regista a memória do título e do destinatário, a que se segue uma nota vaga acerca do teor da compilação: “e compoz por si outro aderençado á Rainha D. Leonor, sua mulher, a que intitulou o *Leal Conselheiro*, abastado de muitas e singulares doutrinas, especialmente para os bens d’alma” (*loc. cit.*).

Esta obra foi apesar de tudo melhor conhecida do que a primeira (o texto da crónica atrás citado é prova disso). Sendo um trabalho de compilação tardia de textos produzidos em diferentes momentos da vida do seu autor, é natural que alguns desses escritos, reunidos naquele “seu livro, que comsigo sempre trazia, de cousas familiares e especiaes” (p. 32), provavelmente o que hoje conhecemos com o título de *Livro dos Conselhos*, fossem de há muito conhecidos nos meios cultos, e o pensamento neles expresso, objecto de reflexão e de divulgação. Testemunha-o, de resto, a existência de cópias manuscritas dos séculos xv e xvi/xvii, executadas a partir deste livro e não da forma reelaborada do que viria a ser oferecido à rainha D. Leonor. Mas é também possível que, pontualmente, a fonte das transcrições tivesse sido o próprio “tractado”, ainda consultável nos anos subsequentes à morte do rei. Parecem sustentar tal hipótese as versões de dois capítulos que apenas encontramos ali, o lx e o xci, de que se conservam respectivamente uma cópia do século xv (fragmentária) e outra do século xvi/xvii.¹⁸

¹⁷ É pouco clara a afirmação de Joseph Piel a propósito deste livro: “O livro de D. Duarte, que mais de um século antes lançara as bases científicas desta arte, não chegou a ser conhecido na própria pátria. Rui de Pina, ao referir-se à actividade literária do monarca, não o cita”, “Prefácio”, in *Ensinança*, p. ix.

¹⁸ Cf. *Literatura Hispânica da Idade Média na Biblioteca Nacional* (Catálogo da Exposição realizada por ocasião do iv Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval), p. 29.

III. O LIVRO DA ENSINANÇA DE BEM CAVALGAR TODA SELA DE D. DUARTE

1. Data e estrutura da obra

Segundo a epígrafe que antecede o prólogo do *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, D. Duarte começou a escrever esta obra “em sendo Iffante”. Não sendo possível discriminar exactamente a porção de texto redigida então, é de crer, no entanto que a maioria dos capítulos, cuja minúcia de redacção reflecte disponibilidade de tempo para o ócio das letras, provenha desse período.

As duas últimas secções da Parte III¹ é que, sem dúvida, foram escritas já sendo D. Duarte rei, como podemos ler no capítulo 1 da penúltima²: “porem, deos querendo, continuarey esta leytura em que passa de quatro ãos pouco screvy, com o proposito e teençom

¹ De facto, subpartes desta Parte, palavra que D. Duarte usa indistintamente para designar os dois níveis de divisão do texto. Utilizaremos a forma com maiúscula a propósito da macro-estrutura e a forma com minúscula para referir as várias secções da Parte III.

² Nas citações apresentadas desta obra, os parêntesis rectos e os curvos, que preenchem presumíveis lacunas do manuscrito, são da responsabilidade do editor. Assinalaremos as nossas intervenções, acrescentos de palavras e elipses de texto, respectivamente com os símbolos gráficos < > e (...).

no começo scripta, spedyndome della mais brevemente. Ca por os grandes cuydados que se me recrecerom depois que pella graça de deos fuy feito Rey, poucos tempos me ficam pera poder sobr'ello cuydar nem screver" (p. 127). Porém, há outros capítulos que também parecem datar desta fase, como o XIV, o XV e o XVI da quinta parte. No XIV há uma referência ao já falecido D. João I ("em estes Reynos delrey, meu senhor e padre, cuja alma deos aja", p. 116), nos outros dois, o autor, imerso nas "grandes ocupações" régias, recorda os tempos passados em que costumava praticar a arte de bem cavalgar e a luta.

Poderíamos ser levados a concluir que só o final da obra, do capítulo XIV da quinta parte até ao fim (ou seja, os três últimos capítulos desta secção, os dois da sexta e o único da sétima), foi escrito entre 1433, data da coroação de D. Duarte, e 1438, ano da sua morte, sendo que as duas últimas partes (VI e VII), segundo a citação feita acima, datam muito provavelmente do último ano de vida do rei, entre 1437-38. Acontece, porém, que o capítulo I da Parte I também fala do falecido D. João I ("longo seria de contar quantos em as guerras delrey, meu senhor e padre, cuja alma deos aja (...)", p. 4), o que leva a colocar a hipótese de este, como outros capítulos das duas primeiras Partes da obra que com ele formam uma unidade ideológica, terem sido escritos, ou pelo menos reescritos, numa fase tardia de maturidade reflexiva, sendo já o autor rei. Datará igualmente desta fase o prólogo, como veremos no capítulo seguinte deste trabalho.

Passaremos agora a delinear os traços gerais da estrutura da obra, que retomaremos depois em pormenor. O *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* divide-se em três Partes, antecedidas de um prólogo, subordinadas respectivamente aos temas da vontade, do poder e do saber. Importantes para "bem e virtuosamente obrar do sso, prudencia, discreçom e boo entendimento" (*Leal Conselheiro*, p. 33), através daqueles três domínios atingem-se também

a competência de cavalgar e todas as outras: "E os que esta manha quiserem aver, helhes necessario que ajom as tres cousas principaaes per que todallas outras manhas se acalçom" (prólogo, pp. 1-2). O monarca sublinha a sua igual importância com adjectivos sinónimos ("grande vontade, poder abastante e muyto saber"), reforçando com esta tripla valoração a ideia de que montar a cavalo é uma prática que exige grande investimento físico e psíquico. O saber, mais do que a vontade e o poder, desenvolve-se através do ensino-aprendizagem, processo que a *Ensinança* pretende desencadear. E embora seja verdade que aquela "manha sem livro se deprende" (prólogo, p. 3), como muitos afirmam, não há dúvida de que a escrita pode trazer grandes vantagens à prática: "Mas entendo que a moor parte de todos acharám grande vantagem em leerem bem todo esto que screvo" (*loc. cit.*).

As três Partes anunciadas no prólogo apresentam extensões muito desiguais, que os objectivos da obra justificam. As duas primeiras somam seis capítulos (vontade, quatro; poder, dois); para a Parte III, tal como consta no preâmbulo que a precede, o autor previu "XVI avysamentos pryncypaaes ao boo cavalgador" (p. 12), isto é, dezasseis partes, de que foram desenvolvidas apenas as primeiras sete, num total de sessenta capítulos. A primeira, "do seer forte", qualificada de "mais pincipal", compreende 21 capítulos; a segunda, "de sseer sem receo", 10; a terceira, "da segurança", 7; a quarta, "de sseer assessegado", 3; a quinta, "de seer solto", 16; a sexta, "da enssynança do bem feryr das sporas, e quejandas devem seer; e como com paaou vara algũas vezes as bestas se devem governar", 2; a sétima, e última, "dalgũa enssynança pera dos periigos e cajões que a cavallo acontecem nos podermos com a graça de Deos guardar", 1.

As cinco primeiras secções exploram as linhas mestras da aprendizagem da arte de cavalgar. Segue-se uma série de ensinamentos específicos, assunto de um grande conjunto de diferentes partes, como sejam a sexta ("que saibha bem ferir das sporas [...]"), a

sétima (“que traga bem a mão a todos freos e bocas de bestas em todo tempo”), a oitava (“que sse saibha guardar dos periigoos que acontecem por as queedas e topamento das arvores, de homões e bestas [...]”), a nona (“que saibha passar bem as terras per matos, serras e colladas [...]”), a décima segunda (“que seja bom aturador em andar grandes caminhos e fazer grandes corrudas (...)”), as décima terceira, décima quarta e décima quinta, respectivamente sobre as bocas dos cavalos e adequação dos freios às mesmas, as fraquezas e virtudes das montadas e a manutenção ou acrescentamento dessas virtudes, temáticas que poderiam figurar em livros de alveitaria. Quanto às décima, décima primeira, pelo seu teor genérico (“que seja bem avisado em todallas cousas que sobre a besta ouver de fazer” e “que seja fremoso em toda sella e maneira de cavalgar [e] em as cousas que a besta fezer, segundo sse per tal sela e geito e o que faz requiere. E ssaibha correger sy e sua besta pera bem parecer e se mostrar no bem, e encobrir o contrairo de ssy e della”) parecem de alguma forma retomar matérias já abordadas nos cinco primeiros “avysamentos”; a décima sexta (“que per speriençyas e regras geeraaes conheça as bem feitas e boas pera cada hũa cousa”) fecha este extenso projecto didáctico, exposto no preâmbulo à Parte III, com a ideia-chave de que a experiência é um reservatório de saber que se utiliza de acordo com as circunstâncias.

A desproporção que separa a vontade (Parte I) e o poder (Parte II) do saber (Parte III) é sinal do privilégio dado à escrita pragmática (anunciada desde logo pelo título *Livro da Ensinança...*), na qual se exprime preferencialmente a vocação didáctica da literatura técnica. A reflexão tendencialmente teórica (“da vontade” e “do poder”) ocupa um espaço reduzido, no entanto de grande importância. À Parte I é explicitamente atribuído um papel de motivação para a arte de cavalgar. Expõem-se aqui os seus benefícios, com o intuito de captar a vontade de ser bom cavaleiro: “E ssobr’ esta parte screvy tanto por enduzer os que a leerem que ajam gram vontade” (p. 9). A Parte II elimina objecções (complexos de “fraqueza”, “ve-

lhice” ou “gordura”, auto-imagens de insuficiência) que não têm razão de ser.

A escrita reflexiva, comprometida com a prática, reaparece na Parte III, em trechos conclusivos, em sínteses intermédias, em capítulos que tratam da educação dos nobres e nas divagações previstas desde o início (“e antremety algũas cousas que perteeem a nossos costumes ainda que tam a proposito nom venham, por fazer a algũus proveito”, prólogo, p. 3). Estas prolongam o interesse do autor pelo pensamento em torno da “scyencia” do cavalgar.

Todas as partes respondem a um plano de coesão estrutural que as introduções e conclusões respectivas ajudam a determinar. Só a última, que o autor terá escrito já muito apressadamente, não apresenta conclusão. Funcionam também como articulações discursivas os referidos balanços intermédios, como exemplificam os capítulos VII, XIV e XIX da primeira parte.

A concepção da estrutura transparece ainda em contextos tão variados como: a recapitulação no início da Parte III do conteúdo das “duas princypaaes partes”, antes de ser anunciado o da “terceira”; a exposição preambular do plano de escrita daquela mesma Parte, constituído pelo resumo dos “xvi avysamentos pryncypaaes ao boo cavalgador”; a passagem em revista desse plano no início da quarta parte (“Passadallas tres partes de que screvy: a primeira [...] a ssegunda [...] a terceira [...] screverei na quarta [...]”, p. 65); e a sua simples evocação para que autor e leitor se situem, no início da quinta (“Guardando a ordem que tenho começada, da soltura [...] me convem trautar”, p. 69). A existência de uma ordem pré-estabelecida leva, por outro lado, a evitar derivações redundantes que insistissem sobre aspectos já tratados por outros autores, noutras obras. São assim postas de lado as matérias de alveitaria: “Outras mais cousas compria de ssaber o perfeito cavalgador, que som scriptas em livro de alveitaria; mais por muyto nom perlongar, e outros sobr’ello screverem [...] as nom entendo de screver” (preâmbulo à Parte III, p. 14). Em nome da mesma coesão interna,

na epígrafe do capítulo xvi da quinta parte explicita-se a intenção de não prolongar o excuro introduzido (“Dos erros da luyta, brevemente scriptos”). Veremos, porém, no final da obra, mais concretamente nas duas últimas partes, o propósito de brevidade perder a conotação tópica que, neste passo e noutros, apresenta para passar a submeter-se à premente realidade extraliterária da falta de tempo, de que o autor entretanto tornado rei se lamenta (cf. sexta parte, p. 127).

À contracção das sequências finais devido a esta urgência, não retórica, mas vivencial, de pôr termo à obra opõe-se, também justificadamente, a expansão da estrutura nas primeiras cinco partes. No capítulo xiv da última destas, “Da maneira do ferir de spada”, D. Duarte recua por momentos à distância meta-discursiva, de onde olha um discurso pormenorizado e exaustivo: “screvy assy compridamente pollas razões suso scriptas do proveito” (p. 116). No capítulo seguinte, “Do louvor das manhas”, toma uma atitude semelhante, lançando desta vez o olhar crítico, não apenas sobre o discurso analítico de um capítulo, mas de um vasto conjunto de capítulos precedentes: “Destas manhas suso scriptas que a cavallo se costumam fazer, screvy assy largamente por algũu custume e grande afeição que delas ouve” (p. 118). Atento à progressão das matérias e à relação entre estas, utiliza com frequência expressões remissivas que se comportam como termos anafóricos que reenviam para co-referentes já enunciados – “reguarde aquellas cousas suso scriptas per que declarey que muytos perdem o rrecoo” (terceira parte, p. 60) – ou por enunciar: “Das mallicias das bestas em todo lugar e tempo convem guardar, como adiante, deos querendo, dyrey quando seu tempo vyer” (sétima parte, p. 137). As remissões tornam a estrutura maleável, aliviando-a de repetições. No entanto, a utilização consciente destas não é evitada, sobretudo quando beneficia o significado do que se reescreve, garantindo-lhe maior eficácia didáctica: “Do segundo, que pertẽce ao corregimento nosso

e da besta, em a dicta parte tam bem he dello scripto; mas conhecendo que pera esto muyto podem algũas cousas dellas aproveitar, [...] outra vez aquy me praz de as screver” (sétima parte, p. 135).

As várias referências à estrutura da obra, investidas de um sentido pedagógico, revelam um projecto de trabalho articulado, pensado como unidade coerente. A preocupação com a construção do texto, praticamente ausente dos tratados técnicos mais antigos, constituídos como súmulas de ensinamentos, é já, aliás, uma realidade importante no *Livro da Montaria* de D. João I. Recordo que nesta obra, no capítulo viii do “Livro Terceiro”, intitulado “de conhecer quejandas som as armadas, e quantas som”, se insiste no recurso aos “bões retóricos” por estes dominarem os mecanismos estéticos e pragmáticos da linguagem, importantes para a legibilidade textual: “escreuer com acordo de bões retóricos, porque a todos he sabudo, que todollos liuros que som de historias, ou de ensinamentos, quando nom som escritos por bõa retorica, todos quando se leem som feos no leer, e de mais se de ensinamentos he, por mingua de retorica, os homẽes o nom tomam a tam bem” (p. 191).

2. O prólogo

Apresentando uma linguagem pessoal, sem formalismos retóricos, o prólogo foi escrito numa fase terminal, como é frequente acontecer. Denuncia-o o pretérito perfeito da expressão “antremety alguas cousas que perteeem a nossos costumes, ainda que tam a proposito nom venham” (p. 3), que quebra o fingimento de uma suposta precedência do texto introdutório relativamente ao restante conjunto da obra (“De cada hũa <grande voontade, poder abastante, e muyto saber> direi apartadamente o que me parece”, p. 2).

O texto em análise divide-se em três secções principais: justificação da escrita, defesa contra objecções à mesma e recomendações

de leitura. Quanto à primeira, D. Duarte começa por subscrever, enquanto autor, a tradição erudita que afirma a prioridade dos objectivos didácticos na escrita: “ajudando aquel dito que de fazer livros nom he fim, por algũu meu spaço e folgança (...) screvo algũas cousas per que seran ajudados” (p. 1). Se o seu trabalho literário tem a finalidade de ensinar os outros, enquanto meio, proporciona-lhe, a si, descanso e distracção, como veremos adiante.

À semelhança do que acontece em muitos outros prólogos de livros técnicos, também aqui a utilidade individual e social do assunto tratado é um elemento desencadeador do ensino. Contudo, é para o plano da aprendizagem que D. Duarte desloca algumas considerações importantes. Sublinha a natureza pragmática do texto, explicitando que é pela via da “contynuada husança” e não da simples leitura que se actualiza o texto didáctico; de outra forma o seu sentido perder-se-ia. Por outro lado, há condições prévias à aprendizagem, como as aptidões naturais e os recursos materiais, que condicionam os resultados da didáctica.

É partindo destes pressupostos que a *Ensinança* visa alcançar o triplo objectivo de “ensynar”, “trazer em renembrancha” e “avysar”, que implica pelo menos três categorias de destinatários no interior do grupo “senhores, cavalleiros e scudeiros”, como sejam os que estão a aprender pela primeira vez, os que se esqueceram de algumas técnicas e os que cometem erros. Os objectos directos de cada um daqueles infinitivos verbais são precisamente os três conteúdos fundamentais que sustentam a macro-estrutura da obra: vontade, poder e saber.

Na segunda secção do prólogo o monarca aprofunda as razões que o levaram ao trabalho literário. É através de uma longa argumentação contra duas objecções a essa actividade que persuade o leitor, o mais reticente e todos os outros, de que um livro sobre a arte de cavalgar é útil para quem lê, mas também para quem escreve. Alguns terão insistido na incompatibilidade entre as ocu-

pações governativas e a actividade de escrita e na redundância de uma obra como a referida, por tratar de uma “manha” que “cada hũu per sy a deprende” (p. 2). Estas duas críticas dão bem conta da forma como alguns sectores da sociedade nobre reagiam ao ócio literário do rei, que não parece alguma vez ter prejudicado a governação, e mostram também a rigidez do conceito de matéria leccionável.

A resposta à primeira crítica baseia-se na observação empírica da natureza humana e é confirmada por um exemplo histórico. A tese de que o “coraçom do homem” sendo tratado com “boos cuydados” produz bons pensamentos, à semelhança do que se passa com um moinho que, alimentado com boa semente, fabrica boa farinha, delimita um espaço de natureza moral em que se inscreve o exemplo de Júlio César. A boa semente, ou os “boos cuydados”, cultivados pelo imperador foram o “estudo” e a produção de “algũas obras”, “por guardar e reteer seu cuidado” (*loc. cit.*) sempre que tinha algum tempo disponível. O autor português qualifica aquelas actividades de “boo e proveitoso remedio” moral para os momentos de ócio, porque ocupam a mente, proporcionando-lhe também distracção. Vimos anteriormente, a propósito de outras obras técnicas, o argumento da “folgança” ser invocado para defender o exercício da cetraria e da montaria; aqui D. Duarte retoma-o não para justificar a validade de uma prática, mas a da sua própria escrita. É uma deslocação interessante que inscreve o acto de fazer livros no paradigma das actividades que permitem distrair o espírito. É portanto nos benefícios psíquicos, que são simultaneamente morais, da ocupação literária que encontra o argumento mais poderoso contra os ataques alheios e a justificação para a compatibilidade entre governação e cultivo das letras.

É o mesmo género de benefícios que o *Leal Conselheiro* aponta para a leitura (“E consiirando que os que leem geeralmente reguardom a estas fiis, scilicet: Prymeira, por acrescentar em vyrtudes, mynguar

em fallicimentos (...) filhar prazer (...)", capítulo xxvii, p. 111), e implicitamente para a escrita, encarada, à semelhança do que acontece no prólogo da *Ensinança*, como uma terapia psico-moral: "E porem nom entendo que <screever> seja occiosidade, mes remedio pera tirar della mym e os outros (...)" (capítulo xxvii, p. 111). Por outro lado, D. Duarte, lembrando entre o texto destas duas citações o exemplo de reis e príncipes letrados, contemporâneos e antigos, sanciona definitivamente a sua actividade literária.

Ao defender-se da segunda objecção, a da inutilidade de um livro sobre a arte de cavalgar, aquele autor começa por aceitar a opinião de outros ("Ao[s] que dizem que esta manha sem livro se deprende, digo que he verdade", p. 3), criando assim um ambiente favorável à contra-argumentação, através da qual procura converter essas vozes aos seus pontos de vista. Insiste no proveito da leitura atenta das matérias tratadas ("todos acharám grande vantagem em leerem bem todo esto que screvo", *loc. cit.*) e aponta para a vantagem de fazer convergir num só objecto todos os ensinamentos orais dispersos sobre a arte de bem cavalgar: "por certo he que a virtude espalhada he mais fraca que se for ajuntada". Este aspecto não é de somenos importância; basta recordar que o prólogo de Mestre Giraldo ao *Livro d'Alveitaria* incide quase exclusivamente sobre o mesmo. E em muitos outros manuais de ensino técnico a reunião e a organização das matérias é objecto de referência ou de reflexão.

A última secção do prólogo, constituída por um pequeno parágrafo de sete linhas, responde à pergunta *como ler um livro técnico?* O facto de existirem recomendações no *Leal Conselheiro*, semelhantes às ali expressas, quer no prólogo, quer no capítulo xciii, "de que guisa se deve leer per os livros dos avangelhos, e outros semelhantes, pera os leerem proveitosamente", significa que o método de leitura proposto para os manuais técnicos se estende a toda a literatura didáctica, moralística e religiosa (literatura não

ficcional), porque o universo da ficção, como lemos no referido parágrafo da *Ensinança*, é abrangido por outros modos de compreensão.

A maneira de ler difere, portanto, consoante a tipologia das obras literárias, sendo que estas se distribuem por duas grandes secções: os livros "destorias" e os livros "d'algũa sciencia ou enssynança" (*loc. cit.*). Os primeiros, respondendo a objectivos lúdicos, pouco exigentes do ponto de vista do entendimento e da memória, podem ser lidos "ryjo" (velocidade) e "muyto juntamente" (quantidade de páginas), ao passo que os segundos, de natureza didáctica e, por isso, implicando fortemente o raciocínio e a memória, exigem outros métodos de abordagem, ou seja, a leitura de poucas páginas de cada vez ("leamno de começo pouco"), em ritmo lento ("passo"), respeitando as pausas indicadas ou o ritmo da frase ("bem apontado"). Por fim, é recomendável a releitura individual. Depreende-se que se esta metodologia não for aplicada não se atinge o duplo objectivo de ensinar/aprender, mas apenas o desprazer e o aborrecimento. Através destes conselhos o autor previne leituras desadequadas e não produtivas; protege-se também dos que o poderiam acusar de não terem experimentado se não o enfado. Num esclarecedor artigo intitulado "D. Duarte e a leitura", João Dionísio aprofunda estas questões e levanta outras relativas ao mesmo tema que enquadram essa actividade num contexto vivencial mais vasto.

A importância da leitura como meio privilegiado de aceder à virtude, meta de todo o conhecimento, justificaria a circulação do texto que mais profundamente explora o assunto, o já referido capítulo do *Leal Conselheiro*, em versão ainda quatrocentista, que encontramos a servir de introdução à segunda parte *Das Collaçoes, ou Conferencias dos PP. Escriptas por João Cassiano: Traduzidas no Idioma Portuguez Antigo por Fr. Baptista de Alenquer, Monge de Alcobaca*.

3. Partes I e II

A arte de cavalgar e a ideologia nobre

As Partes I e II desempenham um papel extremamente importante no conjunto da obra, na medida em que, ao explicarem as razões pelas quais a arte de cavalgar ocupa, ou deverá ocupar, um lugar central na sociedade nobre e minimizarem alguns obstáculos à sua prática, completam definitivamente o quadro justificativo da didáctica do cavalgar, que se começou a esboçar no prólogo.

A Parte I analisa, sob diversas perspectivas, as vantagens de saber montar bem, visando suscitar a “voontade” de cavaleiros e escudeiros aprenderem esta “manha”. No primeiro capítulo, o elogio dos bons cavalgadores surge associado a valores guerreiros como a “honra”, o “proveito” e o “boo prazer”. Sendo a arte de cavalgar um meio privilegiado para concretizar estas aspirações, compreende-se que deva ser prioritária no quotidiano dos nobres, como o era no tempo de D. João I. Graças a ela, muitos dos que combateram ao lado deste rei alcançaram grandes benefícios (“grandes famas, estados e boas gaanças”, p. 4), exemplo que deverá servir de estímulo para os cavaleiros das novas gerações. O *topos dos bons velhos tempos* revela que a nobreza já não se comporta como outrora; as suas estruturas estão em evolução e começam nalguns pontos a divergir do modelo de organização e de funcionamento estabelecido, o que explica que a proposta de revalorização da arte equestre seja também uma proposta de revitalização da ideologia guerreira, assente nos valores referidos acima.

Na carta ao rei D. Duarte sobre o prosseguimento da guerra no Norte de África, o Infante D. Henrique chama às vantagens que a guerra permite atingir “fyns desta vida”, ordenando-as segundo uma hierarquia de quatro níveis, dos quais o primeiro é a salvação da alma: “he de saber que as fyns desta vida som postas em saluar a alma, em honra da pessoa nome lynhagem naçom e em alegrar

o corpo e a derradeira em auer gança temporal” (*Livro dos Conselhos*, p. 116). Define ainda cada um desses fins, iluminando o seu conteúdo ideológico. Por exemplo, a honra alcança-se “quando o homem faz taes obras e feitos per que seu padre e lynhagem e naçom som honrrados” (*ibid.*, p. 117), explicação que D. Duarte na *Ensinança* sintetiza na palavra *fama*. Todavia, a honra, sendo essencialmente consequência das proezas bélicas, pode também resultar, como indica este autor no capítulo II, do virtuosismo com que o cavaleiro nos tempos de paz tornea, justa, joga canas, maneja lanças, caça no monte ou pratica qualquer outra actividade a cavalo, mostrando a sua capacidade guerreira. Os manuais de ensino militar antigos, entre os quais o *Institutorum Rei Militaris* de Vegécio, não deixavam margem para dúvidas quanto à utilidade dos exercícios recreativos na formação militar do jovem nobre. Entre as vantagens que se colhem de ser hábil nesse tipo de exercícios, nomeadamente na montaria, está, de facto, a possibilidade de se poder ser requisitado para a guerra.

Como modalidade subjacente a outros, cavalgar bem é, em qualquer contexto, motivo de contentamento para os senhores, sendo igualmente uma marca distintiva do estatuto social e da competência pessoal. Por exemplo, os escudeiros “onde quer que forem” poderão “logo fazer tal manha per que sejam preçados e conhecidos que som homões pera feito e criados em boa conta” (*Ensinança*, p. 7). Imaginamos que a fama que cavaleiros e escudeiros pudessem alcançar no tempo de paz (“bem parecer”, os monteiros; “preçados e conhecidos”, os escudeiros) não ultrapassaria certamente a que a guerra lhes permitia atingir, eternizada, no caso dos grandes senhores, em crónicas e noutros documentos escritos; mas não deixava por isso de ser uma parte importante, se não mesmo determinante, na construção de uma imagem total do homem de armas. A percepção desse facto está na origem da escrita do segundo capítulo, que completa assim o sentido do anterior.

Se o capítulo II incide sobre o prestígio resultante de ser bom cavalgador, o terceiro trata do “proveito”. O Infante D. Henrique,

na fonte já referida, lembra que o “cuydado do ganço logo deue ser conJunto aa outra fym // E se a fym he boa bom he o ganço e se bem he auydo he” (*Livro dos Conselhos*, p. 117). Longe desta perspectiva moral, D. Duarte, no capítulo I, regista apenas dois sinónimos daquele conceito, “estados e boas gaanças”, e no III faz eco de uma certa polémica a propósito do assunto, que acaba por desviar para a área em que sempre encontra as soluções finais: a da moral. Assim, às vezes que dizem que “vyrom muytos seer boos cavalgadores, e pouco por ello prezados” (*Ensinança*, p. 7), dando o contexto a entender que esta última palavra significa reconhecimento material, o autor responde com o mesmo argumento da insuficiência material, considerada inerente à arte de bem montar: “esta manha per ssy soo nom he soficiente pera fazer algũ muyto valer, como fazem outros mesteres per que os homẽes vivem” (*loc. cit.*). Desvalorizando no entanto esta realidade como problema, sobrepõe-lhe uma questão de verdadeiro interesse, a da suficiência das virtudes na vida humana: “por que as cousas principaaes encamynhadores (...) som estas: Averem boas voontades de fazer todallas cousas virtuosamente” (pp. 7-8). Definitivamente deslocada para este campo a argumentação, o assunto proposto em título e começado a tratar nas primeiras linhas do capítulo acaba por funcionar como pretexto para introduzir uma reflexão moral, bastante esclarecedora da mundividência de D. Duarte.

O rei delimita aí dois universos, que pensa deverem estar interligados: o primeiro e mais importante é o das grandes regras de vida, definidas em torno de três áreas, a vontade, o poder e o saber; o segundo é o das “manhas” que os fidalgos costumam praticar (cavalgar, justar, dançar). A diferença entre um e outro reside no facto de que aquele por si só permite ao homem encontrar a plenitude, ao passo que na execução das actividades guerreiras e cortesãs os bons resultados não dependem apenas da destreza física, mas de um comportamento global que subentende também a formação moral e intelectual. Fica desde já expressa a necessidade de

todo o jovem nobre se submeter a uma educação integral que o coloque à altura dos seus “estados e officios”. A Parte III da obra fornecerá as directrizes essenciais dessa educação a implantar, numa corte cada vez mais seduzida pela vida palaciana e mais distante dos focos de guerra, entretanto deslocados para a costa africana. Aqui, como testemunham a *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes* e a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara, continuavam bem presentes os valores guerreiros, que se actualizavam no dia-a-dia das ofensivas e contra-ofensivas militares, ao contrário do que acontecia no reino, onde a paz estabelecida com Castela desde 1411 parecia ir apagando ideais e usos guerreiros.

Voltando ao texto da *Ensinança* em análise, no que diz respeito à “folgança” (capítulo IV), definida pelo Infante D. Henrique como finalidade efémera, “muyto pequena fym porque cada dia se perde” (*Livro dos Conselhos*, p. 117), manifesta-se através da alegria que o cavaleiro sente quando as suas competências são elogiadas e quando monta um bom cavalo. A satisfação pessoal é o último factor referido por D. Duarte para induzir os seus leitores à prática da arte de cavalgar. Contudo, não é menos importante que os anteriores, sobretudo para alguém que tanto reflectiu acerca das causas e efeitos destrutivos de estados psíquicos como a “tristeza”, o “nojo” e o “enfadamento”.

Na conclusão desta Parte I são recapituladas as vantagens de cavalgar bem numa lista de sete alíneas, tendo sido anunciadas seis (p. 9). Este aumento para sete das três vantagens fundamentais, anteriormente apontadas (“honrra”, “proveito” e “boo prazer”), resulta de desdobramentos redundantes (“A primeira, seer mais pres-tes pera servir seu senhor, e acudir a muytas cousas que lhe acontecer poderóm de sua honrra e proveito”; “A terceira, honrrado”), da inserção de dois elementos novos (“A quarta, guardado. A quinta, seer tym[u]do”), do emprego de conceitos com sentido próximo (“A ssegunda, andar folgado”; “A ssexta, ledó”), e ainda do aproveitamento de um aspecto importante desenvolvido no primeiro

capítulo (“A sséitima, acrecenta m[a]yor e melhor coração”, ou seja, proporciona força psíquica e virtudes morais, resultado alcançado através da acção conjunta do saber e da vontade). Multiplicando as vantagens, o autor utiliza a quantidade como estratégia de persuasão, sem que, no entanto, deixe de repetir a advertência de que esses benefícios se atingem através da combinação do domínio da técnica do cavalgar com a posse de bons cavalos.

Uma vez estimulado o *querer*, através de um discurso argumentativo bem concebido e organizado, que reúne primeiro os aspectos mais importantes a tratar (capítulo I, “honrra, proveito e booo prazer”) e depois os desenvolve, um a um, nos três capítulos seguintes, D. Duarte passa ao domínio das condições físicas e materiais do cavaleiro, na Parte II, intitulada “Do poder”.

Esta é constituída por dois capítulos: capítulo I, “Do poder do corpo e da fazenda”, e capítulo II, “Do poder da fazenda”. O monarca defende neles a tese de que o poder físico e material não são condição determinante para ser bom cavalgador. Na sequência de afirmações feitas anteriormente, volta a insistir na supremacia da vontade, com que combina agora a do saber, fazendo depender de ambos a eficácia do poder. Daqui resultam minimizadas, se não mesmo invalidadas, as objecções à aprendizagem da arte de cavalgar que têm como argumento a fraqueza física (“poder do corpo”) ou as questões materiais (“poder da fazenda”).

O capítulo I apresenta uma lógica discursiva que evolui segundo o esquema clássico da tese, antítese e síntese. À opinião dos que julgam que por “fraqueza”, “velhice” ou “gordura” não podem ser bons cavalgadores, perdendo assim a vontade de aprender, o autor contrapõe duas posições diferentes. Uma primeira, de natureza religiosa, aponta a “boa speranza” como forma de ultrapassar toda a “desasperação” provocada por quaisquer desvantagens. Porém, a fé, embora de importância preponderante, não seria certamente suficiente para levar os mais reticentes a arriscar quedas e a enfrentar perigos; por isso, o cavaleiro fraco, velho ou gordo é convidado

a observar a realidade que o cerca para se dar conta de que aí existem outros em condições físicas semelhantes, ou até piores, que montam com destreza: “logo acharóm outros mais fracos e mais velhos que a bem sabem (...) verom outros que os <falimentos> tõe tamanhos e mayores, que non som por elles tanto embargados” (p. 10). O apelo à observação e reflexão multiplica-se em enuncia-dos que, repetindo a mesma ideia de fundo, reforçam o peso deste segundo ponto de vista e antecipam a conclusão final de tom aforístico: “se voontade e saber ouverem, que o poder nom lhes fallecerá” (p. 11). À esperança na ajuda divina junta-se, portanto, a confiança na “voontade” humana, capaz de transformar os cavaleiros menos dotados fisicamente, não em exímios cavalgadores, mas pelo menos em “homões, e nom bestas mais sem proveito que ellas” (*loc. cit.*).

Em relação ao “poder da fazenda” (capítulo II), que diz respeito aos recursos económicos que permitem comprar bons cavalos e mantê-los, D. Duarte aplica o mesmo princípio, válido para o poder físico, da supremacia da vontade e do saber (“se grande voontade tenerem e muyto saber, a poucos fallecerá o poder”, *loc. cit.*), mostrando que estas duas faculdades rentabilizam aqueles recursos, por si só insuficientes para fazer de alguém um bom cavalgador. O que o *querer* consegue está à vista de todos, no exemplo dos “bébedos” e “tafuees” que não abandonam o vício devido a uma vontade persistente, embora prejudicial. Se no domínio das “manhas astrosas” (como beber e jogar) a obstinação agrava os comportamentos, noutros melhora-os, e na condição específica da arte de cavalgar aqui tratada, a do poder económico, estimula o desejo de comprar e de criar boas montadas. Por outro lado, aquele que aprendeu a tratar e a domar cavalos pode comprá-los em estado selvagem e assim poupar dinheiro, colocando nesta medida o saber ao serviço do “poder da fazenda”.

Assim concluídos estes assuntos, o autor da *Ensinança* entra definitivamente no vasto campo do saber/saber fazer (Parte III).

4. Parte III

Capítulos introdutórios

São especialmente as introduções, as conclusões e as sínteses intermédias que asseguram a conexão sequencial na Parte III, a mais extensa da obra. Valerá a pena, por isso, determo-nos um pouco sobre as suas características. Começando pelas introduções, verificamos que, invariavelmente, os primeiros capítulos abrem com a indicação de que a matéria a tratar vem na sequência de outra abordada anteriormente e de que há um plano que as coordena.

A primeira parte entra em linha de continuidade com a planificação geral da referida Parte III, fornecida em preâmbulo, reenunciando o primeiro elemento desse plano que se começa a cumprir (“Eu disse que hũa das principaaes cousas que avya daver o boo cavalgador, era seer forte em se teer na besta”, p. 14); a segunda retoma o assunto anterior também através da reiteração lexical (“acabei de screver os avysamentos que boos e razoados me parecerom pera cavalgar forte”, p. 42), inscrevendo-se numa lógica de sequência (“proseguyndo manha [e] ordenança screvo outros pera seermos ajudados a cavalgar sem receo”, *loc. cit.*); a terceira remete esta lógica para o domínio do implícito, privilegiando a da causalidade (“De seer homem sem receo em cavalgar, se dá grande aazo a sseer seguro na voontade e contenença, e saber mostrar sua segurança”, p. 57), que liga os conteúdos da segurança (consequente) aos do medo (antecedente), explorados na secção anterior. No início da quarta parte reencontramos o mesmo processo de coesão lexical que permite ligá-la, não só ao conjunto dos capítulos imediatamente anteriores, mas também a todos os outros que engrossam a Parte III: “Passadallas tres partes de que screvy: a primeira de sseer forte (...) screverei na quarta de sseer assessegado mais brevemente” (p. 65). A quinta reduz este enunciado reiterativo à

evocação de uma cronologia na escrita, sempre presente no começo de cada nova unidade textual: “Guardando a ordem que tenho começada, da soltura que sobre a besta aver se deve me conven trautar” (p. 69). O mesmo acontece na sexta parte, onde a revelação de um interregno de quatro anos na escrita (só aqui quebrado), motivado pelas tarefas da governação, incompatíveis com o ócio intelectual, redobra de sentido as referências ao plano inicial de trabalho, que continua a desempenhar um papel ordenador importante: “E guardando a ordem começada, da maneira do feryr das sporas (...)” (p. 127). O facto de a última parte ignorar esta espécie de *topos da ordem começada* lança a suspeita do não cumprimento de um plano até aqui cuidadosamente respeitado. A leitura do capítulo único que a constitui confirma que, de facto, a matéria que à partida se esperava ver tratada (levar “bem a mão a todos freos e bocas de bestas em todo tempo”, p. 13) é apenas sumariamente referida, optando o autor por desenvolver o assunto programado para a oitava parte (“periigoos que acontecem por as queedas (...), *loc. cit.*”). Verifica-se ainda uma incursão rápida no conteúdo previsto para a nona parte (“que saibha passar bem as terras per matos, serras e colladas, e per quaaes quer outros logares”, *loc. cit.*).

Explicitar um nexos entre as várias secções da obra facilita acima de tudo a organização interna da memória, de que depende afinal a eficácia pedagógica. Para além das referências estruturais apontadas, há em cada introdução outros aspectos que são igualmente reveladores desta necessidade de arrumação da matéria, como as enumerações que a delimitam e compartimentam.

Assim, nas introduções das primeira, segunda, terceira e quarta partes é apresentada, respectivamente, a lista do que contribui para ser forte, destemido, seguro e firme. O início da terceira enumera também os factores que impedem de ser seguro. Nos começos da quinta e sétima partes são listados os “embargos” à “soltura” e as “cinco geeraaes partes <por que> fallecemos em myngua de nos

sabermos dos cajões avisar”, respectivamente. As linhas introdutórias da sexta parte falam de “fallecimentos” e da “boa maneira” no uso das esporas, não discriminando, no entanto, em que consistem. Este levantamento mostra que o tratamento dos conteúdos de cada secção oscilou entre duas opções didácticas diferentes, utilizadas conjuntamente no domínio da segurança (terceira parte) e dos perigos e acidentes (sétima), uma vez que em ambos os casos a uma lista de factores de ordem positiva que conduzem a determinado resultado é contraposta outra de factores negativos, ou seja, dos maus comportamentos que são obstáculo ao alcance desse resultado. Igualmente importante nestes lugares do livro é a definição do objectivo didáctico-pragmático da escrita, enunciado por expressões como “parece bem dar estes conselhos pera cada hũu delles proveitosamente se poder ajudar” (sétima parte, p. 135) e “he de ssaber que a myngua da segurança da voontade se mostra per (...)” (terceira parte, p. 57), por exemplo. Por outro lado, em nenhuma introdução o anúncio do objecto de escrita abrange as divagações inseridas.

Além dos pontos de convergência entre os vários textos introdutórios, existem as especificidades, como a reflexão meta-didáctica incluída, no fim da vida de D. Duarte, na última parte da obra. Pela primeira vez, o autor refere-se de forma extensiva ao alcance dos seus “avisamentos”, apontando-lhes dois tipos de limitações: as que derivam da dependência do saber humano face à vontade divina (“todo avysamento dos homões nom val cousa que preste, se per graça special do senhor deos nom for ajudado”, p. 134) e as inerentes à relação entre as palavras e a vida, de onde se tira que o discurso de ensino não esgota todas as situações do real e não é por si só suficiente para garantir êxitos: “nom pensso nem outrem queira entender que presumo meus avisamentos seerem abastantes pera guardar seguramente de todo mal e cajom” (*loc. cit.*). Isto não retira, contudo, utilidade aos “conselhos” cuja fonte é a experiência, racionalizada através da linguagem.

Conclusões e balanços reflexivos

Os trechos conclusivos e os balanços intermédios são momentos em que se introduz a distância crítica e a síntese, que trazem a primeiro plano aspectos e perspectivas de aprendizagem importantes. À semelhança das introduções, não seguem um esquema único de arrumação do que há para dizer, mas tantos quantos a progressão da escrita vai determinando. Os trechos a que chamei balanços encontram-se apenas na primeira parte, intitulada “seer forte” (capítulos VII, XIV e XIX), possivelmente por ser a mais extensa e a mais seccionável.

Começo por identificar os blocos temáticos que constituem essa secção da obra: o primeiro descreve as maneiras de cavalgar consoante os diferentes tipos de sela, o segundo fala do “andar direito” e o terceiro do “corregimento” do cavalo e do cavaleiro. De fora destes grupos ficam apenas o capítulo XI, digressão moral sobre o “andar direito”, o XX, sobre a táctica para, estando montado, agarrar outro cavaleiro, as referidas passagens intermédias de teor especulativo e a conclusão final, no capítulo XXI.

A relativa autonomia de cada um dos conjuntos de capítulos correspondentes aos três temas indicados cria pequenos espaços vazios entre eles, onde se encaixam os três balanços reflexivos atrás identificados, cujas características passamos a apontar. O capítulo VII, em que se completa o sentido didáctico de toda uma subdivisão temática, procura mostrar a utilidade de se conhecerem as várias maneiras de cavalgar explicadas nos capítulos anteriores para corrigir a limitação resultante de apenas se saber “hũu geito”; essa limitação é ilustrada pelos exemplos estereotipados do “marim de Feez”, acostumado a cavalgar apenas em sela de gineta, e dos ingleses e franceses, habituados a fazê-lo com as pernas esticadas e sem fazerem grande uso das estribeiras, um e outros em dificuldades certas quando pela primeira vez tivessem de usar arreios diferentes.

Curiosamente, o capítulo XIV, que sucede a um núcleo de cinco capítulos sobre o “andar direito” (VIII a XIII, excluindo o XI) não se demora sobre esta matéria, de que apenas refere a utilidade. Prefere voltar às maneiras de cavalgar, actualizando a ideia central do capítulo VII enunciada acima. Regressar ao mesmo conteúdo reforça, sem dúvida, a sua importância, ao mesmo tempo que cria a possibilidade de introdução de um pormenor relevante, anteriormente esquecido, a propósito da sela de Bravante.

À semelhança do anterior, o capítulo XIX não conclui sobre a matéria imediatamente precedente, o “corregimento” do cavalo e do cavaleiro (XV a XVIII), insistindo antes sobre as quedas do cavalo e suas causas, tratadas no segundo grande núcleo temático, “andar direito”, talvez por ser a questão, de entre todas as que foram desenvolvidas, que melhor serve o objectivo em mente: a reflexão sobre o binómio vontade/saber. Este facto mostra que as paragens reflexivas, para além da função articuladora, podem também ser pretexto para reintroduzir aspectos a que se pretende dar relevo. Não é a primeira vez que a vontade, como força dinamizadora da acção, é objecto de uma reflexão mais ou menos longa; isso acontece também no capítulo XI (a primeira digressão da obra, que analisaremos adiante) e em termos parcialmente semelhantes (analogia entre as consequências da fraqueza de vontade no cavalgar e na vida).

Interessante é o facto de as grandes linhas da estrutura ideológica deste capítulo XIX virem a ser retomadas dois capítulos depois, isto é, na conclusão final (capítulo XXI). Ambos os capítulos incidem sobre a importância da acção conjunta do saber (pelejar, justar, defrontar obstáculos, no primeiro caso; manter-se direito ao manusear uma lança, ao atirá-la, ao cortar com a espada, no segundo) e da vontade firme, e estabelecem uma analogia entre a condição fundamental do “ter-se direito” no cavalgar e a actuação de acordo com a boa consciência e o estatuto social, na vida. As diferenças relevantes entre os dois capítulos são apenas de perspectiva. Se no XIX todo o discurso

se organiza sob a óptica da queda (cai-se do cavalo e na luta por falta de saber e de força de vontade; cai-se também na vida pelas mesmas razões), sendo destacadas as falhas que a motivam, através de expressões de sentido negativo como “per myngua de nom sabermos” e “desacordo de voontade” (p. 37), no XXI o tom empregado é o do conselho (“deve seer”), dado por frases de sentido positivo, de que é exemplo a seguinte: “a voontade deve seer segura, e a entençom principal em se teer direito na besta” (p. 40).

Bastante selectiva nas matérias que recupera, esta conclusão final segue, no fundo, a tendência notada nos balanços intermédios para incursões em áreas específicas da predilecção do autor ou, pelo menos, tidas por este como particularmente importantes. Mostra as capacidades didácticas de um sujeito que não se limita a transmitir um saber técnico, mas que ajuíza sobre ele, insistindo em dados creditados pela observação e experiência próprias, entrando em pormenores relevantes, explorando relações entre a matéria técnica e o comportamento moral do homem, reforçando, enfim, através do discurso opinativo, as verdades transmitidas pelo discurso técnico.

As conclusões das duas partes seguintes, a segunda (“do sseer sem receo”) e a terceira (“da segurança”), sublinham a importância do diagnóstico dos defeitos ou incapacidades pessoais. Na segunda, a conclusão ocupa apenas o último parágrafo do capítulo X. O autor começa por lembrar que o receio tolhe as capacidades de aprendizagem do cavalgar e de outras artes do corpo, avançando as implicações sociais daí decorrentes, como sejam as limitações no “acrecentamento” e “honrras” pessoais, para de seguida lançar a ideia-chave de que é através do conhecimento da origem daquela reacção psíquica e dos meios para a combater que esta se pode ultrapassar, ajudando Deus. Na terceira parte, capítulo V, D. Duarte continua a defender a prioridade do auto-exame como meio de detecção de manifestações, neste caso específico, da falta de segurança (“torvar”, “empacho”, “trigança” ou “poer mayor femença do

que deve”, p. 61) para que se possa emendar o defeito. O que se passa agora é que, ao contrário do trecho conclusivo anterior, há um prolongamento textual que compreende duas etapas, uma de sentido prático, outra de sentido teórico, que ajudam a entender os mecanismos de funcionamento da segurança. Vejamos as suas características.

A primeira é constituída pelos exemplos de como se podem contrariar os efeitos da perturbação desta competência e assim inverter a própria causa. Reflectem-se aí dois tipos de pedagogia diferentes: por um lado a análise racional (“Se algũu se conhece della <segurança> mynguado por medo, vergonha ou empacho que aja de cavalgar, reguarde aquellas cousas suso scriptas per que declarey que muytos perdem o rreceo”, p. 60) e, por outro, o comportamento “per o contraio”: “E sse vyr que erra por trigança, el a faça por hũu tempo tam devagar que lhe pareça que as faz mais vagarosamente que deve” (p. 61). Quanto à segunda etapa, esta é uma espécie de alegoria dos debates psicológicos que se travam no cavaleiro a propósito da segurança, explicativos de todas as formas de actuação, inclusivamente as exemplificadas anteriormente. Os três elementos envolvidos são o coração, o desejo e o entendimento, sendo que, quando os dois primeiros insistem em comportamentos contrários ao desejável (“sobeja segurança que o coraçom quer mostrar” e “proveito de que o desejo se quer proveer”, p. 62), cabe ao último desempenhar o papel de árbitro: “o boo entender julga o que dereitamente avemos seguyr” (*loc. cit.*). O uso da razão é um exercício necessário, embora não suficiente, porque acima está a vontade de Deus, que relativiza quanto se pode e sabe fazer. Conhecendo isso, o cavaleiro age com “temperança”, segundo uma consciência instruída técnica e moralmente e ajudada pelo exemplo dos bons.

A conclusão da quarta parte (“de seer assessegado”) segue em linhas gerais os tópicos desenvolvidos nas precedentes. Restrin-

gindo-se a cerca de oito linhas no fim do capítulo III, começa por apontar as consequências do “assesego”³ na montada (“ajuda a sseer em ella ryjo, solto e fremoso, e ao bem trazer da mão e moor parte das outras cousas que o boo cavalgador deve aver”, p. 68), fazendo depois apelo ao treino dessa qualidade aplicada ao corpo, cabeça e posição em geral; finalmente, aconselha o cavaleiro, uma vez mais, a gerir racionalmente o processo de aprendizagem, examinando e copiando os gestos dos bons executantes.

Na parte seguinte (“de seer solto”), a conclusão, que ocupa quinze linhas no meio do capítulo XIV, distancia-se da orientação ideológica seguida nas anteriores. Depois de justificada, com o tópico do proveito, a extensão do discurso sobre as “manhas” que constituem o assunto dos capítulos precedentes (“o andar do monte, e caça, e reger lanças, remessállas, e jugállas canas, ferir despada, p. 73) e antes de dissertar sobre mais um exercício, na segunda secção do capítulo, tem lugar uma reflexão sobre a experiência, indiscutivelmente a mais completa de quantas se encontram na obra sobre o tema. D. Duarte procura definir esse saber experiencial que é a fonte do seu ensino, apoiando-se em duas coordenadas: a actualidade e a autoridade. A experiência de que fala, e que admite que alguns possam ter dificuldade em reconhecer na prática quotidiana, é a que reflecte, na sua versão mais perfeita, os usos contemporâneos em Portugal, aliás já em mudança, como o capítulo XV mostrará. É, por outro lado, uma experiência fiável porque assenta na verdade do que se viveu, experimentou e aprendeu dessa forma, e não naquilo de que se ouviu falar. A “autoridade” a que se recorre não é, portanto, de natureza oral ou livresca, mas vivencial.

O autor aproveita os dois terços seguintes do texto para registar “mais hũu avysamento aos senhores pera mostramento desta soltu-

³ A palavra “assesego” parece traduzir a ideia de imobilidade, quietude (“quedo”; “dereito”, p. 68).

ra" (p. 116): que os cavaleiros montem sozinhos, sem ajudas, armados, e que se habituem a saltar de um cavalo para outro. Para testemunhar a validade desses princípios, recorda o seu próprio caso de cavaleiro habituado a saltar para a sela com todo o tipo de vestes, e um outro, lido no *Regimento de Príncipes*, dos romanos que no intervalo das guerras utilizavam para treino cavalos de madeira. Dos conselhos passa-se àquilo que me parece ser mais um apelo que um "avysamento": que os senhores retomem o costume de montar sozinhos nas caçadas e no campo. O discurso deixa de advertir ou de aconselhar, aproxima-se mais do leitor, incitando-o: "tornemsse a esta husança, e som certo que acharóm em ello muy grande vantagem" (p. 117). E continuando a apostar nos efeitos pedagógicos do exemplo, o autor recorda que D. João I, herói de um passado recente glorioso, quando "passava de LXX ãnos, do chãao sem outra vantagem cavalgava em besta de razoada altura assy desembargadamente" (*loc. cit.*). Insistir na natureza pragmática da escrita não é demais e, por isso, numa segunda e final conclusão, são retomados os argumentos da anterior; nestes assenta a validade do objectivo principal do livro: dar conselhos úteis, apropriando-os a cada finalidade específica.

Nas duas últimas partes, a pressa de concluir a obra levou D. Duarte a adoptar outra estratégia. No final do segundo capítulo da sexta parte há apenas um enunciado-remate que põe um ponto final nos assuntos tratados: "E assy faço brevemente fym desta sexta parte, do ferir das sporas, paaou vara" (p. 134). Na sétima não há qualquer esboço de conclusão.

As conclusões são, portanto, momentos de pausa para articulação do discurso. É também aí que o autor expõe mais longamente a sua subjectividade, através de juízos de valor sobre conteúdos técnicos e de apreciações sobre o comportamento moral humano, que entram em relação de analogia com aqueles conteúdos. Assim se vai definindo um perfil de cavaleiro, homem que domina um determinado saber prático, em que se conjugam componentes fisi-

cas e psicológicas igualmente importantes e que, simultaneamente, age de acordo com os valores morais cristãos, aspecto retomado em várias outras ocasiões.

Os capítulos ou excertos conclusivos são também aproveitados para a justificação de opções de escrita, isto é, para afirmar o sentido pragmático da mesma e para a reflexão sobre a importância do fundamento do saber na experiência. São igualmente uma espécie de pontos de ancoragem da memória, na medida em que, através de pequenas sínteses ou juízos sobre o que se ensina, se convida à rememoração e, conseqüentemente, à consolidação de um saber, que estará adquirido quando for bem usado na prática.

Note-se ainda que aqueles trechos nem sempre se situam em posição terminal, como acontece com o capítulo v da terceira parte e o xiv da quinta. De facto, cada um deles é seguido por outros dois. E embora a natureza destes seja diversa da do conjunto aqui tratado, valerá a pena escrever algumas linhas sobre eles.

No primeiro caso, os dois capítulos finais retomam a temática da segurança sob a forma de polémica. D. Duarte procura aqui chamar a atenção para a oposição entre os seus argumentos a favor de comportamentos fingidos ("mostranças contrafeitas"), que incutem no cavaleiro o sentido da segurança, à força de a ostentar, e a opinião dos que dizem rejeitar a "mentira" como forma de aprendizagem, posição aliás logo de seguida rebatida: "respondo que taaes mostranças feitas a boa fim, por homem vezar bem seu coração e encobrir de ssy todo contrairo, sem viir a outrem perjuizo, que nom he mentira" (p. 65). Se há outros passos na *Ensinança* de discurso polémico, mais breves, contudo, em nenhum deles se chega a desenvolver claramente um percurso argumentativo, como nestes textos acontece. Situados num lugar à parte, no conjunto a que pertencem, depois da respectiva conclusão, a colocação apendicular, pensada ou ocasional, sublinha a sua especificidade temática.

Já o capítulo xiv da quinta parte, ainda que não seja fronteira de encerramento da mesma, põe termo ao assunto tratado. Seguem-se

-lhe dois capítulos que abordam assuntos que nada têm a ver com a "soltura": "Do louvor das manhas" e "Dos erros da luyta, brevemente scriptos", ou seja, uma reflexão de carácter geral e uma digressão técnica.

Ensinamentos técnicos (corpo e equipamento)

Dos sessenta e seis capítulos (mais um prólogo e um preâmbulo) da *Ensinança*, trinta são constituídos por ensinamentos técnicos respeitantes, quer ao comportamento físico do cavaleiro, quer aos apetrechos materiais próprios da arte de cavalgar (selas, freios, esporas e correias). Os procedimentos retóricos neles utilizados parecem reduzir-se, à primeira vista, a algumas estruturas recorrentes, como as enumerações, as séries descritivas, as listas e os exemplos, que se articulam de forma mais ou menos variada, dando origem a esquemas textuais diferentes. Por vezes repetem-se ao longo de unidades temáticas mais pequenas, cuja delimitação reforçam no interior de cada uma das partes que subdividem a Parte III do livro. É isso que acontece na primeira parte com três grupos de capítulos tematicamente distintos (II, III, IV, V, VI; VIII, IX, X, XII, XIII; e XV, XVI, XVII, XVIII). Uma leitura mais atenta do vasto conjunto de capítulos sobre matéria técnica permite, no entanto, reparar no lugar que ocupam a opinião e o comentário e avaliar da sua importância na caracterização da escrita técnica de D. Duarte.

Começemos por observar o primeiro daqueles grupos, sobre as "maneiras de cavalgar". É constituído por cinco capítulos que apresentam uma estrutura comum, organizada com base nas mesmas componentes. No início de cada capítulo o autor faz o resumo da maneira de cavalgar indicada no título (II, "Da maneyra das sellas de Bravante"; III, "Dos que nom fazem grande conta das estrebeiras"; IV, "Dos que andam firmes e alto nas strebeiras"; V, "Do cavalgar com as pernas encolhydas"; VI, "Do cavalgar em ouosso e bardom"), que

compreende em geral a referência a um, ou mais do que um, dos seguintes elementos: o assento na sela, as pernas e os pés. Passada esta etapa introdutória, os capítulos II, III e IV localizam geograficamente as respectivas formas de cavalgar. Um terceiro momento é reservado à descrição desenvolvida das mesmas, introduzida por expressões como "a maneira do seu boo cavalgar he esta" (p. 17) e "a ssua maneira mais firme he" (p. 18), que apontam directamente para preceitos práticos. Nestas descrições diz-se aquilo que se deve fazer e, por vezes, também o que não se deve fazer (caps. II, IV e V), através de sequências de instruções que, incidindo sobre as mesmas partes do corpo (pés, pernas, tronco), utilizam um léxico bastante circunscrito, de que ressaltam as formas adjectivais "direitas", "firmadas", "encolhidas" (pernas), "firmes", "dobrados" (pés), "direito", "asseentado" e as verbais "apertar", "firmar" (ou não "firmar"), "seer" (ou não "seer") e "çarrarse". Esta concentração lexical traduz um sentido de economia didáctica, que se opõe à dissipação de ensinamentos.

Uma quarta componente, o comentário do autor, aparece apenas nos capítulos III, IV e V. No primeiro, D. Duarte expressa uma opinião acerca do uso das estribeiras, implicitamente fundamentada no princípio da utilidade, e nos dois outros dá pareceres, respectivamente sobre a posição a adoptar quando as "estrebeiras som atroxadas" e sobre o cavalgar com as pernas encurvadas em todo o tipo de sela. Ali socorre-se de dois critérios, o pragmático e o estético; aqui, apenas do último. Em nenhum dos capítulos fala de experiência e observação pessoais, mas as opiniões que os rematam têm como origem essa fonte; exemplifica-o a seguinte afirmação: "Pódesse em todas estas sellas suso scriptas teer esta maneira de cavalgar das pernas encurvadas, assy como em sellas de gynetas, e seer forte e assessegado e solto, mais nom fremoso em outras que eu visse" (pp. 18-19).

No segundo conjunto de capítulos, sobre quedas, introduzido pelo capítulo VIII ("Como pera todo presta andar dereito em todallas cousas que a besta faz, e declarar como podemos cayr pera cada hũa

parte”), o qual faz uma antecipação em resumo dos assuntos tratados de seguida, repetem-se de novo esquemas de organização textual. Assim, os capítulos IX, X e XII estruturam-se em torno das ideias seguintes: erros de actuação que levam o cavaleiro a cair do cavalo na sequência de movimentos inesperados feitos pela montada (capítulo IX, quedas para a frente; cap. X, quedas para trás; cap. XII, quedas para os lados), exemplos de como se evitam as quedas, segundo a experiência pessoal do autor, e conselhos de ordem prática (a que é acrescentado um aviso útil no primeiro daqueles capítulos). Quer isto dizer que o leitor é confrontado primeiro com aqueles que poderão ser os seus próprios erros e, logo a seguir, é levado, quer a visualizar exemplos de como em situações específicas D. Duarte actuou de forma a evitar cair (“quando com mygo pullava curto (...)”, p. 22; “quando a besta sobe per algũa sobida muyto alta (...)”, p. 24), quer a imaginar determinado comportamento exemplar através dos conselhos dados (cap. XII), sendo finalmente convidado a reter avisos úteis. Assim, no que diz respeito à experiência, não apenas implícita, mas mostrada através de exemplos, para além do valor didáctico que se lhe reconhece, serve, como se infere do capítulo IX, de incitamento a que cada cavaleiro procure aí soluções para si: “E esta speriencia achei muyto certa per mym, por que o provei sem o veendo fazer nem dizer a outro nehũu cavalgador” (p. 22).

Finalmente, o capítulo XIII (“Da pergunta que se faz, donde he melhor apertar as pernas, e como se devem trazer os pees”), que encerra o conjunto sobre o “andar dereito” e as quedas, é uma resposta a perguntas feitas por interlocutores, cujas vozes se fazem ouvir através das orações interrogativas indirectas das primeiras linhas: “fazem algũus perguntas se he mais firme apertar as pernas dos geolhos (...)” (p. 27). Restabelece-se aqui um diálogo dirigido não só àqueles que num quadro real ou hipotético de comunicação oral lançaram perguntas, mas também a um conjunto alargado de interlocutores, agora leitores, a quem interessa o mesmo tipo de

questões. Oferecendo-se como prolongamento da oralidade, a escrita procura assim manter a máxima proximidade comunicativa. Muito do que o monarca quatrocentista escreveu na *Ensinança* foi certamente objecto de conversas regulares com cavaleiros e escudeiros da sua corte, como deixam perceber os “ditos” e “consselhos” de que fala no início do capítulo XV da quinta parte: “E esso medês das manhas outras de força, ligeirice e braçaria que os cavalleiros e scudeiros em esta terra muyto avantejadamente sabiam e husavam de fazer, de que agora os vejo mynguados, que muyto me despraz, nom prestando dictos nem conselhos com algũa parte densynança e avisamentos que lhe sobr’ello per mym som mostrados” (p. 118). A escrita recuperou-os, ou tornou-se simplesmente contemporânea deles, salvando-os do esquecimento.

O terceiro conjunto de capítulos, sobre o “corregimento” do cavalo e do cavaleiro, apresenta igualmente uma introdução, o capítulo XV (“Como devemos reguardar a ssella e freo e todo outro aderenço que seja forte e bem corregido, que nom se quebre ou desconcerte”), que não faz resumo de matérias, antes explora um aspecto que acrescenta sentido ao que se segue: a responsabilidade grande dos que estão incumbidos de selar os cavalos. Para sublinhar a importância determinante desta tarefa, o autor dá conta de duas posições críticas: a de D. João I que incide sobre a diligência e a prevenção (“El dezia que todallas cousas, ainda que parecessem muyto pequenas, se dellas nos podesse recrecer deshonra, grande perda no corpo ou na fazenda, que assi nos devyamos em ello de proveer como de cousa que grande fosse” (p. 31), e a sua própria, centrada sobre a negligência e a punição (“pella myngua do pensso lhe devo dar hũa razoada pena ou castigo, e pelo freo muyto mais grande”, *loc. cit.*), perspectiva que não deixa margem para dúvidas acerca da relevância do assunto tratado.

É com estas advertências em pano de fundo, dirigidas a cavaleiros, escudeiros e àqueles que têm “cárrego de (...) correger”, que os caps. XVI, XVII e XVIII tratam dos meios materiais da arte de

cavalgar, descrevendo como devem ser as estribeiras, as correias, as selas e a indumentária do cavaleiro. E, tal como nos grupos temáticos anteriores, são adoptados procedimentos retóricos semelhantes, que distinguem assim pelo método didáctico esta sub-unidade temática das restantes já observadas e de outros capítulos da mesma parte. A intenção de cobrir um grande número de aspectos relevantes traduz-se num discurso exaustivo, de que é exemplo o capítulo xviii, onde a enumeração do que respeita ao “corregimento” do cavaleiro é bastante longa (“Do nosso corregimento receberemos ajuda ou torva no cavalgar, das sporas, atacar, feiçom do gibom, da roupa, cynger, e no que trazemos na cabeça”, p. 34) e a subsequente explicação muito pormenorizada.

Outra alínea importante é uma vez mais a experiência. Se nos capítulos xvi e xvii o autor dá exemplos de soluções que encontrou para melhoramento da sua prática (por exemplo, “E eu achei hũa nova maneira de mandar fazer strebeiras cubertas, gynetas e pera todas outras sellas”, p. 32), que a serem seguidas podem afectar positivamente muitos cavaleiros, no xviii, através de um enunciado de tipo proverbial, faz a apologia da auto-aprendizagem (“E hũa das mais certas ensynanças que cada hũu per ssy pode filhar, assy he das suas speriencias”, p. 36), projectando assim a relação bilateral mestre-aluno para o plano em que estes dois papéis são desempenhados por um mesmo sujeito. Estamos, de facto, perante dois eixos complementares do processo educativo; ambos têm como base o saber experiencial: num caso o alheio (autor/mestre), no outro o próprio (leitor/aluno).

D. Duarte sabia até que ponto a forma do discurso condiciona a aprendizagem. A organização de cada conjunto de capítulos segundo uma arquitectura textual bem definida parece funcionar como estratégia mnemónica. Conhecedor de algumas teorias sobre a constituição e funcionamento da memória (como testemunha explicitamente o capítulo II do *Leal Conselheiro*), adoptou um método de exposição das matérias que permite ao leitor, no interior de cada

subgrupo temático, fazer leituras horizontais, comparativas, arrumando em lugares ideologicamente correspondentes certas quantidades de informação. Resulta daqui a aproximação da memória a um espaço geográfico com compartimentos distintos e de acesso rápido, que faz aumentar as possibilidades de retenção.

Dos capítulos com matéria técnica da primeira parte, apenas o xx (“Da maneira do travar aas mãaos de cavallo”), por motivos temáticos, fica fora dos conjuntos anteriormente considerados. Pretendendo ensinar como um cavaleiro montado pode agarrar outro que também o esteja, fazendo-o “de verdade” ou “de jogo”, o autor enumera, segundo uma perspectiva cronológica, uma sequência de movimentos que se transformam, pelo peso da sugestão visual, num quadro vivo que se impõe aos olhos do leitor. Agarrar o outro e fazê-lo cair do cavalo exige grande mestria; é por isso que D. Duarte se dirige a um grupo especial de leitores, os que são “avisados, soltos a cavallo, razoadamente ryjos e boos cavalgadores” (p. 40). Em toda a obra este é o capítulo em que mais claramente se restringe o público a que se destinam as matérias tratadas.

Seguindo a linearidade da escrita, reencontramos ensinamentos técnicos, sobre o comportamento físico do cavaleiro, nos capítulos II e III da quarta parte (“de sseer assessegado”), depois da introdução da mesma ter dado exemplo de como e quando o cavaleiro deve mostrar o “assesego”, e voltamos também a deparar com a tendência para a aplicação de soluções técnico-compositivas semelhantes em capítulos que desenvolvem aspectos do mesmo assunto. Vemos que os dois capítulos indicados enumeram uma série de conselhos sobre a maneira como cada parte do corpo (cabeça, ombros, joelhos, pés) deve contribuir para a imobilidade geral, sendo mínimas as diferenças de conteúdo entre um e outro: o último, como o título indica, é apenas uma “(...) mayor declaraçom de como se deve guardar o boo assesego (...)”, que no fundo acrescenta pouco ao capítulo anterior, “Como deve seer o assesego filhado”, mas cujo carácter repetitivo permite realçar o princípio de que a imobilidade

e verticalidade do cavaleiro sobre a sela são imprescindíveis para que o cavalgar seja “solto”, elegante. Decorre daqui que estes capítulos servem de alicerce a todo o conjunto de ensinamentos técnicos que surgirão na quinta parte sobre a “soltura”. Ao mesmo tempo notamos que, no que diz respeito à construção discursiva, também praticamente nada os distingue. Tanto num como no outro a força dos conselhos assenta no núcleo verbal, constituído essencialmente por verbos transitivos (“assessegar”, “apertar”, “entesar”) e construções predicativas (“seer quedo e seguro”, “seja assy firme”, “o corpo seja firme”) que glosam o tema do “asseseço”.

Quanto à quinta parte, os três capítulos iniciais enunciam condições e generalidades preceituais (algumas do foro psíquico, tratado noutra parte deste trabalho) que servem de introdução aos vários capítulos que ensinam o cavaleiro a ser fisicamente solto no manejo da lança e da espada, em diversas modalidades e circunstâncias, para melhor tirar partido das mesmas. A esta multiplicidade de assuntos correspondem percursos retóricos também variados, o que significa que, ao contrário das partes anteriores, é aqui mais difícil encontrar esquemas textuais uniformes. No entanto, as formas que são próprias do discurso didáctico e a que este não pode deixar de recorrer (as enumerações, o seccionamento das matérias, os exemplos, as explicações pormenorizadas), sob pena de perder eficácia, organizam-se produzindo frequentemente esquemas textuais semelhantes entre si. É o que se passa *grosso modo* com os capítulos IV, VI, VII e X, onde às enumerações do que habitualmente se faz ou se deve fazer se contrapõem as listas de erros, ou inversamente. Interpõem-se alguns comentários do autor, reduzidos em número e curtos na extensão.

Vejamus como se organiza cada um dos capítulos referidos. O primeiro (“Do ensinamento de trazer a lança de sso-mão, na perna e ao collo”) divide-se em três secções (três parágrafos), como avança o próprio título. Ali encontramos, alternada ou combinadamente, os seguintes elementos estruturantes: maneiras de fazer,

erros e remédios. A primeira secção apenas apresenta “quatro guisas”, de que se apontam benefícios ou desvantagens; na segunda, às maneiras de trazer a lança na perna, seguem-se os erros e as correcções. Ao desaconselhar alguns comportamentos que têm a ver com o transporte da lança na perna, D. Duarte baseia-se no argumento da autoridade experiencial, e os juízos de valor emitidos inscrevem-se nos dois paradigmas que normalmente estruturam a opinião, o da utilidade e o da elegância (“Mas dos erros suso scriptos, segundo mynha pratica, cada hũ se deve guardar; por que nom tenho que bem possa parecer nem seer proveitoso levarsse a lança de tal maneira”, p. 75), para onde convergem, aliás, os termos do comentário final acerca da maneira de trazer a lança ao colo: “E desta guisa he mais fremoso, folgado e proveitoso, armado e desarmado” (p. 76). A terceira secção opõe quatro erros a quatro remédios, metodologia que veremos ser adoptada nos capítulos VI e VII (sendo este um prolongamento do anterior).

Assim, logo no início do VI (“Da enssynança de bem encontrar”) são apontados os quatro motivos por que os cavaleiros não encontram bem nas justas: “myngua de vista, de governar as lanças, seus cavallos, de segurança de suas voontades” (p. 82). Os dois primeiros são objecto de ensino neste mesmo capítulo, o terceiro é tratado no capítulo seguinte e o quarto transita para o capítulo VIII, cuja temática abordaremos mais tarde. A explicação das diversas facetas de cada um daqueles quatro erros passa pela enumeração e depois descrição (primeiro erro), apenas pela enumeração (segundo), pela enumeração descritiva (terceiro) e ainda pela indicação do remédio para cada uma delas, acrescentado, no caso da “myngua de vista”, de um remédio geral. Por vezes, no interior das enumerações surgem outros desdobramentos enumerativos que exploram todas as possibilidades importantes a propósito de uma dada matéria. Por exemplo, no capítulo VII (“Da enssynança de enderençar bem o cavallo na justa”), o quarto erro, que leva a que os cavaleiros deixem “dencontrar por nom saber chegar o cavallo aa tea ao tempo

dos encontros” (p. 88), desdobra-se noutros dois erros que são descritos e aos quais se faz corresponder dois tipos de remédios. O que particularmente chama a atenção nesta escrita tão geometrizada, que é típica da literatura técnica, é o facto de quase todas as partições terem por base o número quatro (quatro maneiras, quatro erros, quatro remédios). A quadripartição é, aliás, o processo de divisão estrutural mais adoptado nesta obra. Parece cobrir um número suficientemente vasto de possibilidades, sem se tornar excessivo para a memória, que em divisões demasiado multiplicadas se perde nos pormenores.

Por entre tão grande número de ensinamentos surgem outros, que são fruto da experiência inovadora de D. Duarte, do investimento pessoal na melhoria da sua prática como cavaleiro. Aliás, já nas partes anteriores falar explicitamente de experiência é quase sempre mostrar uma solução individual para determinado problema. No capítulo vi da quinta parte, o autor escreve, a propósito de uma das causas da falta de vista, o seguinte: “E pera bem filhar a vista do elmo, eu achey boa maneira atallo de tras primeiro naquella guisa que bem poder filhar, e desy apertallo de diante” (p. 83). Mas a solução pode também ser encontrada dentro dos costumes da terra, como acontece quando diz ter introduzido certo ajustamento na sela para contrariar o desequilíbrio e a falta de soltura no manejo da lança (p. 84). No final do capítulo em análise o saber pessoal volta a estar em questão, primeiro através do contraste com o comportamento criticável de outros (“Ca, segundo meu geyto, nom ey por justador ao que os homens de pee trazem o cavallo pella redea, e lho ferem com vara ou paa”, pp. 84-85) e, depois, por intermédio do conselho que se vai afastando dos gestos concretos e aproximando de regras gerais: “mes per ssy o deve trazer, governandoo per sua redea e suas sporas, atentandoo e ferindoo (...)” (p. 85). Verbos como *governar* e *atentar* são formas que resumem múltiplos gestos. É também no domínio dos princípios gerais de acção, formulados a partir da bem explícita subjectividade crítica do

autor, que desemboca o capítulo vii. O final de capítulo é, de facto, um lugar estratégico para sublinhar genericamente as vantagens ou as desvantagens de práticas anteriormente explicadas em pormenor.

No capítulo x (“Como os que justam erram per deshordenança de voontade, apropriando todo aas quatro voontades suso scriptas”), cujo parágrafo final sobre a ajuda dos “homões de pee” nas justas constitui um desvio em relação ao assunto tratado e ao método de exposição empregado, também é adoptado o esquema erro/remédio. São apontadas, desde logo, as quatro maneiras por que erram os que justam e explicadas em longas e minuciosas descrições de sugestiva carga visual, que aproveitam a linguagem e o conteúdo da teoria das quatro vontades (desenvolvida na digressão que ocupa os dois capítulos anteriores) para justificarem as diferentes manifestações da falta de segurança na justa. Os erros que são atribuídos a cada vontade específica, ou a mais do que uma, no caso do primeiro, não são, portanto, de ordem física, embora se reflectam nesta área, mas de origem psíquica: trata-se de bloqueios e precipitações.

Seguem-se os ensinamentos-remédio que são maioritariamente de ordem prática, do domínio do comportamento físico do cavaleiro; desdobram-se em divisões e subdivisões (estas últimas no correspondente ao quarto erro) que, em conjunto com os desdobramentos precedentes e seguintes, transformam este décimo capítulo da quinta parte numa complexa teia retórica. O seu parágrafo final, reunindo “avysamentos” práticos sobre o comportamento físico que os “homões de pee” devem adoptar nas justas, reforça-lhe a componente técnica, característica que nos levou a incluí-lo no conjunto em estudo, pese embora a sua composição mista: erros psíquicos, com reflexos físicos e remédios psíquicos e físicos. A expressão que alcança neste capítulo o plano psíquico é, antes de mais, um sinal de coesão textual: vemos os aspectos nucleares da digressão que o antecede sobre a vontade, nos dois capítulos precedentes, serem recuperados e integrados, articuladamente, num texto que pretende retomar as questões técnicas.

Colocamos num lugar à parte o capítulo v, que é um dos mais extensos do *Livro da Ensinança*. Tal facto mostra bem a importância de que se revestia o assunto nele tratado, o manejo da lança. Com efeito, “reger” era uma competência que servia quer as actividades lúdicas, como as justas, os torneios e a caça, quer a guerra. Não é adoptado neste capítulo o percurso “maneiras” de fazer, erros, soluções. Em vez disso, os múltiplos ensinamentos sucedem-se por acumulação. É traçado um método de aprendizagem que, por um lado, privilegia a progressiva complexificação do exercício (primeiro o cavaleiro maneja lanças leves, a pé, depois habitua-se às mais pesadas, começa a fazer lançamentos a cavalo das mais variadas maneiras, treina a colocação da lança na “restre” várias vezes antes de “pellejar, correr, pontar ou justar” e no próprio dia em que tiver de fazer lançamentos) e, por outro, aconselha ao domínio de diversas modalidades de lançamento, quer a pé, quer a cavalo.

A generalidade dos comportamentos é descrita através de uma sequência de acções nucleares representadas por verbos de acção, sendo a explicação de cada movimento uma espécie de *zoom*, para utilizar uma linguagem fotográfica, que capta a totalidade dos gestos. O discurso aspira assim ao registo mimético, evitando por isso soluções que passem pela generalização ou resumo. É disto que o autor fala num daqueles momentos de distância crítica que emergem por entre os ensinamentos técnicos. Aí declara que, ao escrever o capítulo em questão, se preocupou mais em ser “claro” que “fremoso”. O primeiro adjectivo aponta no sentido da escrita por menorizada, insistente (“dobro aquy algũas razões, por dar aazo de sse melhor entenderem”, p. 79), o segundo, no da escrita menos exhaustiva e, portanto, de leitura mais agradável mas menos proveitosa. Esta intromissão reflexiva é especialmente importante por introduzir uma definição de discurso técnico, com base na qual se justificam a extensão e características do capítulo v, em particular, e de muitos outros, em geral.

Há dois outros enunciados que relevam da área do comentário, que valerá a pena destacar, um pela sua frequência e o outro pela singularidade. O primeiro encontra-se imediatamente antes daquela intervenção metalinguística e usa, talvez por efeito da proximidade textual, o mesmo adjectivo “fremoso”, embora o contexto a que se aplica seja completamente diferente; trata-se de um daqueles apontamentos habituais acerca das vantagens, neste caso pragmáticas e estéticas, das matérias ensinadas: “E quem esto bem souber guardar, achará em ello grande melhora em o fazer mais folgado e mais fremoso”, *loc. cit.*); o segundo, que surge dois longos parágrafos depois, é uma comparação curiosa entre a destreza do bom lançador de varas e a habilidade do bom músico e do bom caçador: “Em justa costumam em esta terra lançar a vara aa mão esquerda e aa mão direita (...) E desque ambos estes geitos se trazem em costume, a mão, corpo e braço filham dello tal meestria que sem trabalho o fazem, como hũu boo tangedor que os dedos lhe vãao aas cordas, ou o caçador, que com a mão esquerda sabe guardar todo geito que a ave requiere, o que a direita nom pode fazer, ainda que per entender assy o sabe pera hũa mão como pera a outra” (p. 80). Procurando, pois, ilustrar um determinado tipo de mestria, o monarca recorre a imagens de perícia manual de dois universos bastante familiares aos cavaleiros: o musical e o cinegético. Deste último fala também um pequeno segmento da quinta parte: “se costumem assy (...) algũas vezes trazendo a lança na mão, e outras aves pera caçar sobre o pee direito” (p. 116). E com ele poderá ainda relacionar-se a referência aos “alãaos”, cujos actos de bravura, cobardia e prudência são comparáveis a comportamentos humanos (cf. segunda parte, p. 43).

Tendo entrado neste domínio, acrescentamos que as referências, por comparação ou apenas alusão, a contextos variados da vida quotidiana medieval são relativamente reduzidas, podendo agrupar-se, em geral, nas seguintes áreas temáticas: além das referidas, a agrícola e a náutica. Da primeira provêm, por um lado, a imagem

da “moo do moynho, a qual botada per força das auguas nunca cessa de seu andar, e tal farinha dá como a ssemente que mooe” (prólogo 2), ilustração do funcionamento do “coraçom do homem”, e por outro a imagem das “herdades, as quaaes, se nom forem bem aproveitadas e lavradas, daróm de sua natureza spinhos e cardos e outras ervas de pouco vallor” (quinta parte, p. 120), realidade a que se comparam os “corpos” ociosos. Ao mundo marítimo pertence o “navyo”, cujos beneficios da imobilidade dos ocupantes são postos em relação de analogia com os trazidos pelo “assesego” do cavaleiro: “parece razom, se hũu navyo se torva de seu andar por se moverem em el, e pera mais synglar todos se assessegam, que pera mylhor correr a besta o assesego fara grande vantagem, das sporas sollamente bem [a] feryndo” (sexta parte, p. 133). Inscreve-se também neste campo a seguinte alusão à navegação: “E veemos hũus recearem os perigoos das pellejas, e sem receo sofrerem os do mar” (segunda parte, p. 43).

Passando agora a outros capítulos ainda por observar da mesma quinta parte, os xi, xii e xiii ensinam como ser destro com a lança quando se pratica a montaria; o xiv apresenta mais alguns ensinamentos dispersos sobre esta actividade, mas relativos ao uso da espada. Além das ligações temáticas, há uma característica estrutural relevante nos três últimos, que é o espaço ocupado pelo comentário didáctico e pelo exemplo da experiência pessoal.

O primeiro capítulo do conjunto referido (“Per que se dá enssynança da maneira que em monte averán dencontrar”), que como tantos outros começa com a enumeração de “quatro maneiras”, neste caso de atacar qualquer animal, evolui, também como a generalidade, retomando explicativamente cada “maneira” e arrumando as matérias segundo uma ordenação numérica em secções e subsecções. O que chama especialmente a atenção sobre este capítulo é a referência ao *Livro da Montaria* de D. João I (p. 106), indício do apreço do autor por seu pai, lembrado em várias ocasiões como exemplo de virtudes físicas e morais. Note-se que, além

daquela obra, apenas se mencionam o “livro do Regymento dos Principes” (quinta parte, p. 116), o “livro de Vegecio [De] rem[il]itari” (quinta parte, p. 119) e “hũu livro” (*Livro das Colações dos Santos Padres do Egipto* de João Cassiano) em que se baseia a digressão sobre as “quatro vontades” (quinta parte, pp. 89-95). No domínio da arte de cavalgar, a fonte que verdadeiramente inspirou D. Duarte foi a experiência pessoal, até porque sobre o assunto nada de escrito existia que pudesse ter sido utilizado. Sabemos que o *Da Equitação*, escrito por Xenofonte cerca de 360 a.C., cuja tradução mais antiga italiana (*Il modo del cavalcare scritto da Xenofonte*) data de 1580, não deverá ter chegado ao conhecimento do rei português.

Se o capítulo xiii (“Do enssynamento do remessar”) e primeira parte do xiv (“Da maneira do ferir de spada”) seguem um regime de ordenação das matérias semelhante ao que apresenta o capítulo xi, ou seja, baseado na divisão macro-estrutural das quatro partes, que se subdividem, por vezes, em séries de dois ou de três aspectos, o xii (“Do enssynamento de feryr com lança de sobremãao”) adia por cerca de doze linhas a recorrente quadripartição inicial, neste caso sobre o modo de “feryr com lança de sobremãao”, para primeiramente definir o contexto em que pode ser aplicada: “Primeiro he de consiirar se for(em) sobre cousa ryja, assy como armaduras, ou porco de forte scudo, ou se dá em lugar desarmado” (p.107). Em todos estes capítulos deparamos com um apreciável número de juízos valorativos e de descrições da prática pessoal, nominalmente designada por “speriencia” ou por formas verbais como “provey”.

Os exemplos da experiência individual ora confirmam a justeza de determinado ensinamento já exposto antes (por exemplo, “E parece me que he muy boo costume no monte trazer lanças grandes e pesadas (...) E desto achei per mym certa speriencia; por que de cavallo em mynha casa outrem as nom traz mayores e mais pesadas (...)”, p. 109), ora são eles próprios a matéria de ensinamentos que surgem pela primeira vez na sequência textual: “Pera derribar

qual quer alymaria, achei certa speriencia (...)", segue-se o exemplo-norma, p. 109). Em ambos os casos se ajuíza da validade e proveito das práticas testadas, quer utilizando adjectivos como "certa" e "aprovado", quer referindo explicitamente a sua exemplaridade. No primeiro caso, D. Duarte não se limita a reforçar o valor do ensinamento em questão, afirmando que ele próprio o experimentara; exprime pela primeira vez abertamente o orgulho de poder oferecer-se como exemplo único: "E desto me gabo por dar certo enxemplo e seer em feito de montaria, de que se afirma que com razom e verdade nos podemos sem prasmo gabar", *loc. cit.*). A "razom" e a "verdade" em que assenta esta atitude legitimam-na, tornando um eventual "prasmo" injustificado.

A prática do rei é, como vimos, a base de creditação de todo o trabalho de ensino e aprendizagem e é também o espelho em que se devem reflectir os comportamentos dos cavaleiros e escudeiros. A este propósito convém destacar as linhas finais do capítulo XIII. Aqui, pela primeira vez, faz-se o relato experiencial do erro, proporcionando-se uma outra visão pedagógica do exemplo: "E posto que arremessando muytos hussos, porcos, cervos de cavallo feri, e outros per vezes errava por desvairo da besta, sella, vento, terra per que corria, secura ou frihura da mão, empacho do braço (...) porem nom ajam por stranho quando errarem" (p.113). Pela dificuldade pontual o rei iguala-se aos que erram, procurando, pela via da identificação, vir a ser imitado na atitude face aos obstáculos.

Uma outra questão que estes últimos capítulos levantam relaciona-se directamente com o *topos* da utilidade. Em muitas circunstâncias, ao longo da obra, vemos serem sublinhados os benefícios imediatos de se realizarem bem determinadas práticas (ganha-se a firmeza, o "assesego", a "soltura"), mas só algumas vezes se fala dos reflexos que o *fazer bem* numa dada área pode ter noutra. É o que acontece quando se recorda que o domínio de certa técnica de bem cavalgar pode ser vantajoso para a actividade guerreira. No conjunto de capítulos em análise há uma indicação que vai neste

sentido; encontra-se no capítulo XII, onde lemos a advertência: "per estes avisamentos de saber ferir em veaçoes se pode filhar ensynança como em pellejar se podem dar mayores, mais certo e prestes lançadas" (p. 109). No capítulo seguinte é sublinhada a importância do jogo do dardo "pera se homem avezar a rremessar certo de pee e de cavallo" (p. 112). No XIV, fala-se do jogo da péla que, ao contrário dos anteriores, é considerado prejudicial à eficácia em combate, sendo por isso mesmo desaconselhado.

Os três capítulos finais da obra, dois pertencentes à sexta parte e um à sétima, fogem ao esquema da quadripartição, optando por outras formas de divisão macro-estrutural, que reflectem um ritmo instável de escrita, provocado pelos factores a que já aludimos anteriormente. Na primeira destas unidades, para além do ensino técnico, construído segundo os encadeamentos habituais, há ainda espaço para a reflexão crítica. Destacamos no capítulo I ("Da maneira do ferir das sporas") o parágrafo final, em que D. Duarte, ao mesmo tempo que indica o nível de saber de que parte ("segundo meu costume geeralmente fallando"), revela a extensão do mesmo ("por que sey que algũus mouros (...) e os Irlandeses (...)", p. 131). O conhecimento dos usos de outras nações, já anteriormente mostrado a propósito das maneiras de cavalgar, não interfere, contudo, num ensino que pretende seguir os costumes nacionais e que se dirige aos cavaleiros e escudeiros portugueses: "E assy cada naçom tem seu geito, do qual nom me embargo, por que eu screvo principalmente pera enssynar meus subdictos, antre os quaaes esta que declaro me parece mais aprovada maneira", *loc. cit.*). No capítulo II ("Da feiçom das sporas, e como com vara ou paaos as bestas algũas vezes se governam"), mostra-se desfavorável a mudanças que tenham apenas fins estéticos. É o que acontece com o uso recente das "sporas longas mais de razom", que embora possam "bem parecer" são "cousa empeecivel e periigosa", como demonstra o exemplo ridicularizador daqueles que na caça, ao descerem apressadamente para correrem a pé, caem "de tal guisa que he grande

scarnho de veer a quem desto tem boo conhecymento” (p. 132). Outros costumes elegantes e inúteis, como “bem trazer, calçar, jugar a peella, cantarem e dançarem” (quinta parte, capítulo xv, p. 118), tinham já sido alvo da reprovação do rei, para quem a importância dos actos humanos parece ser aferida pelo critério da utilidade, nomeadamente militar.

Há ainda hábitos que, embora à partida sejam pouco recomendáveis, por razões técnicas, como ferir com as esporas e bater com a vara simultaneamente, o uso generalizado acaba por tornar aceitáveis. Isto não impede, no entanto, D. Duarte de defender um comportamento alternativo: o simples uso das esporas permite manter maior imobilidade do corpo. Insistindo na necessidade de quietude, e numa tentativa de clarificação do seu raciocínio, recorre a um desses raros trechos comparativos que interrompem a cadência repetitiva do discurso técnico, ou seja, à já referida imagem náutica do “navyo” que singra em equilíbrio sobre as águas graças ao sossego dos passageiros; a lógica clara que a referida imagem encerra, a simplicidade dos termos e a carga visual, transformam-na num útil auxiliar da compreensão.

No que diz respeito à última parte do livro (“Dalgũa enssynança pera dos periigos e cajões que a cavallo acontecem nos podermos com a graça de Deos guardar”), depois de uma curta introdução que valoriza o esforço físico e intelectual humano no quadro da prevalência divina, os ensinamentos precipitam-se rapidamente uns atrás dos outros, sem pausas para comentários que, a existirem, atrasariam a redacção do capítulo único que a constitui.

Em resumo, é especialmente através deste largo número de capítulos de assunto técnico que a *Ensinança* estabelece ligação com a tradição literária dos manuais técnicos. Mostrando *como se deve fazer* (do ponto de vista físico e material), o discurso desdobra-se, à semelhança do que acontece nas obras do mesmo género, em enumerações, séries, explicações, que se organizam segundo escalas numéricas. Sem dúvida que a classificação dos assuntos por núme-

ros ajuda a visualizar os limites de determinado conjunto. Alguns autores antigos, entre os quais Quintiliano, que se interessaram pelas estratégias mnemónicas, fizeram notar que a memória é muito afectada pelas impressões sensoriais, nomeadamente as visuais. O exercício de compreensão e retenção beneficia também do facto de os capítulos constituintes das subunidades temáticas consideradas tenderem a estruturar-se segundo critérios ideológico-formais bastante semelhantes e, portanto, mais facilmente perceptíveis.

Verificamos ainda que na obra de D. Duarte os ensinamentos não se alinham como que por si mesmos, autonomamente, como se ninguém os estivesse a coordenar, ou a entidade redactora se deixasse subsumir por detrás das verdades da tradição. Estamos em presença de um sujeito, que não sendo um compilador de práticas registadas noutros escritos, como foram, por exemplo, Mestre Giraldo e Pero Menino, se dá a conhecer como autor-pedagogo, que constrói uma obra pessoal, cujo plano é coerentemente concebido, e onde deixa marcas críticas abundantes e testemunhos de um saber vasto que extravasa por vezes os limites do assunto principal.

Os conselhos e “avisamentos” de natureza pragmática relevam do paradigma da utilidade e, muitas vezes, simultaneamente, do do “bem parecer”. O ensino faz a apologia da vontade, da razão e do treino, sendo creditado pelo saber experiencial que os exemplos da prática pessoal ilustram. Entre os fins visados, a competência e a elegância partilham um campo de deveres dos nobres.

Digressões morais e técnicas

Entre os ensinamentos técnicos encontramos algumas digressões, desvios temáticos de apreciável extensão, assinalados pelo autor através de expressões como: “E posto que pareça sobejo screver aqui taaes razões, por nom viirem a proposito” (p. 26). Uma primeira digressão, sobre o “andar dereito”, ocupa todo o capítulo xi

da primeira parte; outra, sobre a vontade, os capítulos VIII e IX da quinta parte; o capítulo XVI da mesma parte é preenchido com a terceira, e última, sobre a luta. Verificamos que a sua integração na sequência textual é feita de forma motivada e, nos dois primeiros casos, explicitamente articulada.

No caso que abre esta série, é uma comparação que assegura a passagem do plano técnico para o da reflexão moral: “Tal geito como este dandar dereito na besta me parece que devyamos teer em os mais de nossos feitos pera seermos no mundo boos cavalgador[es]” (p. 24). No caso seguinte, essa transição, também para o campo moral, faz-se através de uma expressão de causalidade: “Por fallar na segurança da voontade que perfêece pera bem encontrar, a mym praz fazer algũu tressayamento” (p. 89). O capítulo XVI da quinta parte não estabelece nenhuma relação explícita entre assuntos anteriormente tratados ou apontados e as matérias técnicas que nele se desenvolvem segundo esquemas enumerativos ou explicativos. Há, no entanto, no capítulo anterior, uma referência ao “luytar” (“specialmente cavalgar e luytar (...) som fundame[n]to de que se percalçom as mays das onrras”, p. 121) que não passa despercebida ao leitor e com a qual se pode estabelecer uma ligação.

Por outro lado, todas as digressões manifestam preocupações de ordem pragmática, que se traduzem em afirmações de pertinência ou de utilidade, como: “o fiz por a algũus fazer proveito” (p. 26) e “Aquesto screvy (...) por [a] algũus prestar” (p. 95). No último dos capítulos indicados, a utilidade dos ensinamentos não é de natureza moral, como acontece nos restantes aqui considerados, mas técnica e, nomeadamente, bélica; para além disso, o enunciado daquele *topos* não surge como remate justificativo da escrita, mas serve antes de ponto de partida para a explicitação das inúmeras vantagens, no plano específico da guerra, de praticar bem o que antes foi ensinado. Todo esse desenvolvimento, que ocupa cerca de um terço do capítulo, é justificação suficiente para a digressão e também para as críticas nela feitas à “gente de stado e boa linha-

gem”, que no presente da enunciação deixou de praticar a luta, “hũa das principaaes que os boos homẽes ham daver” (p. 126). A crítica social subjacente nos últimos parágrafos deste capítulo insere-se no quadro da contestação aberta aos novos costumes cortesãos de que o capítulo imediatamente anterior, o XV, é expressão máxima.

D. Duarte não retoma no capítulo XVI as considerações teóricas sobre o papel exemplar que os grandes senhores devem desempenhar junto dos seus súbditos, mas não deixa de confrontar a prática criticável de eventualmente grande número dos seus leitores com a actuação modelar, primeiro, do falecido rei D. João I, em seguida, de outros de elevado estatuto social (“principes, capitães”) e de grande competência técnica (“boos homẽes darmas”) e, finalmente, com a sua própria experiência, de que guarda, aliás, uma memória afectiva, também motivadora da escrita do capítulo: “mas eu o fiz por grande afeiçom e boa husança que desta manha ouve” (p. 125). O rei sabe, no entanto, que o exemplo já não é razão suficiente para que se volte aos tempos antigos: há “embargos conhecidos e outras nom boas desposições” (*loc. cit.*) que impedem que assim seja.

O capítulo XI da primeira parte, que encontramos transcrito com alterações mínimas no *Leal Conselheiro* (cap. LXXXIII), após a afirmação inicial de semelhança entre “andar dereito” no cavalo e na vida, desenvolve metaforicamente o conceito de bom cavalgador, aquele que não cai na maldade e nos vícios do mundo, utilizando a linguagem técnica equestre com um sentido moral. O eixo ao longo do qual se organiza todo o discurso tem como pólos “cair” e “endereitar”, que apontam respectivamente para os paradigmas do mal (“sanha, mal-querença, tristeza, fraqueza do coração (...),” p. 25) e do bem (“nom tardar de comprir o que devemos, nem seermos trigosos no cuidado (...)”, p. 26). As “mallicias” humanas têm origem, sobretudo, no desleixo da vontade mas também na falta de saber (como acontece com as quedas do cavalo); viver “dereitamente” depende da força da vontade (tal como andar direito no cavalo). O raciocínio moral baseado na ligação sémica entre

fraqueza da vontade, falta de saber e queda reaparece uma vez mais pela via analógica nos capítulos XIX e XXI da mesma parte. Vinca o último o princípio de que em qualquer circunstância o homem deve conduzir-se pela vontade firme. Todos os planos da vida, incluindo o da arte de cavalgar, se submetem, portanto, aos mesmos princípios.

A noção de que a vontade é absolutamente determinante na boa ou má orientação de tudo quanto o homem faz levou o autor a abrir espaço à teorização sobre o assunto, numa digressão de carácter erudito, escolástico (caps. VIII e IX da quinta parte), que tem como fonte “hũu livro” e não conhecimentos empíricos ou experienciais, como nas outras acontece. Sabemos tratar-se do *Livro das Coações dos Santos Padres do Egipto* de João Cassiano, por este título ter sido introduzido a preceder as transcrições que D. Duarte fez do referido excurso no *Leal Conselheiro*, onde ocupam os capítulos III e V, com ajustamentos discursivos que não são significativamente importantes. Nesta última obra o tratamento da vontade estende-se ainda por mais dois capítulos: um discorre sobre a “terceira tiba voontade” (cap. IV) e outro apresenta uma teoria diferente sobre as “voontades” (cap. VI).

Logo no início do trecho da *Ensinança*, referido no parágrafo anterior, o leitor é confrontado com uma tipologia das vontades (“carnal”, “spiritual”, “tiba e prazenteira”, “obediente ao entender”) e com a explicação de como cada uma delas funciona. Os actos humanos arrumam-se de acordo com a matriz volitiva de onde procedem e assim podem ser compreendidos. Procurando explicitar a forma como cada vontade age ou interage com as outras, o autor coloca-nos primeiro perante uma espécie de *encenação do querer* de cada uma delas (“a voontade carnal deseja vyço (...) A espiritual quer seguir aquellas (...) virtudes (...) a terceira, prazenteira e tiba, a qual por querer ambas satisfazer (...) A quarta voontade, muyto perfeita e virtuosa, nom segue sempre o que estas requerem, e obra muytas vezes o que nom lhes praz”, pp. 89-90) e em seguida

sintetiza as suas características fundamentais, lembrando as consequências a que conduzem. Das três primeiras vontades resultam “erros e maldades”, da última, o “contrairo”. Estas palavras de significado moral abstracto e genérico, facilmente reconduzíveis aos paradigmas do mal e do bem, resumem as exemplificações anteriores e acrescentam potencialidade didáctica ao texto.

Para explicar o funcionamento da vontade racional, D. Duarte recorre ao sugestivo universo da ourivesaria, comparando a actividade da quarta vontade ao labor analítico dos ourives, que “querendo conhecer algũu ouro se he de rreceber ou de engeitar, o metem no cimento, e a prata na cenrrada, e segundo seus ysames a engeitam ou recebem” (p. 91). A definição do comportamento racional passa assim pela trilogia *examinar, aceitar, rejeitar*. No entanto, como se faltasse explicitar as circunstâncias em que ocorre, o monarca retoma a estratégia da encenação do querer das várias vontades, agora envolvidas numa “pelleja e contenda” de que sai vitoriosa a razão. A metáfora da guerra vem de João Cassiano que, na quarta Coação, nomeadamente no capítulo IX, a utiliza várias vezes, em expressões como “lide entre a carne e o spiritu”. Vemos que a D. Duarte não passou despercebida a expressividade retórica da palavra “lide”, recuperando-a através de sinónimos, que se integram num contexto significativo ligeiramente diferente. A “pelleja” representa o conjunto dos movimentos psíquicos que conduzem à decisão ponderada, racional, manifestação do “verdadeiro siso”. Acontece assim que um conjunto de ideias motoras retiradas daquela obra teológico-moral serviu de ponto de partida para a construção de uma alegoria da actividade volitiva, cuja teatralidade prende a atenção do leitor, espectador de si mesmo.

O capítulo IX da quinta parte prolonga tematicamente o anterior, enumerando as razões por que se deve seguir a quarta vontade. Estas são designadas metaforicamente de “freos”, o que o autor português justifica por “screver segundo pertence a trautado de cavalgar” (p. 93), ou seja, por motivos de coerência textual. Esta recuperação

momentânea da linguagem técnica da arte de cavalgar funciona, simultaneamente, como elo estrutural e artifício retórico através do qual se atingem objectivos didácticos. A fonte utilizada para a redacção deste capítulo continua a ser a referida acima, surgindo novamente identificada na transcrição do *Leal Conselheiro* (cf. cap. v, p. 23), onde, curiosamente, reencontramos a metáfora do freio na conclusão, lugar estratégico para o aproveitamento da carga expressiva que ela encerra: “E aqesto screvi por fazer algũa declaração destes tres freos, os quaaes cadahũ deve trazer em seu coraçom por sentir e conhecer e guardar bondades e virtudes” (p. 25).

Estes dois capítulos da *Ensinança* acabam, no fundo, por iluminar o sentido de muitas ocorrências da palavra “voontade”, um conceito fundamental no ensino-aprendizagem de qualquer arte e na execução do que quer que seja, e desempenhar nessa medida uma função metadiscursiva. A lógica que lhes está subjacente é, portanto, a da explicação teórica de comportamentos psíquicos, ou psico-morais, ao passo que nos casos anteriores (“luyta” e “andar dereito”) o que estava em causa era, num caso, o ensino de práticas físicas e, no outro, o de comportamentos de natureza exclusivamente moral.

Cabe ainda aqui uma referência breve ao passo em que encontramos um excursão de natureza diferente dos anteriores, motivo pelo qual não o incluí no conjunto apontado inicialmente. Trata-se do último parágrafo do capítulo x da quinta parte que, na realidade, não representa propriamente uma ruptura em relação à matéria tratada, dado que aprofunda um tópico relacionado com os “avysamentos que aa justa perteecem”, assunto da unidade em que se integra; constitui antes um pequeno desvio temático que excede os limites previamente definidos da parte em que se inscreve: “E por aver tanto scripto em avysamentos que aa justa perteecem, a mym praz screver como dos homẽes de pee se devem sêrvir, ainda que aa ssoltura nom pertêeça” (p. 100).

Pode-se assim dizer que as várias digressões, discursivamente motivadas e justificadas, são acima de tudo um lugar de revelação da mundividência do autor: acedemos ao seu pensamento sobre o papel da educação física, especificamente da luta, na formação geral do cavaleiro e no ordenamento social (“dou em consselho a quaaes quer que (t)em stado de cavalaria forem, e a outros a que conveher esto, que se trabalhem de ssaberem esta manha bem, e ajam della boa husança segundo a cadahũ perteeceer”, p. 126) e conhecemos o quadro de valores e conceitos morais que defende para a sociedade nobre. Deduzimos que a arte de bem cavalgar não é independente da de lutar bem e da de viver virtuosamente; é antes na intersecção dos vários planos que se forma o bom cavaleiro.

Ensinamentos psicológicos (psicoterapias)

Numa sociedade que continua a exaltar a coragem e os valores heróicos, o receio é considerado um sintoma de fraqueza. No caso dos cavaleiros, levanta-lhes acima de tudo problemas de segurança, porque os faz ser temerosos, agir apressadamente, perturbar-se ou atrapalhar-se, atrasar-se ou pôr mais empenho do que devem em determinada actividade (cf. os caps. II, III e IV da terceira parte, “da segurança”, pp. 58-60).

Não é, contudo, na perspectiva da crítica penalizadora que D. Duarte fala do “receio” (que se manifesta ora sob a forma de “medo”, ora de “empacho”, ora de “vergonha”), nos dez capítulos da segunda parte, de que nos ocuparemos de seguida, mas na de quem procura sondar as características diversas de uma realidade psíquica complexa, propondo as formas de a inibir. Socorre-se, para tanto, do método discursivo, cultivado pelos antigos e pela escolástica medieval, ou seja, das taxinomias e definições que racionalizam todo um conjunto de reacções.

O autor começa por enumerar os meios através dos quais se perde o receio: “per estas doze partes todollos homens, segundo mais e menos, somos sem receo em todos nossos feitos, scilicet: per nacença e presunçom, per desejo e myngua de ssaber, per boas squeenças, husança e razom, e per outr[o] mayor receo e desposiçom davantagem, sanha e graça special” (p. 42). Na realidade, as “partes” indicadas são apenas onze e não doze, como por engano refere; cada uma ocupa um capítulo, exceptuando a oitava e a nona (“per outr[o] mayor receo e desposiçom davantagem”) que, provavelmente devido à extensão bastante reduzida dos textos que delas tratam, foram reunidas no mesmo capítulo.

É possível que D. Duarte tenha feito algumas leituras sobre o tema em questão, até porque figuravam na sua biblioteca obras de autores que escreveram sobre o medo, entre os quais Aristóteles. Não parece, contudo, que a inspiração principal do seu discurso seja livresca (quando assim acontece, como no caso da digressão sobre as “voontades”, explicita-o), mas antes vivencial. Para isso apontam as frases introdutórias de quase todos os capítulos, fundadas na observação da realidade, e que são depois corroboradas por expressões de tipo proverbial, que servem ao mesmo tempo de mote e de fundamento às diferentes explicações de como é possível combater o receio. Assim, por exemplo, o provérbio “o que a natureza deu nom se pode bem tolher” (p. 43) introduz a reflexão do capítulo I em torno de “como per nacença som algũus sem receo”, a expressão “as alymarias per natureza se regem, e os boos homens per razom” (p. 52) está no início do sétimo capítulo sobre “como per razom os homens som sem receo”, e assim sucessivamente.

O agrupamento (segundo uma perspectiva temática) das onze maneiras de perder o receio, não só de cavalgar, mas também de qualquer outra actividade, conduz-nos aos conceitos fundamentais da pedagogia do autor: poder, saber, vontade, razão, treino, sentimento e graça de Deus. Sendo difícil hierarquizar por ordem de importância todos estes aspectos, num plano conceptual a razão

parece situar-se num nível superior de influência sobre a aprendizagem, porque é capaz de alterar, por um lado, as características genéticas (poder) e, por outro, a vontade e o saber. No entanto, na prática todos aqueles elementos se revelam importantes e muitas vezes só graças à sua interacção o cavaleiro consegue ultrapassar dificuldades. Na conclusão do primeiro capítulo, reservado à explicação de como o receio e o destemor perante determinadas realidades podem resultar de estruturas psicológicas inatas, são sublinhadas as virtualidades pedagógicas do “boo entender”, em actuação conjunta com a “boa vontade” e a “graça de deos”; o que quer dizer que a natureza dos homens, inalterável nas suas características gerais, pode, através do conhecimento e do querer humano e divino, ser corrigida e aperfeiçoada.

Note-se que uso do “entendimento” passa sempre pelo *nosce te ipsum* socrático, como podemos ler no final deste primeiro capítulo (“E porem cada hũu deve trabalhar <sic> por sse conhecer”, p. 45), e em tantos outros capítulos da *Ensinança*, que preconizam a reflexão sobre o comportamento e o julgamento da razão sobre os propósitos da “vontade” e do “coraçom”, como forma de chegar à perfeição técnica, e simultaneamente moral; porque agir bem é, seja em que contexto for, agir “virtuosamente”. O largo número de vezes que os benefícios da razão são enunciados, não só nesta secção mas em muitos outros lugares da obra, especificamente na longa digressão sobre as quatro vontades, reforça sem dúvida o pendor antropológico da pedagogia do autor.

Pretendendo mostrar como também a ignorância pode ajudar a perder o receio, o capítulo IV acaba por ser uma apologia da razão, cujas vantagens, como a distinção entre as “cousas periigosas” e as que o não são e a previsão de perigos por analogia com situações anteriormente vividas, se opõem aos eventuais malefícios que a aprendizagem pelo “coraçom” pode trazer (receios inabaláveis).

É, no entanto, no capítulo VII, inteiramente dedicado à razão, que D. Duarte reforça a ideia da supremacia da componente racional,

relacionando-a agora com outras, de importância determinante no processo de aprendizagem, como sejam a vontade, o saber e o "costume" (treino). Partindo da lógica estabelecida de há muito pelo pensamento filosófico-moral de que os animais vivem segundo os instintos e os homens pela razão, constata que na prática poucos destes agem racionalmente, quer por falta de saber, quer por obstinação da vontade. Esta situação pode, contudo, resolver-se se a razão actuar junto da vontade e do saber, triangulação que ocupa um lugar central na sua pedagogia. E por isso não admira que neste capítulo tenha sido triplamente sublinhada a importância conjunta desses três elementos através da repetição de afirmações ideologicamente equivalentes e sintacticamente muito semelhantes, do seguinte tipo: "deve assy forçar a vontade que aja sempre tal husança e atrevymento, qual seu entender lhe mostra que deve aver" (p. 53).

A manifesta superioridade das capacidades cognitivas não impede que se reconheça o valor de outras formas de não ter receio ou de combatê-lo. Logo à partida há que considerar, como já foi referido, a falta de receio "per nacença". Na prática, os naturalmente destemidos, ou não receiam quase nada, ou temem apenas algumas situações, como é o caso por exemplo dos que têm medo da guerra mas afrontam corajosamente o mar. Teoricamente, tal significa que se nasce "sem medo, sem vergonha e sem empacho" (p. 43), três categorias que o autor distingue e que reintroduz na terceira parte ("da segurança") e na quinta ("de seer solto"). Na primeira destas secções, entre as várias causas da insegurança no cavalgar, é apontado o "torvamento ou empacho" (p. 59) e o "medo ou receo" (*loc. cit.*), sendo aqui estas duas últimas manifestações conceptualmente confundidas. Na quinta parte, o "empacho" (timidez) e a "vergonça" (convicção de não ser capaz) são considerados obstáculos psíquicos à "soltura", entre outros de natureza física, como a "myngua do corpo", o "pouco saber da manha" e a "pequena husança" (p. 69).

Voltando à sequência de capítulos da segunda parte que temos estado a analisar, nota-se que, não sendo um observador passivo da

natureza humana, D. Duarte pôde concluir não só que o receio é prejudicial, mas também que o "natural atrevymento", aparentemente vantajoso, pode não o ser, se for excessivo. É no princípio da justa medida que encontra a norma de actuação que permite corrigir faltas e excessos: "podemos cayr em erro per myngua de nom seermos atrevydos (...) ou por tressayrmos e avermos natural atrevymento, sem medo, sem vergonha e sem empacho mais do que he razom" (p. 43). E para que o leitor guarde na memória a imagem de ambos estes defeitos, nos quais, deduz-se, deverá evitar cair, recorre ao exemplo de duas espécies de "alãaos": os medrosos, incapazes de qualquer ousadia, e os "sobejamente ardidos", que põem em risco a sua própria vida desnecessariamente. No entanto, em relação à autoconfiança, o meio termo é considerado um terreno "duvydoso" porque impossibilita uma desejável e marcada afirmação da vontade. O excesso, neste domínio, é uma vantagem para aqueles que possuem de facto conhecimentos verdadeiros: "mais proprio he ao grande coração algũa cousa mais de seu poder presumyr, que menos de sy confiar" (p. 70).

O saber, de que decorre a "presunçom" e em parte o sentimento de possuir "algũa vantagem", e que se consolida através da "husança" e das "boas squeenças", é certamente uma das melhores garantias contra o receio. A "presunçom" (cap. II) resulta daquilo que se aprendeu (*aprender, saber, conhecer e trabalhar* são verbos repetidamente usados), da confiança que se foi ganhando nas forças e conhecimentos pessoais. O mesmo acontece com a certeza de se ter "algũa vantagem" (cap. VIII), que a posse de bons cavalos, de boas selas e ainda a informação acerca das condições em que se encontra o adversário ajudam a reforçar. Assim o confirma a voz do senso-comum, a que D. Duarte recorre sistematicamente para fundamentar a sua psicopedagogia: por um lado, "dizem (...) que nehũu duvyda o que de ssy conhece que bem tem aprendido" (p. 45); por outro, "se diz que mais sem receo pelleja quem as costas sente queentes de boa ajuda que de ssy tem ou doutrem

spera" (p. 54). A diferença entre as duas psicoterapias referidas reside no facto de a primeira resultar apenas da convicção individual e a segunda, para além da presunção, igualmente de uma comparação com as circunstâncias em que os outros se encontram. ("Por algũus veerem que tõe vantagem sobre os outros, se fazem naquellas cousa mais sem receo", *loc. cit.*)

Os capítulos v e vi, respectivamente sobre as "boas squeenças" e a "husança", ampliam o alcance temático dos dois anteriores, na medida em que revelam as características fundamentais dessa aprendizagem que previne o temor e é base da autoconfiança. Embora o autor comece por afirmar que a utilidade das "boas squeenças" no controlo do receio é tão evidente "que nom requiere longa scriptura", acaba por enquadrar o assunto numa pedagogia geral de ensino da arte de cavalgar, cujas etapas, a que faremos referência no capítulo seguinte deste trabalho, descreve demoradamente. No fundo, a importância dada a esses acontecimentos favoráveis, felizes, que desenvolvem no cavaleiro o sentido da autoconfiança, tal como as "boas encarnas e cevaduras" o desenvolvem nos animais, é o pretexto ideal para definir o modelo de ensino que caracterizam e que, muito para além de acautelar o receio, visa formar cavaleiros fortes, seguros, "assessegados", "soltos", que saibam ferir com as esporas, controlar o cavalo com o freio, evitar perigos, cavalgar sobre todo o terreno, dominar todas as situações, agir com elegância; cavaleiros que sejam resistentes, que conheçam as características do cavalo que montam, para o arrearem de maneira adequada, lhe corrigirem as malícias e desenvolverem as *virtudes*, para, enfim, o cavalgarem como devem.

Quanto à "husança", sendo certo que, como atesta o ditado popular, "as cousas husadas nom fazem sentimento", o cavaleiro deve procurar treinar os exercícios em que sente maiores dificuldades (andar "em bestas fazedores e desassessegadas, e (...) correr e saltar per lugares duvydosos razoadamente", p. 52), porque é daí que advém o receio. Por outro lado, nenhum argumento como a

posição social, a idade, o medo ou a preguiça se deve sobrepor à utilidade do hábito de cavalgar. Como o primeiro capítulo da Parte II ("Do poder") referia, nem mesmo aparentes desvantagens corporais como "a fraqueza, ou velhice, ou gordura" são impedimento à aprendizagem e prática da arte de montar. O treino é que fortalece a vontade e o saber, como o autor virá a esclarecer adiante, retomando o tema: "por que boa e razoada husança he grande meestre, e sem ella nom se pode nehũa bem percalçar, e, ainda que se haja, se torna bem ligeiramente em squeecimento" (Parte III, p. 73).

Resta considerar a hipótese de que também a ignorância pode ajudar a evitar o receio. O provérbio que dá início ao capítulo IV, " 'Ave scarmentad[a] o laço recea' ", pretende significar isso mesmo, só que, ao contrário do que acontece nos demais capítulos, torna-se necessário ler este até ao fim, para que, à luz dos dados que o leitor vai articulando, se possa estabelecer uma relação lógica entre o título "Como por nom saber algũus som mais sem receo" e a expressão proverbial que o confirma. Desde o início são postos em confronto "intendymto" e "coraçom". O primeiro faz recear o que verdadeiramente deve ser receado, sem qualquer possibilidade de engano; o segundo guarda muitas vezes os reflexos dos insucessos, que funcionarão, em circunstâncias semelhantes, como factor de inibição, dando origem a temores inabaláveis. Quer isto dizer que enfrentar o perigo sem a ajuda da reflexão ("intendymto") pode pontualmente contribuir para que não se sinta medo, mas permitindo também que o coração aprenda por si, provoca consequências irreparáveis. Os malefícios trazidos pelo "sentido do coraçom", que se comporta como a ave com receios infundados, são assim contrapostos aos benefícios do uso da razão, sucessivamente valorizada, nomeadamente através de expressões lapidares, como "por que a rrazom sempre manda fazer o que bem he, e recear todo contrairo" (p. 47) ou "Por que em todollos feitos, quem os bem conhece, os verdadeiros perigoos recea mais" (p. 48).

Outro elemento absolutamente determinante na prevenção do receio é a vontade, a que D. Duarte nesta parte dedica o terceiro capítulo, e que aparece aqui designada pela variação expressiva “desejo”. Mais uma vez o autor se serve de uma expressão do senso-comum para veicular a tese que defende: “E dizem porem que nom parece cousa forte a quem muyto deseja”. Porém, desta vez, acrescenta-lhe, em jeito de enquadramento filosófico-moral, comentários sobre as motivações do acto volitivo, ou seja, sobre as grandes “fiis” desta vida, ou seja, a “folgança”, o “proveito” e a “honrra”, já referidas no início do primeiro capítulo da Parte I, a que junta mais uma, a “honesta fym”. Terminada a reflexão teórica que inclui uma exemplificação de como se procede de acordo com esta intenção, aspecto que não costumamos encontrar nas enumerações explicativas das “fiis” que o *Leal Conselheiro* fornece (por exemplo, cap. IX, p. 34 ou cap. LIII, p. 221), volta à mensagem proverbial, que agora aplica à arte de cavalgar: “quem duvydará que, se alguém grande desejo ouver de bem saber cavalgar, que aquella voontade lhe nom faça perder o rreceo de cayr da besta, ou com ella” (p. 47).

A obrigação e a necessidade de despertar este grande desejo levaram o rei à redacção da Parte I da *Ensinança*, que tem basicamente uma função apelativa. Levaram-no também na maior parte do livro, e frequentemente mais do que uma vez em cada capítulo, a chamar a atenção sobre a importância da vontade na aprendizagem da arte de cavalgar e de outras perícias, à imagem da própria vida (primeira parte, caps. XIX e XXI), e a incluir um longo excurso teórico sobre o assunto, que privilegia aquela zona do *querer* que mantém uma forte interdependência com o entendimento e as virtudes morais a este associadas: a vontade “obediente ao entender”, “muyto perfeita e virtuosa”.

Impõe-se ainda a este propósito uma referência ao primeiro capítulo da quinta parte, por avançar considerações relevantes acerca do papel da vontade na “soltura” a cavalo. Aspectos como o

“empacho” e a “vergonça”, cuja natureza foi explicada anteriormente, são aqui considerados como manifestações da “voontade deshordenada” e, tal como antes se indicara, os remédios a aplicar-lhes são o saber e o treino. Todavia, há um novo elemento, sobre o qual o rei colheu informação em “algũs livros”, que agora é apresentado como factor determinante no fortalecimento da vontade: trata-se da “grandeza de coração”, que incute no homem a confiança necessária para agir como deve. Em nenhum outro capítulo o autor se debruça tão a fundo sobre esta característica psíquica, que relaciona com a “presunçom de ssy” e opõe, quer à subestima de si, quer à auto-sobrestima, ambas obstáculos à “soltura da voontade” na realização do que quer que seja. Se a autoconfiança é frequentemente considerada uma consequência da aprendizagem e do saber acumulado, neste início da quinta parte parece designar uma atitude anterior à acção, que a influencia positivamente: “Requêresse a quem ouver esta virtude <grandeza de coração> que el se tenha em boa styma pera fazer grandes e boos feitos segundo a pessoa for, e que assy seja que obre segundo a conta em que se tem” (pp. 69-70). Esta distinção é bem reveladora da acuidade com que D. Duarte observa o comportamento humano e, simultaneamente, do grau de profundidade a que chegam as suas preocupações didácticas. Com a reflexão apresentada neste capítulo, coloca uma vez mais os elementos psicológicos no centro de um discurso didáctico que pretende tocar todos os sectores da vivência humana, e não apenas a arte de cavalgar.

É com cautela que na segunda parte inclui a “sanha” no domínio dos sentimentos considerados terapêuticos do receio, onde também insere um “mayor receo”. Situado aquele primeiro sentimento nos antípodas da razão, oferece, contudo, algumas vantagens que merecem ser consideradas. Atingem um universo limitado de homens, tipificado em casos como, entre outros, o descrito no final do capítulo, particularmente interessante por mostrar como a ira momentânea pode ser um estímulo para o aperfeiçoamento pessoal: “se

algũu cavalleiro ou scudeiro faz [a] cavalo algũa cousa em que faça myngua (...) e avendo sanha de ssey, em razom está de sse trabalhar de nom ficar outra vez em tal perda ou torvamento da voontade” (cap. IX, p. 55). Recorde-se que também Vegécio, no *Institutorum Rei Militaris*, aconselhava a incutir nos soldados temerosos sentimentos de ódio e de ira em relação ao inimigo, como factor de encorajamento. De fora do universo referido fica o homem que se rege exclusivamente pelo “boo entender e derecha voontade” (*loc. cit.*), uma vez que, como lemos no capítulo do *Leal Conselheiro* intitulado “Da sanha”, “pera pessoas muy virtuosas a ssanha he bem scusada” (p. 58).

Quanto ao dito que afirma que “hũu grande sentymento tira os outros somenos” (cap. VIII, p. 54), D. Duarte confirma-o através de exemplos atentamente colhidos na vida quotidiana, que apresenta sobretudo aos cavaleiros e escudeiros que tenham medo de andar a cavalo, sem aludir, no entanto, à dicotomia razão/paixão (sentimento) explorada no capítulo IX e, conseqüentemente, à superioridade do primeiro elemento face às vantagens pontuais do segundo. Nas linhas dedicadas àquele remédio para o receio, como naquelas em que descreve outras maneiras de o evitar, revela-se particularmente atento a esses mecanismos psíquicos, de que isola os traços didacticamente relevantes.

Apesar de a insistência nos benefícios da razão e vontade pessoal reforçar o pendor antropológico da pedagogia do autor, o quadro teórico em que se inscreve essa atitude mental, que elege o indivíduo como agente na construção do saber, é marcadamente teológico, como mostra o capítulo X, que significativamente encerra a segunda parte: “pera aver qual quer boa manha ou virtude, he necessario a graça special de nosso senhor deos” (p. 56). A vontade de Deus manifesta-se em todos os momentos da vida humana, recompensando as virtudes e castigando os pecados. Só esta realidade explica acontecimentos humanamente inexplicáveis, como são os casos de cavaleiros habitualmente muito medrosos que enfren-

tam determinados perigos de maneira destemida; ou o contrário, de bravos cavaleiros que se desonram pelo seu comportamento. Quer isto dizer que os cavaleiros mal preparados fisicamente, mas espiritualmente bem formados, podem beneficiar da “mercee” divina, ao passo que nenhum colherá frutos da sua competência técnica se não for moralmente íntegro. Cair em desgraça é sinal de fraqueza espiritual.

Não restam dúvidas quanto à relevância da componente moral na construção do perfil do bom cavaleiro, facto já anteriormente sublinhado no terceiro capítulo da Parte I: “Mas aquel que destas tres <vertudes> for desemparado, nom espere por bem cavalgar, justar, dançar, nem por outra manha que assy como cavalleiro ou scudeiro muyto possa valler” (p. 8). Passos como este relembram que a educação dos nobres se estende para além da formação específica (física e psíquica) com fins prioritariamente militares, muito importante, mas por si só insuficiente.

Reflexões e propostas sobre a educação dos nobres

O capítulo V da segunda parte

O capítulo V, “Como per boas squeenças algũus se fazem sem receo; e de que guisa os moços e outros que começam a cavalgar devem seer ensynados”, apresenta os traços principais de um programa de formação específica do cavaleiro no domínio da arte de cavalgar, pormenorizadamente desenvolvido na Parte III da *Ensinança*. O percurso formativo delineado tem como destinatários principais os “meestres”, o que faz deste capítulo um exemplo (aliás, único) de *didáctica do ensino*. A linha de comunicação que aqui se estabelece entre mestres, ou seja, entre D. Duarte e aqueles a quem se dirige, é nos restantes capítulos da obra substituída por outra que liga o autor directamente aos destinatários preferenciais

do seu livro, os jovens nobres e os cavaleiros com necessidades de aprender, aperfeiçoar ou corrigir a técnica de montar.

Se o cavaleiro instruído tem como obrigação o treino regular, nos mestres recai a responsabilidade da iniciação na arte de cavalgar, que supõe a aplicação de algumas normas fundamentais que hoje encontramos nos manuais de psicologia educacional, como, por exemplo, o reforço dos êxitos nos primeiros tempos da aprendizagem, por oposição ao emprego de pedagogias punitivas, e a complexificação progressiva dos exercícios. Estes procedimentos criam terreno favorável às “boas squeenças” que ajudam o jovem aprendiz a vencer o medo e a ganhar gosto pela arte que está a aprender.

A aprendizagem decorre ao longo de três etapas, sendo os critérios de transição de umas para outras a “fortalleza e o atrevymento” adquiridos. Logo no decurso da primeira etapa o mestre deve indicar ao cavaleiro “o gesto que terrá pera se teer forte” (p. 50), e só quando este correr e saltar sobre pequenos obstáculos com a montada a galope, mostrando que não tem medo, estará apto a transitar para a etapa seguinte. Nesta é incitado a experimentar todo o tipo de selas, a praticar a caça de montaria, a manejar e atirar lanças leves, sem pontas agudas, até o fazer com segurança. Quando assim acontecer, passa à terceira fase da aprendizagem para que lhe seja ensinado tudo o que lhe falta aprender.

D. Duarte faz notar que a passagem à etapa seguinte se faz sempre acompanhar de uma mudança de cavalo, sendo portanto a montada um factor essencial para a complexificação e progressão do ensino e da aprendizagem: da “besta muyto sãa, sem mallicia; e (...) bem corregida do freo, cylhas, strebeiras e sella” (*loc. cit.*), o cavaleiro passa a outra que “bulla conssygo e filhe algũus pequenos saltos, assy como fazem os rociis follõoes” (*loc. cit.*) e, finalmente, a “boas bestas”, experimentando algumas vezes outras “que provem malicias que nom sejam periigosas, assy como alvarar e tornar aa perna, e outras semelhantes, e que sejam muyto fazedores”

(p. 51). A habituação a montadas progressivamente mais difíceis é vantajosa; pelo contrário, desaconselham-se as mulas e os cavalos mansos e submissos, porque sendo relativamente fáceis de montar não estimulam o desenvolvimento das capacidades técnicas do cavaleiro, cuja “voontade se apreguiça”. Os cavalos demasiadamente perigosos também devem ser rejeitados: “Aos boos homões nom louvo de provarem aquelas <bestas> em que [h]a manifesto perigoo” (p. 51). É significativo que duas das três prevenções contra certos usos que encontramos neste capítulo digam respeito aos tipos de montadas (visando a terceira as lanças). Trata-se, de facto, de um aspecto determinante para a boa aprendizagem da arte de cavalgar, como aliás desde logo o prólogo indica: “E ssaybham primeiramente que esta manha mais se acalça per naçom, acertamento de aver boas bestas (...)” (p. 1).

O bom mestre, conhecedor das questões técnicas, deve também mostrar-se sensível à inexperiência do jovem cavaleiro. D. Duarte insiste particularmente sobre este ponto, repetindo, através de enunciados que funcionam como uma espécie de fórmulas didácticas, a ideia de que o bom comportamento deve ser elogiado e os erros minimizados; assim, por exemplo: “(...) por que esto he mais necessario, guardando sempre o que disse: de o gabar mais, e culpar menos” (p. 50). O autor reforça esta orientação com o argumento de que o castigo dos erros faz perder a vontade de continuar e, por isso, estes devem ser o mais possível desculpados. O mesmo não deverá, porém, acontecer quando o cavaleiro já tiver adquirido experiência e autonomia suficientes. Nessa altura “qual quer erro lhe devem contradizer ryjamente e tantas vezes ataa que o enmende” (p. 51). Ora, este modo de actuar, em combinação com os aspectos anteriormente referidos (complexificação gradual das aprendizagens e posse de bons e adequados cavalos) estrutura um método didáctico que, por metonímia, o autor designa de “squeença”, cujo objectivo é proporcionar uma série de oportunidades que, como estímulo, fortaleçam a vontade de aprender.

Tal como acontece noutros capítulos, no final deste, D. Duarte submete o valor do conhecimento e das realizações humanas a uma visão teológica do mundo, de que resulta a supremacia da vontade de Deus sobre o querer, saber e poder dos homens. Este facto, porém, não impede que ressalte como nota dominante o reforço das virtudes e potencialidades humanas, tanto mais importante quanto surge num contexto social marcado por uma ideologia clerical, obcecada pelo pecado e pelas tentações do mal.

O capítulo xv da quinta parte

Este capítulo, intitulado “Do louvor das manhas”, é aquele que melhor revela o pensamento do autor sobre a realidade sócio-política representada pelos cavaleiros. Situa-se à margem do extenso grupo de capítulos dedicados à didáctica específica da arte de cavalgar e do pequeno grupo que se apresenta como discurso de divagação. É uma longa pausa reflexiva sobre a educação e costumes dos nobres e, simultaneamente, a exposição de um programa de formação intelectual, moral e física dirigido a cavaleiros e escudeiros, cujo eco foi abafado pelo desaparecimento precoce do *Livro da Ensinança* do ambiente cultural português.

Trata-se de um capítulo cujos sentidos se organizam com base na interacção de duas macro-sequências (ocupando cada uma cerca de metade do espaço textual) que fazem a contextualização ideológica da arte de montar. A primeira retira consequências do confronto entre a maneira como esta arte foi cultivada no passado e a forma como é praticada no presente; a segunda faz a leitura do significado que tem essa actividade para o cavaleiro, à luz dos princípios de organização política e social estabelecidos nos “espelhos de príncipes”, e apresenta um programa geral de educação. A articulação de ambas, deixada a cargo da leitura, vai esclarecendo acerca da própria pertinência da escrita de um *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*.

Atento à realidade que o cerca, D. Duarte regista uma alteração de comportamento dos cavaleiros e escudeiros em relação a esta prática e a outras de natureza física: ao passado interessado pelo saber fazer opõe o presente dominado pela ignorância de ambos. Segue-se a explicação deste facto com a enumeração de uma série de causas que tocam três áreas distintas de responsabilidade. Por um lado, a “myngua de voontade” dos cavaleiros, que os leva a trocar os exercícios guerreiros por comportamentos cortesãos, como conversar com as mulheres, trajar bem, jogar à péla, dançar e cantar. Se D. João I no *Livro da Montaria* não escondia o fascínio pelos “doces tangeres”, pela dança e pelo canto, de que sublinhava as vantagens sócio-políticas e terapêuticas, D. Duarte rejeita claramente essas práticas de “solaz e de prazer”, de que aponta os efeitos negativos. Em determinado passo d’*O Livro da Virtuosa Bemfeitoria* também o Infante D. Pedro denuncia as implicações sociais e morais dos hábitos recentes dos cortesãos: “(...) os auctos de comprar e uender. Dos quaaes ao tempo dagora, tanto som cheas as uoontades dos cortessãaos, aynda que se louuem de grande fidalguia ã por pequeno desprazimento asinha demonstram ã pera bem fazer teem fraca rraiz” (p. 81).

No que diz respeito à convivência com mulheres palacianas, convém lembrar que este assunto foi objecto da reflexão de filósofos e teóricos medievais, como por exemplo S. Tomás de Aquino e Egídio Romano. No *Regimiento de Príncipes*, este teórico italiano afirma que um dos defeitos das mulheres é serem “parleras”: “tres costumbres son de denostar en las mugeres, ca comunalmente son destempladas e parleras e no estables en su propósito” (Libro Segundo, cap. XIX, p. 92); e avança as consequências negativas que podem advir das conversas com elas: “con el mucho fablar las mugeres fácese familiares e mueven los omnes a cobdicia de sí mismas” (*ibid.*, cap. XXII, p. 223). D. Duarte leu certamente estes passos e outros do mesmo teor noutros autores, nomeadamente em S. Tomás de Aquino, cujo “De periculo familiaritatis dominarum,

vel mulierum” aproveitou para a redacção do capítulo XLVII do *Leal Conselheiro*, intitulado “Do perigoo da converssaçom das molheres spirituaaes, tirado de hũu trautado de sam Thomas di Equyno”.⁴ Aí, à semelhança do que acontece no *Regimiento*, apontam-se os inconvenientes das “fallas sem proveitos e famylyarydades danosas” (p. 193) mantidas com tais mulheres.

Os dois outros aspectos apontados pelo autor da *Ensinança* como causa da alteração dos hábitos dos cavaleiros são “as voltas do mundo”, isto é, as imposições do destino, transcendentais à racionalidade humana, e as mudanças da própria corte, motivadas pela actuação de um rei que no presente se vê forçado “por grandes ocupaçoes” a abandonar a arte de cavalgar.

Sendo ponto de chegada do discurso de justificação, este terceiro aspecto destaca o protagonismo da figura real, fundamento do primeiro grande princípio ordenador enunciado neste capítulo: o rei é o modelo por excelência do cavaleiro e o primeiro elo de uma cadeia de comportamentos reflexivos. A sucessão de espelhamentos vários é reproduzida na própria estrutura sintagmática, como exemplificam os dois pares de correspondências organizados em paralelismo antitético: “em quanto per mym erom husadas <modalidades a cavalo e outras> (...) os que de grande stado erom e a mym chegados semelhante faziom, e delles era pellos outros filhado exempro. E como eu fuy cessando (...) assy fezerom os mayores, e esso medês os mais somenos (...)” (pp. 118-119).

Se o rei é modelo para as artes equestres, também é modelo de virtudes, ideia que complementa o princípio ideológico enunciado anteriormente. Só que o terreno da cultura moral não está submetido às mesmas regras de desenvolvimento que o terreno da cultura física, diferença que está na base das situações, ora de continuida-

⁴ J. Piel identifica e apresenta no “Apêndice” da sua edição do *Leal Conselheiro* o referido texto latino atribuído a S. Tomás, que é fonte deste capítulo. Cf. pp. 400-404.

de, no que respeita às “virtudes”, ora de ruptura, no que se refere às práticas de cavalgar, entre passado e presente.

Assim, o trabalho que se realiza no campo moral tem consequências perduráveis; parece eximir-se do efeito pernicioso do esquecimento e dispensar as rotinas de treino. As acções de moralização da corte praticadas no passado por D. João I e D. Filipa, a quem é nesta área atribuída a função paradigmática, reflectem-se ainda no presente da enunciação. Por seu lado, o corpo para se manter em forma precisa de exercício constante. Os exercícios a cavalo exigem também esse tipo de treino, que uma vez quebrado provoca a descontinuidade de que dá conta a antítese “avantejadamente sabiam e husavam de fazer <manhas>, de que agora os vejo mynguados” (p. 118). D. Duarte, sabendo-se responsável por tal mudança, verificada a partir do momento em que as ocupações governativas o impediam de ser exemplo na arte de cavalgar, terá procurado no ensino oral, dirigido a cavaleiros e escudeiros da sua corte, a substituição de uma prática abandonada; mas a estratégia revelou-se ineficaz. Afectada a relação pedagógica entre monarca e súbditos, que faz do primeiro o espelho em que os segundos se revêem, acaba por ser refeita na escrita da *Ensinança de Bem Cavalgar*, que se institui como modelo e prolongamento de um corpo que, por imperativos da governação, deixou de actuar, e de uma voz (“dictos” e “consselhos”) por si só incapaz de motivar comportamentos.

No que poderemos considerar a segunda parte deste capítulo, o autor continua a ocupar-se das questões ideológicas ligadas à organização político-social do Estado, servindo-se como ponto de partida dos dados fornecidos pela realidade social que, no entanto, vão deixar aqui de constituir recurso para o enraizamento de reflexões, situadas definitivamente num plano teórico.

O primeiro aspecto importante tratado é o da correspondência entre funções e categorias sociais. Assim acontece com os “defen-

sores” (grupo em que o rei e os seus potenciais leitores se incluem, como indica a expressão “pois nosso estado he dos defensores”), a quem, de acordo com a natureza das suas atribuições, cumpre desenvolver aptidões no domínio da equitação. A ideia de que o Estado se estrutura segundo uma ordem social assente no mecanismo da distribuição conveniente dos deveres é retomada com a evocação de um modelo organizativo que ainda lembra o da sociedade trifuncional: “E nossos corpos (...) nom se despoendo a boas sciencias ou boas manhas corporaaes ou mesteres, segundo a cada hũus perteencem” (p. 120). O que faz funcionar esta sociedade, cujos grupos sociais leigos (letrados saídos da nova classe pensante, fortalecida após a revolução de 1383-85, nobreza e povo) são assim metonimicamente referidos, é o aproveitamento das potencialidades que a cada um, como que predestinadamente, pertence desenvolver.

Para a explicitação deste princípio, o autor recorre à metáfora agrícola que confunde os “corpos” com “herdades”, relacionando-a com a dicotomia trabalho/ociosidade. Os primeiros, trabalhados em tempo devido, isto é, durante a “mocidade” e a “mancebia”, ficam aptos a produzir frutos e a colaborar num plano geral de bom funcionamento da sociedade; os que se abandonam à ociosidade apenas geram “spinhos e cardos e outras ervas de pouco vallor” (*loc. cit.*). É este plano que serve de enquadramento e de fundamento a outra questão central que interessa a D. Duarte tratar neste ponto do texto: a educação geral dos “moços de boa lynhagem”, cujas linhas orientadoras são uma espécie de receita que previne comportamentos inadequados e perniciosos, como os apontados na primeira parte do capítulo, e explica como se constrói a exemplaridade dos “mayores”.

Pode deduzir-se que a mestria dos cavaleiros do passado estaria ligada a metodologias educativas específicas, o que significa que, do ponto de vista da construção textual, existe uma relação lógica subjacente entre os núcleos ideológicos principais das duas macro-sequências. Trata-se de uma relação de tipo causal que apresenta

inicialmente o efeito na primeira parte do capítulo – ser bom exemplo –, e depois, na segunda parte, a causa – seguir uma educação adequada.

O percurso educativo proposto aos cavaleiros e escudeiros passa por uma fase inicial de formação básica, para aquisição das competências de leitura, escrita e discussão em latim e português, e depois por aprendizagens várias, realizadas em obras de natureza pragmática como os “livros da moral fillosafia”, “da enssynança da guerra” e as “cronycas” (pp. 120-121). A formação intelectual é simultaneamente moral, porque o saber aperfeiçoa o espírito humano, acrescentando-lhe virtudes: “os moços de boa lynhagem (...) devem seer enssynados (...) contynuando boos livros per latym e linguagem de boos encamynhamento per vyda virtuosa” (p. 120). Esta ligação estreita entre saber e virtude tem, aliás, consequências directas sobre a governação, como avança o capítulo LI do *Leal Conselheiro*. As citações aqui feitas de alguns filósofos antigos, entre os quais Platão, e medievais, como John of Salisbury, trazem à memória o princípio inteiramente subscrito por D. Duarte de que só os letrados conseguem governar com prudência e justiça. Embora o capítulo da *Ensinança* de que estamos a ocupar-nos não chegue tão longe (não seria esse o seu objectivo), deixa a advertência de que só o saber permite alcançar benefícios corporais e espirituais relevantes.

Todavia, além dos livros existe uma outra fonte de conhecimento e de bem viver que é a experiência física (de cavalgar e de lutar), em que se completa o percurso formativo do cavaleiro. A destreza nas artes do corpo é um factor de prestígio social; a fama de *fazer bem* torna os seus autores “mais prezados” e merecedores de maiores regalias: “E os fidalgos que bem sabem e husam estas manhas em casa dos senhores, fazem a gente della mais leda, fora d’enfadamento, de mayor fama e mais temyda” (p. 121).

A importância e complementaridade das duas vias de formação pode ser avaliada pelos objectivos que uma e outra permitem alcan-

çar. Os livros são um meio de encaminhamento para a salvação, a meta espiritual por excelência, e a actividade física, sobretudo a guerra, permite alcançar a honra, uma das metas temporais mais desejadas. Na realidade, D. Duarte propõe um modelo educativo que é reflexo da sua própria experiência formativa, marcada pela disciplina moral, pelo ambiente cultural de uma corte inglesada, virada para o conhecimento intelectual e para o desporto e, certamente, por outras influências recebidas do exterior.

Situado muito próximo do final da obra (apenas quatro capítulos o separam do “Deo Gratias”, que interrompe abruptamente o plano de escrita traçado previamente), este capítulo organiza assim um conjunto de reflexões acerca do contexto político-social e cultural da corte dos primeiros reis de Avis, D. João I e D. Duarte, funcionando como motivação extrínseca para a escrita de um livro sobre a arte de cavalgar, por oposição às motivações intrínsecas à enunciação: experiência e gosto (“algũu costume e grande afeiçom”, p. 118), a que o prólogo acrescenta a “folgança”. Ressalta como aspecto importante a apologia de alguns dos princípios fundamentais do funcionamento da sociedade estratificada, na qual aquela arte ocupa um lugar central. Trata-se, por último, de um capítulo que podemos colocar no mesmo plano de leitura que o prólogo: debruçando-se este sobre as questões do texto e aquele sobre as do contexto, liga-os a mesma necessidade de justificar um projecto de escrita.

CONCLUSÃO

O *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, cuja “scyencya” D. Duarte tem a consciência de ser o primeiro a tratar por escrito, codifica uma série de comportamentos que, no seu conjunto, visam restaurar exercícios físicos, como cavalgar, manejar lanças, atirá-las, ferir com espada e lutar; apresenta também modelos de acção, de que o autor foi e é exemplo. As passagens de prosa reflexiva que integra reforçam os objectivos de modelação dos costumes e a fixação de estruturas sócio-políticas que garantem o normal funcionamento de uma sociedade que se organiza em torno do poder régio; chamando assim a atenção para a exemplaridade do rei, ou visando fazer dele o motor da engrenagem social contribui indubitavelmente para o fortalecimento desse poder e das convicções que ele representa.

O interesse literário desta obra, a que o autor também chamou *Livro do Cavalgar*, decorre precisamente do facto de aos ensinamentos puramente técnicos que reúne associar um conjunto de reflexões de cariz político-social, cultural e religioso, que aprofundam a compreensão de um projecto de educação física, mas também moral, psíquica e intelectual do nobre. Tal proposta constitui uma das mais interessantes expressões do humanismo de D. Duarte, em que se reflecte a experiência pessoal do homem de letras e de armas, inspirada nos ensinamentos dos tratados de educação de príncipes.

Os planos por que passa a formação integral do cavaleiro são, aliás, aqueles em que o monarca se distinguiu, como confirma o retrato construído na crónica respectiva pelo cronista Rui de Pina: “cavalgou ambalas sellas da brida, e de ginêta melhor que nenhum do seu tempo”; na juventude foi “bom luctador”, foi “caçador e monteiro”; foi “mui catholico” e “mui piedoso”; foi também “homem sesudo e de claro entendimento, amator de sciencia de que teve grande conhecimento” (p. 26).

Dentro do vasto espaço dedicado ao ensino técnico sobressaem os ensinamentos a que chamámos psicoterapias, remédios para controlo de um dos principais obstáculos à arte de bem cavalgar, o medo. Esta tendência para tornar conscientes as múltiplas reacções psíquicas revela a influência de toda uma literatura moralística, inspirada nos clássicos, empenhada em codificar os mais recônditos mecanismos do comportamento humano. Aplicado este exercício à arte de montar, D. Duarte legou-nos um importante testemunho da sua acuidade perceptiva e reflexiva e conduziu a intervenção pedagógica até zonas inexploradas pela literatura técnica anterior.

Esse esforço analítico transparece no tratamento de aspectos nucleares, enquadreadores da sua pedagogia, como sejam a “razom” e a “voontade”. É constante a insistência no valor da razão como coordenada orientadora da vida do indivíduo. A digressão sobre as “quatro voontades” é um bom exemplo da defesa do “entender”, em detrimento dos comportamentos que têm por base as vontades “carnal”, “spiritual” e “tíba e prazenteira”. A razão é uma das fontes principais do *bem fazer* e simultaneamente do *ser bom*; recorde-se que a “quarta voontade” é também designada de “muyto perfeita e virtuosa”.

À margem daquela classificação erudita, inspirada em João Cassiano, e entendida apenas como impulso que conduz à acção, a “voontade” é por sua vez considerada a força motriz da aprendizagem. É esta que, antes de mais, é preciso motivar, e a esta se deve a progressão no saber. D. Duarte insiste na sua importância

determinante e acredita nas capacidades físicas, psíquicas e morais que o *querer* representa. Esta visão antropológica de que o homem consegue alcançar tudo aquilo em que investe *vontade*, mas também *saber* e *poder*, não surge contudo isolada no seu pensamento, antes convive com o princípio fundamental da mundividência medieval de que todo o esforço humano é reflexo da vontade divina.

Sendo fruto do prazer da escrita e da necessidade pessoal de ocupação útil dos momentos de ócio, a *Ensinança* foi redigida com o objectivo principal de reconduzir os cavaleiros a uma dignidade perdida. É que, se a sociedade nobre portuguesa da geração daquele rei viveu ainda dos ideais da anterior, recebendo a influência directa dos seus heróis, homens profissionalizados na arte militar que combateram nas guerras fernandinas e depois nas desencadeadas pela revolução de 1383-85, as novas gerações, respirando o ar de uma nova época cultural, iam mostrando apreço pela vida cortesã, que mereceu também o agrado de D. João I, mas que chocava com a austeridade e o rigor moral de D. Duarte. Além dos atractivos palacianos, que afastavam alguns jovens da profissionalização militar ou, pelo menos, segundo a perspectiva de D. Duarte, de um treino exigente como o praticado no passado, é possível que a massificação da cavalaria, que Zurara afirma ter tido início após a ida dos infantes a Tânger,¹ mas que deverá ter começado antes, tenha contribuído para a degradação da formação guerreira.

O desinteresse dos jovens nobres pela actividade física e, nomeadamente, pela arte equestre que os identificava com o *estado-profissão* (na expressão de José Mattoso) a que pertenciam, afectava certamente a imagem de grupo, ao mesmo tempo que constituía um factor de perturbação da ordem social vigente. Num mundo em mudança, que crescia geograficamente com as Descobertas e cultu-

¹ Cf. Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, p. 151.

ralmente com a penetração de novos textos, autores e formas artísticas a anunciarem o Renascimento, D. Duarte assumiria um papel determinante, intervindo na realidade que o cercava com uma obra de carácter pedagógico, em que se conjugam influências, ideologias e experiências dos tempos antigos e novos, e que se distancia profundamente da literatura técnica anterior sobre actividades recreativas, não só pelos objectivos, mas sobretudo por desenvolver um estilo prosaístico que privilegia a reflexão pessoal. Foi, neste ponto, bem mais longe que D. João I no *Livro da Montaria* que, recorde-se, introduzia já importantes análises sócio-políticas e culturais. Para além das descontinuidades há, no entanto, um ponto em que toda a literatura técnica, incluindo a *Ensinança*, converge: é na função de demarcar as actividades que são exclusivas dos nobres e que permitem distingui-los na hierarquia social.

A História não deixou que as intenções pedagógicas do *Livro do Cavalgar* tivessem tido eco na sociedade do seu tempo; conservou, porém, o pensamento de uma das figuras mais relevantes da Idade Média portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

Das Colloçoens, ou Conferencias dos PP. Escriptas por João Cassiano Traduzidas no Idioma Portuguez Antigo por Fr. Bautista de Alenquer Monge de Alcobaça, Primeira Parte, Quarta Colação, cap. ix, fólios 73-74. Alcobacense 385.

Livro da Enssynança de Bem Cavalgar Toda Sela, que fez Elrrey dom Eduarte de Portugal e do Algarve, e Senhor de Cepta. Códice Português 5 da Biblioteca Nacional de Paris, fólios 99-128.

Edições de textos antigos

Alfonso XI, *Libro de la montería*, estudio y edición crítica por María Isabel Montoya Ramírez, Publicaciones de la Cátedra de Historia de la Lengua Española, Series Philologica, Universidad de Granada, 1992.

D. Duarte, *Leal Conselheiro*, edição crítica de Joseph Piel, Lisboa, Bertrand, 1942.

—, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, edição crítica de Joseph Piel, I.N.-C.M., Lisboa, 1986.

—, *Livro dos Conselhos*, edição diplomática de J. J. Alves Dias, com introdução de Oliveira Marques, Editorial Estampa, Lisboa, 1982.

D. João I, *Livro da Montaria*, edição de M. Lopes de Almeida, *Tesouros da Literatura e da História*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1981.

D. Pedro, Infante, *Livro da Virtuosa Bemfeitoria*, introdução e notas de Joaquim Costa, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1946.

- Giraldo (Mestre), *Livro d'Alveitaria do Mestre Giraldo*, edição de Gabriel Pereira, Revista Lusitana, XII, n.ºs 1-2, Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, pp.1-60.
- Jenofonte, *De la equitación*, Editorial Gredos, Madrid, 1984, pp.195-232.
- Juan Manuel, *Libro de la caza*, prólogo, edición (estudio y notas) de José M. Castro y Calvo, Barcelona, 1947.
- Livro de Citraria e Experiencias de Algũs Caçadores*, edição de Rodrigues Lapa, Boletim de Filologia, 1, Imprensa Nacional de Lisboa, 1933, pp. 207-234.
- Lopes, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, vols. I e II, Portucalense Editora, Barcelos, 1933-1935.
- , *Crónica de D. João I*, II, edição de M. Lopes de Almeida e A. Magalhães Basto, Livraria Civilização, Porto, 1949. Reimpressão de 1983.
- , *Crónica de D. João I*, I, prefácio de António Sérgio, Livraria Civilização, Porto, 1945. Reimpressão, com introdução de Humberto Baquero Moreno, de 1983.
- López de Ayala, Pero, *Libro de la caça de las aves*, notas y apéndices por John G. Cummins, Tamesis Books Limited, London, 1986.
- Menino, Pero, *Livro de Falcoaria*, edição com introdução, notas e glossário de Rodrigues Lapa, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1931.
- Pina, Rui de, *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Lisboa, 1901.
- , *Chronica D'El-Rei D. Duarte*, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Lisboa, 1901.
- Romano, Egídio, *Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes"*, Libro Segundo, edición y estudio preliminar de Juan Beneyto Perez, Instituto de Estudios Políticos, Madrid, 1947.
- Rufus, Jordanus, *Le Traité d'hippiatrie*, édition de Brigitte Prévot, *La Science du cheval au Moyen Âge*, Collection Sapience, Éditions Klincksieck, Paris, 1991.
- Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, reprodução facsimilada com apresentação de José Adriano de F. Carvalho, Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1988.
- , *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, edição de Larry King, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1978.

Estudos

- AAVV, *La Chasse au Moyen Age*, Actes du Colloque de Nice (1979). Publications de la Faculté des Lettres et des Sciences Humaines de Nice-20. Centre d'Études Médiévales de Nice, Les Belles Lettres, 1980.
- Amora, A. Soares, *El-Rey Dom Duarte e o Leal Conselheiro*, São Paulo Editora, Universidade de São Paulo, 1948.
- Avril, F., et alii, *Manuscripts enluminés de la Bibliothèque Nationale. Manuscripts de la Péninsule Ibérique*, Paris, Bibliothèque Nationale, 1982.
- Botelho, Afonso, *Pensamento Português. D. Duarte*, Editorial Verbo, Lisboa, 1991.
- Bourdon, Léon, "Question de priorité autour de la découverte du manuscrit du 'Leal Conselheiro'" in *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIV, Paris, 1979, pp. 3-26.
- Braga, Teófilo, "Livrarias manuscriptas do século xv" in *História da Universidade de Coimbra*, Tomo I, 1892, pp. 203-231.
- Campos, A. de, "Alvorecer da prosa literária sob o signo de Aviz" in *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, dir. Albino Forjaz Sampaio, Vol. I, Lisboa/Paris, Aillaud e Bertrand, 1929, pp. 152-172.
- Carvalho, J. A. Freitas de, "Príncipes, Armas e Letras" in *Nos Confins da Idade Média. Arte Portuguesa, séculos XII-XV*, Instituto Português de Museus, S.E.C., 1992, pp. 69-73.
- Carvalho, Joaquim de, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século XV*, Vol. I, "Acta Universitatis Conimbrigensis", 1949.
- Castro, Maria Helena L. de, "'Leal Conselheiro'. Itinerário do Manuscrito", *Penélope*, 16, Lisboa, 1995, 109-124.
- Coelho, M. Helena e Riley, Carlos G., "Sobre a caça medieval", Separata de *Estudos Medievais*, Centro de Estudos Humanísticos, S.E.C., Delegação Regional do Norte, Porto, 1988.
- Collection Baluze*, 362, Bibliothèque Nationale de Paris, fl.270.
- Dionísio, João, "D. Duarte e a leitura", Separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2, vol. 6 (2), 1991, pp. 7-17.

Duby, Georges, "Les 'jeunes' dans la société aristocratique dans la France du Nord-Ouest au XII^e siècle" in *La Société chevaleresque*, Flammarion, 1988, pp. 129-142.

—, *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, Editorial Estampa, Lisboa, 1982.

Entwistle, W. J e Russel, P. E., "A Rainha D. Felipa e a sua Corte" in *Congresso do Mundo Português*, Vol. II, Lisboa, 1940, pp. 319-346.

Fernandes, Rogério, "D. Duarte e a educação senhorial", *Vértice*, 37, Coimbra, 1977, pp. 347-388.

Histoire Générale de Paris. Collection de documents fondée avec l'approbation de l'Empereur par le Baron Haussman. Le Cabinet des Manuscrits de la Bibliothèque Impériale, Tome I, Imprimerie Impériale, Paris, MDCCCLXVIII.

Histoire Générale de Paris. Le Cabinet des Manuscrits de la Bibliothèque Nationale. Étude sur la formation de ce dépôt comprenant les éléments d'une histoire de la calligraphie, de la miniature, de la reliure, et du commerce des livres à Paris avant l'invention de l'imprimerie par Léopold Delisle. Tome III, Imprimerie Nationale, Paris MDCCCLXXXI.

Krus, Luís, "Livro de Falcoaria" in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani), Caminho, Lisboa, 1993, pp. 408-409.

Lapa, M. Rodrigues, "D. Duarte e a prosa didáctica" in *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*, 10.^a edição revista pelo autor, Coimbra Editora, Coimbra, 1981, pp. 343-374.

—, "Livros de Falcoaria", *Boletim de Filologia*, I, Imprensa Nacional de Lisboa, 1933, pp. 199-207.

Literatura Hispânica da Idade Média na Biblioteca Nacional (Catálogo da Exposição realizada por ocasião do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval), Edições Cosmos, Lisboa, 1991.

Lorenzo, Ramón, "Livro de Alveitaria de Mestre Giraldo" in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani), Caminho, Lisboa, 1993, pp. 405-406.

Mattoso, José, "A nobreza e a revolução de 1383" in *Actas das Jornadas de História Medieval – 1383/85 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV*, 1985, pp. 391-402.

—, "Cavaleiros andantes: a ficção e a realidade" in *A Nobreza Medieval Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1987, pp. 355-371.

—, "Índices Ideográficos" dos *Livros Velhos de Linhagens* e do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, *Portugaliae Monumenta Historica*, Academia das Ciências, Lisboa, 1980.

—, "As armas" in *Identificação de um País*, vol. I, 3.^a ed., Editorial Estampa, Lisboa, 1988, pp. 115-126.

—, "Livro da Cetraria" e "Tratado de cetraria do rei Dancus" in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani), Caminho, Lisboa, 1993, respectivamente p. 399 e p. 636.

Monteiro, J. Gouveia, "Orientações da cultura da corte na 1.^a metade do século XV. (A literatura dos príncipes de Avis)", *Vértice*, 5, II^a s., Agosto, Coimbra, 1988, pp. 89-103.

—, *Fernão Lopes. Texto e Contexto*, Minerva, Coimbra, 1988.

Morel-Fatio, M. Alfred, *Catalogue des manuscrits espagnols et des manuscrits portugais*, Imprimerie Nationale, Paris, 1892.

Nascimento, Aires, "As livrarias dos príncipes de Avis", *Revista Biblos*, Actas do Congresso Comemorativo do 6.^o Centenário do Infante D. Pedro, Vol. LXIX, 1933, pp. 265-287.

Neves, C. M. L. Baeta, "Subsídios para a história da falcoaria em Portugal", *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1983, pp. 21-46.

Omont, H., *Anciens Inventaires et Catalogues de la Bibliothèque Nationale*, 4 Tomes, Paris, 1908-1913.

Revista Portuguesa de Filosofia (número comemorativo do 6.^o centenário do nascimento de D. Duarte), Tomo XLVII, Braga, 1991.

Riley, Carlos G., "Aspectos da componente juvenil da fidalguia no contexto da crise de 1383-85" in *Actas das Jornadas de História Medieval – 1383/85 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV*, 1985, pp. 297-305.

—, "Juvenilidade e comportamento (O caso de alguns fidalgos portugueses na Baixa Idade Média)", *Universidade dos Açores, Ponta Delgada*, 1985, pp. 101-141.

Santarém, Visconde de, "Introdução" in *Leal Conselheiro seguido do Livro de Bem Cavalgar Toda Sella*, edição de José Inácio Roquete, Paris, 1842, pp. v-xvi.

—, *Notícia dos Manuscriptos pertencentes ao Direito Publico Externo Diplomatico de Portugal, e á Historia, e Litteratura do mesmo Paiz, que existem na Bibliotheca R. de Paris, e outras, da mesma capital, e nos Archivos de França*, Typografia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1827.

Saraiva, António José, *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Gradiva, Lisboa, 1988.

Silva, Cândido J. Xavier, "Leal Conselheiro. O qual fez Dom Eduarte polla graça de deos Rey de Portugal e do Algarue e Senhor de Cepta. Arrequerimento da Muyto excellente Reynha Dona Leonor sua molher", e "Livro da Enssynança de bem caualgar toda sela que fez Elrrei Dom Eduarte de Portugal e do Algarue e Senhor de Cepta o qual começou em seendo Iffante" in *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, Paris, 1820, respectivamente Tomo VIII, pp.3-35 e Tomo IX, pp. 92-127.

Strubel, A. e Chantal de Saulnier, *La Poétique de la chasse au Moyen Age* (Les Livres de chasse du XVe siècle), PUF, Paris, 1994.

Tilander, G., "Acerca del Livro de Falcoaria de Pero Menino", *Revista de Filología Española*, xxiii, 1936, pp. 255-274.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis de, "Mestre Giraldo e os seus tratados de alveitaria e cetraria", *Revista Lusitana*, xiii, 1910, pp. 149-432.



LEITURAS

Publicados:

- 1 – A CIDADE EM AUTORES DO PRIMEIRO MODERNISMO – PESSOA, ALMADA E SÁ-CARNEIRO / La Salette Loureiro
- 2 – FIGURAS DO SILÊNCIO – DO INTERDITO À EMERGÊNCIA DA PALAVRA NO TEXTO MEDIEVAL / Carlos Clamote Carreto
- 3 – CONSTRUINDO HISTÓRIAS – QUANDO • ENTÃO • DEPOIS – MARCADORES ASPECTUO-TEMPORAIS EM NARRATIVAS DE CRIANÇAS / Oúlia da Costa e Sousa
- 4 – ALICE NO PAÍS DA LINGUAGEM – PARA COMPREENDER A LINGÜÍSTICA / Marina Yaguello
- 5 – FERNÃO LOPES, CONTADOR DE HISTÓRIA / Teresa Amado
- 6 – O IMAGINÁRIO DE LISBOA NA FICÇÃO NARRATIVA DE JOSÉ RODRIGUES MIGUÉIS / Teresa Martins Marques
- 7 – O MODERNISMO EM MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO / Fernando Cabral Martins
- 8 – CERVANTES NO ROMANTISMO PORTUGUÊS – CAVALEIROS ANDANTES, MANUSCRITOS ENCONTRADOS E GARGALHADAS MORALÍSSIMAS / Maria Fernanda de Abreu
- 9 – DO ESSENCIAL E DO SUPÉRFLUO – ESTUDO LEXICAL DO TRAJE E ADORNOS EM GIL VICENTE / Maria José Palla
- 10 – A ARTE DE SER BOM CAVALEIRO / Isabel Dias